ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA 5

SINAIS CONVENCIONAIS 6

1 ORÇAMENTO 7

2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO 25

3 MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL 39

4 RECURSOS HUMANOS 57

5 INFRA-ESTRUTURAS 91

6 ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA 119

7 SISTEMA DE FORÇAS 143

8 APOIO SOCIAL 163

9 ACTIVIDADE INSPECTIVA 169

SIGLAS 177

ÍNDICE 189

NOTA INTRODUTÓRIA

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional constitui um repositório de dados de Defesa, cuja recolha é efectuada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, Inspecção-Geral da Defesa Nacional, Instituto de Acção Social das Forças Armadas e Polícia Judiciária Militar.

A informação estatística da presente edição é reportada ao ano de 2004, embora em áreas específicas como o orçamento, recursos humanos, imobiliário, bens e tecnologias militares e actividade inspectiva, sejam apresentados dados de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respectiva evolução no passado recente.

Tal como já vem sendo habitual, também a edição deste ano incorpora uma série de pequenas alterações em relação à do ano transacto. Assim, e dado que em 2004 não se registaram *Missões de Carácter Humanitário*, entendeu-se que não fazia sentido incluir no Capítulo 3 o subcapítulo dedicado àquele tipo de missões, tendo o mesmo sido suprimido nesta edição. Já no Capítulo 4 - *Recursos Humanos*, não obstante haver quadros em que não existem dados inscritos, optou-se, ainda assim, pela sua inclusão, por forma a não quebrar a linha de continuidade com anteriores edições, uma vez que a alteração da ordem sequencial dos quadros poderia comprometer a comparação de dados plurianuais. Ainda no tocante a *Recursos Humanos*, saliente-se o fim, a partir de 19 de Novembro de 2004, do serviço efectivo normal (SEN), facto de inegável impacto que vai por certo obrigar à introdução de profundas alterações no Capítulo 4. Por último, registe-se o facto de algumas tabelas do Capítulo 8 terem sido alvo de ajustamentos, fruto de ligeiras alterações introduzidas nos subsídios concedidos no âmbito do *Apoio Social*.

Além da distribuição em suporte papel, e a exemplo do que ocorreu com edições anteriores, o Anuário 2004 também estará disponível no sítio da *Internet* do Ministério da Defesa Nacional (http://www.mdn.gov.pt), o que contribuirá para alargar o acesso e agilizar a sua consulta.

Por fim, nunca é demais salientar que o trabalho apresentado é produto do empenho e dedicação de diversas entidades, organismos e pessoas, aos quais se agradece o seu precioso contributo. Dos utilizadores esperam-se críticas e sugestões que ajudem a melhorar a qualidade da publicação, tornando-a num instrumento de crescente utilidade para todos os que necessitam de estabelecer contacto com o sector da Defesa Nacional.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
-	Resultado nulo
x	Dado não disponível
“	Estimativa
*	Dado rectificado
0	Dado inferior a metade da unidade utilizada
	Dado incompleto

Nota: *Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.*

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do Orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte de informação preferencial a Conta Geral do Estado (CGE).

É de referir que:

- *a nível global, foi utilizada a informação publicada através do Orçamento do Estado (OE) para os referidos anos;*
- *a nível específico da Defesa Nacional, foram utilizados os dados disponíveis na Secretaria-Geral do MDN (SG/MDN), tendo os mesmos sido directamente fornecidos pelas entidades envolvidas, no que respeita ao PIDDAC e à LPM; os restantes elementos são já definitivos, pois foram recolhidos após a publicação da CGE, inclusivé de 2004.*

Para concretizar a transformação dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no produto interno bruto (PIB) como deflacionador, considerando o ano de referência de 1998.

A informação macroeconómica, nomeadamente os dados sobre PIB, população e índice de preços implícito no PIB, foram recolhidos junto do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) do Ministério das Finanças, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística.

Saliente-se, a propósito, que os indicadores macroeconómicos surgem alterados (desde 1998), por comparação com as edições anteriores, em virtude de os mesmos terem sido rectificados pelo DPP, conforme comunicação recente.

Importa referir que os valores apurados neste capítulo, até ao ano de 2002, não incluem os montantes referentes a “Contas de ordem” e “Despesas com compensação em receita” (DCCR).

A partir de 2003, a estrutura dos mapas do Orçamento do Estado surge alterada com a entrada em vigor da nova Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto), pelo que os montantes referentes ao OE são respeitantes aos serviços integrados, aí se incluindo as DCCR; foram, no entanto, retiradas as verbas relativas a activos financeiros e a passivos financeiros por se considerar que não se referem a elementos do próprio ano.

Por último, convém explicitar como foram trabalhados os dados referentes às despesas da Defesa, por natureza. Assim, e de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três principais agrupamentos de despesa:

- *Pessoal, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;*
- *Operação e manutenção, que se identifica com os grupos “Aquisição de bens e serviços correntes”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;*
- *Despesas de capital, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.*

Importa alertar para o facto de que os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efectivo militar, de acordo com o actual classificador das despesas públicas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e aplicável a partir de 2003), assim como no classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento "Aquisição de bens e serviços correntes", pelo que neste estudo procedeu-se à sua inclusão no grupo "Operação e manutenção". Contudo, no âmbito das Forças Armadas, as citadas despesas, que atingem montantes significativos, deveriam, pela sua natureza, ser efectivamente entendidas como despesas com o pessoal.

De acordo com o novo classificador aprovado pelo DL n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, a rubrica "07.01.14 – Investimentos militares" compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, como por exemplo os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, mas também as grandes reparações a efectuar naquelas estruturas e ainda o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas. Até 2002, este tipo de encargos estava incluído no agrupamento "Aquisição de bens e serviços correntes", através das rubricas "Construções militares" e "Material militar".

É dado tratamento autónomo à componente PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), pela sua especificidade, bem como às LPM (Leis de Programação Militar), por serem, no seu conjunto, os principais pólos do investimento efectuado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, no período em análise.

Convém referir que em relação às LPM os valores apurados não são coincidentes com os publicados na Conta Geral do Estado, uma vez que nesta os valores não correspondem ao executado, mas sim aos saques efectuados; desta forma, os valores correspondem ao apuramento efectuado na SG/MDN.

Integradas no esforço de Defesa e Segurança Nacionais, as Forças Armadas precisam de se reequipar e actualizar para fazerem face aos actuais riscos de ameaça à paz e à soberania, ameaças múltiplas e complexas aos Estados e aos povos.

A Lei de Programação Militar (LPM) incorpora e desenvolve a aplicação de programas de investimento público de médio e longo prazo relativos a forças, equipamento, armamento e infra-estruturas para aquisição e modernização de material naval, aéreo e terrestre, imprescindível para a verdadeira capacidade operacional militar.

A LPM prevê o recurso a contratos de locação de modo a permitir a dilacção no tempo da satisfação do encargo financeiro dos programas e define os montantes máximos de encargos com contratos de locação operacional, anualmente até 2020 e para anos seguintes até 2026, para alguns programas de maior peso financeiro.

A LPM contempla três sexénios, em correspondência com o Planeamento Estratégico de Armamento e Equipamentos de Defesa de Longo Prazo (18 anos), e é ordinariamente revista nos anos pares. Nas revisões da LPM pode-se, caso os objectivos de força nacionais o aconselhem, proceder ao cancelamento e alteração de programas inscritos, afectar os respectivos saldos a outros programas, bem como inscrever novos programas. Está instituído o mecanismo de transição dos saldos verificados nos programas.

A LPM – Lei Orgânica n.º 1/2003, de 13 de Maio – tem inscritos 5.340 milhões de euros em 24 anos (2003-2026), prevendo que o financiamento com recurso a contratos de locação (*leasing*) atinja 52%.

Os principais procedimentos que foram terminados em 2004, são os seguintes:

- Assinado contrato com o *German Submarine Consortium* para o fornecimento de dois submarinos, com a opção de mais um;
- Assinado contrato com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) para o fornecimento de dois Navios de Combate à Poluição (NCP);
- Assinado contrato quadro com os ENVC para o fornecimento de 6 Navios de Patrulha Oceânica (NPO) e de 5 Lanchas de Fiscalização Costeira (LFC);
- Assinado contrato com a *White Head Alenia* para o fornecimento de torpedos para equipar os submarinos;
- Adjudicado e em fase final de acertos o contrato com a *Steyr-Daimler-Puch Spezialfahrzeug AG & Co KG*, tendo em vista o fornecimento de 240 Viaturas Blindadas de Rodas 8x8 para o Exército e 20 Viaturas Blindadas de Rodas 8x8 Anfíbias para a Marinha; o contrato foi assinado já no início de 2005;
- Assinado contrato com a EID para o fornecimento de 175 Rádios PGRC 525, para o Exército;
- Assinado contrato com a empresa *Indra* para o fornecimento do radar, comunicações e links tácticos, necessários à extensão do sistema POACCS ao arquipélago da Madeira;
- Decidido o programa de substituição dos P-3P da Força Aérea, em fase final de acertos ao contrato com o Estado Holandês para o fornecimento de 5 aviões P-3C da Marinha Real Holandesa; o contrato foi assinado já no início de 2005; em fase de negociações, a contratualização da modernização dos sistemas de missão.

Ainda durante o ano de 2004, foram lançados os seguintes procedimentos:

- Para fornecimento de sete aviões de transporte táctico e de cinco aviões de vigilância marítima, para substituição da frota de Aviocar da Força Aérea;
- Para fornecimento de novo armamento ligeiro para as Forças Armadas;
- Para modernização dos sistemas de missão P-3P da Força Aérea.

Execução financeira durante 2004:

(Valores em Euros)

Capítulos	Saldo	Orçamento para 2004			Dotação	Execução		Saldo
	de 2003	Inicial	Cat. 20%	Alt. Orc.	Corrigida	Montante	%	
	(1)	(2)	(3)=(2)*0,2	(+/-)(4)	(5)=(1+2+3+4)	(6)	=(6)/(5)	=(5)-(6)
Serviços Centrais	9.275.569	14.190.240	-3.638.048	737.838	20.565.599	8.976.141	44	11.589.458
EMGFA	9.381.354	12.433.800	-3.484.355	714.790	19.045.589	12.150.645	64	6.894.944
Marinha	4.627.665	78.725.640	-14.945.128	0	68.408.177	60.045.830	88	8.362.347
Exército	30.066.395	82.021.260	-16.404.252	0	95.683.403	36.374.627	38	59.308.776
Força Aérea	17.370.419	91.158.420	-17.234.089	0	91.294.750	73.405.103	80	17.889.647
Total	**70.721.402**	**278.529.360**	**-55.705.872**	**1.452.628**	**294.997.518**	**190.952.346**	**64,73**	**104.045.172**

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa têm vindo a aumentar progressivamente, a preços correntes. No entanto, se nos debruçarmos sobre os mapas relativos a preços constantes, verifica-se uma oscilação, existindo uma regressão no ano de 2001. O valor da execução da Lei de Programação Militar, assim como as missões internacionais, têm vindo a influenciar os dados apresentados. No que concerne a 1998, refira-se que o valor executado é resultante da entrada em vigor da LPM apenas a partir de Agosto de 1998, apresentando os anos subsequentes um valor mais elevado (com excepção para 2002).

A manutenção da aplicação do *Regulamento de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato e de voluntariado* (Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro), a que se refere a nova Lei do Serviço Militar (Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), e o novo sistema retributivo de alguns postos da classe de Sargentos (Decreto-Lei n.º 207/2002, de 17 de Outubro), também com implicações no sistema retributivo das praças, são a justificação do acréscimo de despesas verificado em 2002, por comparação com 2001, no que respeita ao agrupamento Pessoal.

No que concerne às despesas de operação e manutenção, vinha-se verificando uma tendência para o decréscimo, salientando-se a grande redução registada em 2001, fruto das medidas de contenção orçamental que vigoraram neste período. Em 2002, verificou-se um regresso ao patamar anterior.

Para além das “Despesas de capital”, a componente investimento evoluiu de acordo com os financiamentos da LPM, uma vez que, em termos comparativos, o peso do PIDDAC não é significativo.

Concretamente em 2004, são de realçar os encargos com as Missões Humanitárias e de Paz assim como com as Forças Nacionais Destacadas e, ainda, no agrupamento de Pessoal os encargos com a Saúde.

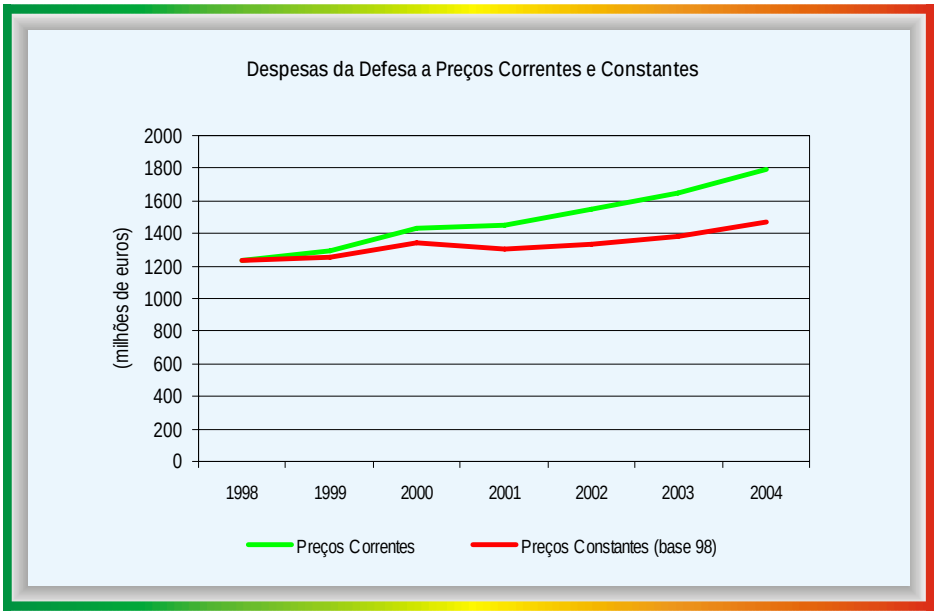
Relativamente à estrutura do ODN (orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente Pessoal continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes	Preços constantes (base 1998)
2004	1.791,3	1.467,5
Dados retrospectivos		
2003	1.647,1	1.380,4
2002	1.552,6	1.331,1
2001	1.448,1	1.299,8
2000	1.428,3	1.338,5
1999	1.294,2	1.255,3
1998	1.231,0	1.231,0

FONTE: Conta Geral do Estado 1998/2004.



1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

(%)

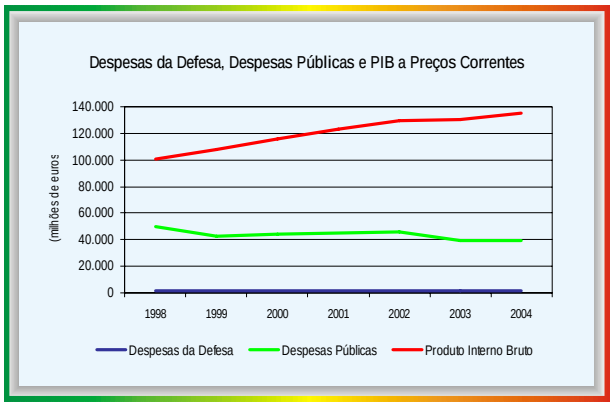
Ano	Variação anual
2004/2003	8,75 %
Dados retrospectivos	
2003/2002	6,07 %
2002/2001	7,24 %
2001/2000	1,39 %
2000/1999	10,36 %
1999/1998	5,13 %

1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	PREÇOS CORRENTES			PREÇOS CONSTANTES		
	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB
2004	1.791,3	39.243,0	135.035,0	1.467,5	32.148,8	110.623,9
Dados retrospectivos						
2003	1.647,1	39.132,1	130.511,0	1.380,4	32.795,3	109.376,8
2002	1.552,9	45.980,3	129.171,0	1.331,1	39.420,8	110.743,6
2001	1.448,1	44.736,2	122.801,1	1.299,8	40.156,8	110.230,7
2000	1.428,3	44.313,2	115.548,2	1.338,5	41.527,3	108.284,0
1999	1.294,2	42.740,0	108.029,8	1.255,3	41,545,9	104.781,6
1998	1.231,0	49.911,2	100.962,4	1.231,0	49.911,2	100.962,4

FONTES: Conta Geral do Estado 1998/2004, Relatório Anual 2004 do Banco de Portugal e Departamento de Prospectiva e Planeamento.

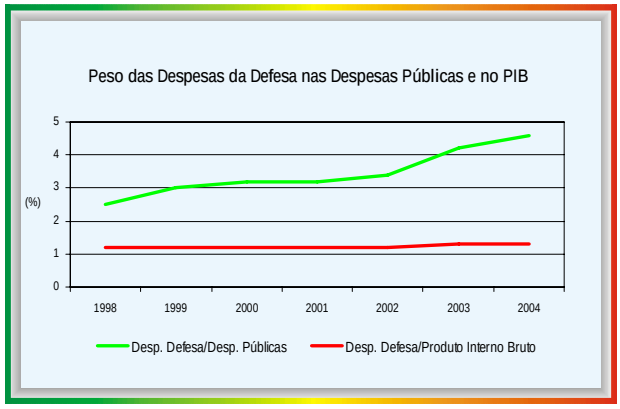


1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa/ /Despesas Públicas	Despesas da Defesa/ /PIB
2004	4,6	1,3
Dados retrospectivos		
2003	4,2	1,3
2002	3,4	1,2
2001	3,2	1,2
2000	3,2	1,2
1999	3,0	1,2
1998	2,5	1,2

FONTES: Conta Geral do Estado 1998/2004, Relatório Anual 2004 do Banco de Portugal e Departamento de Prospectiva e Planeamento.

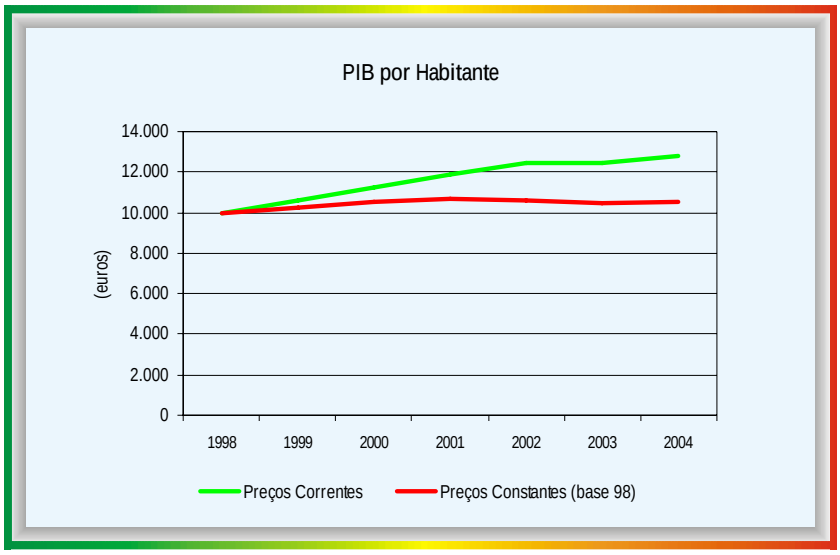


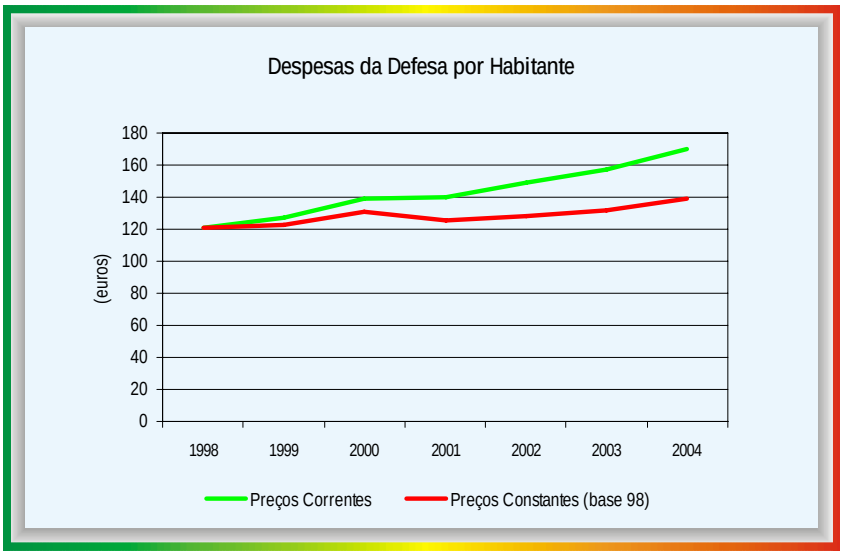
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

Ano	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS CONSTANTES	
	Despesas da Defesa/ /Habitante	PIB/Habitante	Despesas da Defesa/ /Habitante	PIB/Habitante
2004	170,1	12.825,1	139,0	10.506,6
Dados retrospectivos				
2003	157,2	12.459,3	131,7	10.441,7
2002	149,2	12.410,7	127,9	10.640,2
2001	140,2	11.889,0	125,8	10.672,0
2000	139,2	11.265,3	130,5	10.557,1
1999	126,9	10.596,4	123,1	10.277,7
1998	121,3	9.948,0	121,3	9.948,0

FONTES: Conta Geral do Estado 1998/2004, Relatório Anual 2004 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Instituto Nacional de Estatística.





1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

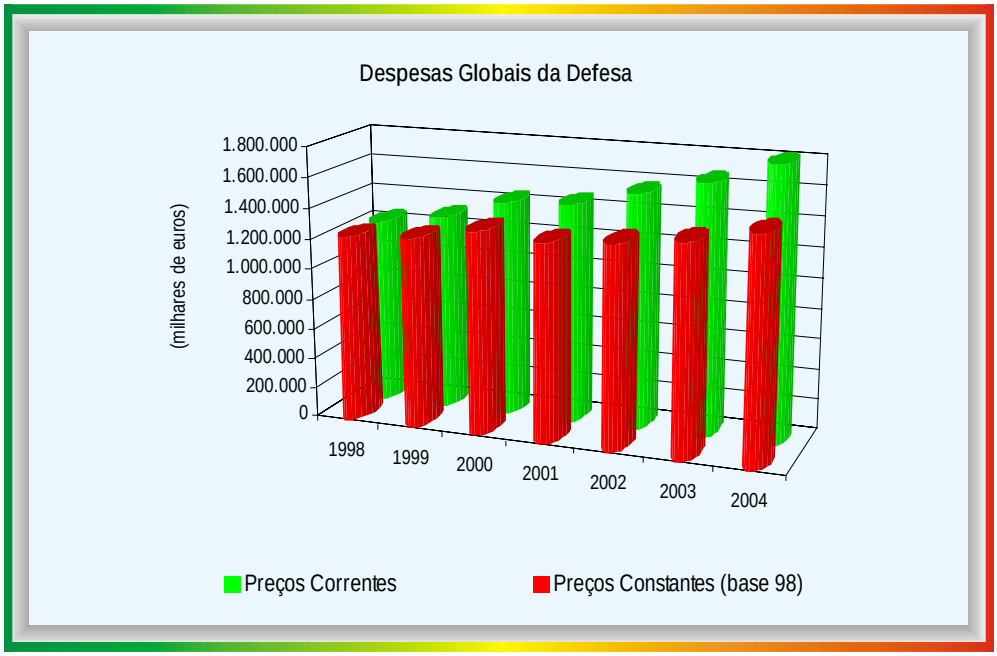
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	1.197.145,9	345.905,9	10.550,6	190.952,3	46.741,4	1.791.296,1
Dados retrospectivos						
2003	1.098.521,5	306.327,7	18.698,1	149.423,7	74.151,0	1.647.122,0
2002	1.105.086,2	295.410,0	16.185,1	116.381,8	19.542,9	1.552.606,0
2001	1.023.975,5	242.690,1	18.219,6	152.628,4	10.556,3	1.448.069,9
2000	963.050,8	290.789,3	15.186,9	149.069,4	10.156,4	1.428.252,8
1999	872.204,1	318.600,6	15.853,7	83.439,8	4.093,9	1.294.192,1
1998	820.293,1	315.697,6	12.583,7	64.376,3	18.078,8	1.231.029,5

FONTE: Conta Geral do Estado 1998/2004.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	980.730,4	283.374,3	8.643,3	156.432,7	38.291,6	1.467.472,3
Dados retrospectivos						
2003	920.633,4	256.722,8	15.670,2	125.226,9	62.143,4	1.380.396,7
2002	947.436,2	253.267,2	13.876,1	99.778,9	16.755,0	1.331.113,4
2001	919.157,7	217.847,5	16.354,6	137.004,8	9.475,7	1.299.840,3
2000	902.506,2	272.508,1	14.232,1	139.697,7	9.517,9	1.338.462,0
1999	845.978,7	309.021,0	15.377,0	80.930,9	3.970,8	1.255.278,4
1998	820.293,1	315.697,6	12.583,7	64.376,3	18.078,8	1.231.029,5

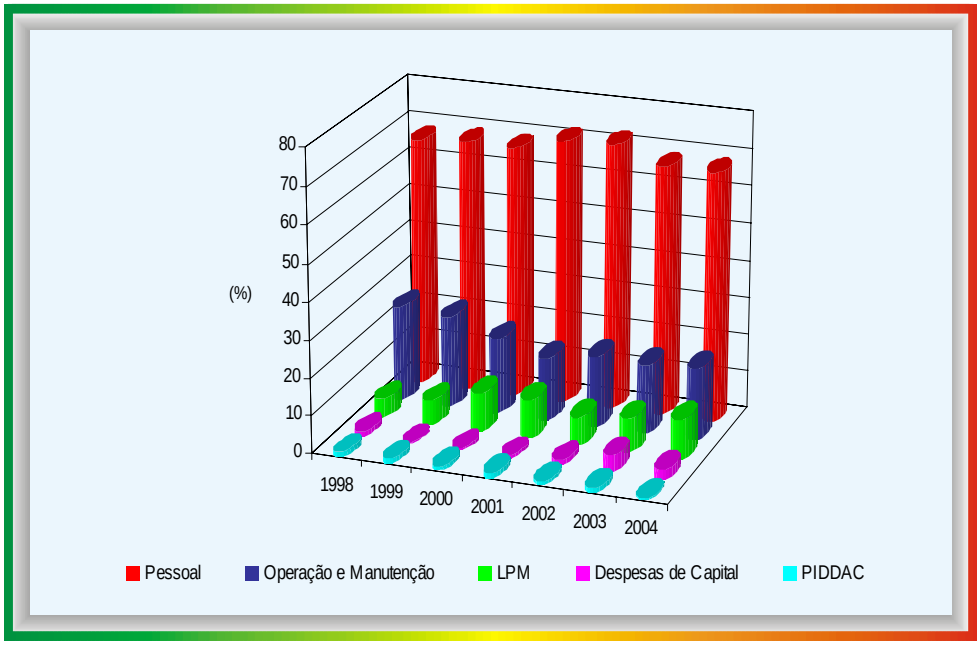


1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS (Continuação)

EM PERCENTAGEM

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	66,8	19,3	0,6	10,7	2,6	100,0
Dados retrospectivos						
2003	66,8	18,5	1,1	9,1	4,5	100,0
2002	71,2	19,0	1,0	7,5	1,3	100,0
2001	70,7	16,8	1,3	10,5	0,7	100,0
2000	67,4	20,4	1,1	10,4	0,7	100,0
1999	67,5	24,6	1,2	6,4	0,3	100,0
1998	66,7	25,6	1,0	5,2	1,5	100,0



1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

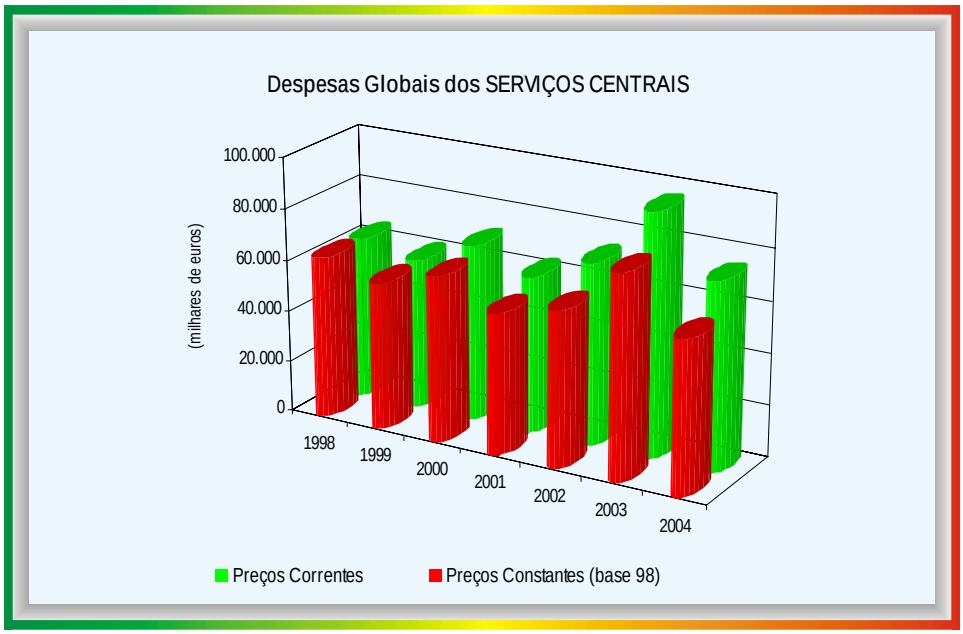
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	17.334,1	31.185,3	312,7	8.976,1	14.892,1	72.700,3
Dados retrospectivos						
2003	16.098,5	29.366,8	241,7	11.066,2	37.599,5	94.372,7
2002	15.883,5	27.692,1	0,0	7.809,5	19.378,6	70.763,7
2001	16.528,2	31.409,8	637,1	2.305,0	10.165,3	61.045,4
2000	14.983,4	32.587,6	996,6	10.197,1	10.115,4	68.880,1
1999	13.493,0	33.226,0	93,9	8.015,5	3.993,5	58.821,9
1998	12.796,0	30.581,8	236,4	1.602,6	17.897,6	63.114,4

FONTE: Conta Geral do Estado 1998/2004.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	14.200,5	25.547,7	256,1	7.353,5	12.200,0	59.557,8
Dados retrospectivos						
2003	13.491,6	24.611,3	202,6	9.274,2	31.510,8	79.090,5
2002	13.617,6	23.741,5	0,0	6.695,4	16.614,1	60.668,6
2001	14.836,3	28.194,6	571,9	2.069,0	9.124,7	54.796,5
2000	14.041,4	30.538,9	933,9	9.556,0	9.479,5	64.549,7
1999	13.087,2	32.226,9	91,1	7.774,5	3.873,4	57.503,1
1998	12.796,0	30.581,8	236,4	1.602,6	17.897,6	63.114,4



1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

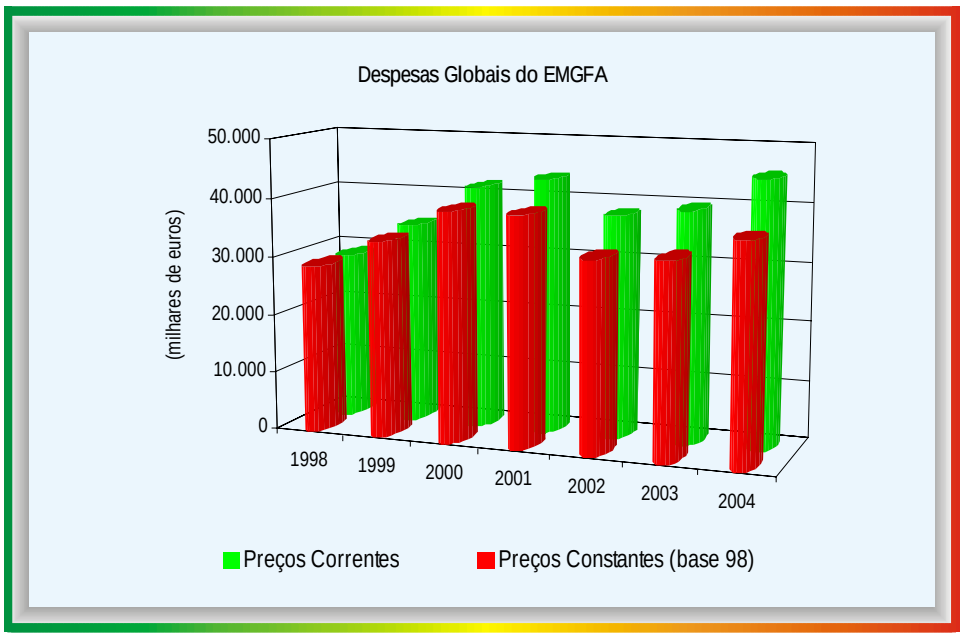
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	24.285,3	7.602,8	0,0	12.150,6	948,6	44.987,3
Dados retrospectivos						
2003	24.120,6	6.179,7	0,0	8.227,0	814,9	39.342,2
2002	26.796,5	6.038,8	0,0	5.034,0	0,0	37.869,3
2001	29.153,3	6.589,3	0,0	7.735,9	0,0	43.478,5
2000	25.881,5	6.965,2	0,0	8.820,7	0,0	41.667,4
1999	21.149,4	9.386,0	0,0	3.973,7	0,0	34.509,1
1998	20.744,3	7.260,4	0,0	595,6	0,0	28.600,3

FONTE: Conta Geral do Estado 1998/2004.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	19.895,1	6.228,4	0,0	9.954,1	777,1	36.854,7
Dados retrospectivos						
2003	20.214,6	5.179,0	0,0	6.894,8	682,9	32.971,3
2002	22.973,8	5.177,3	0,0	4.315,8	0,0	32.466,9
2001	26.169,1	5.914,8	0,0	6.944,0	0,0	39.027,9
2000	24.254,4	6.527,4	0,0	8.266,2	0,0	39.048,0
1999	20.513,5	9.103,8	0,0	3.854,2	0,0	33.471,5
1998	20.744,3	7.260,4	0,0	595,6	0,0	28.600,3



1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

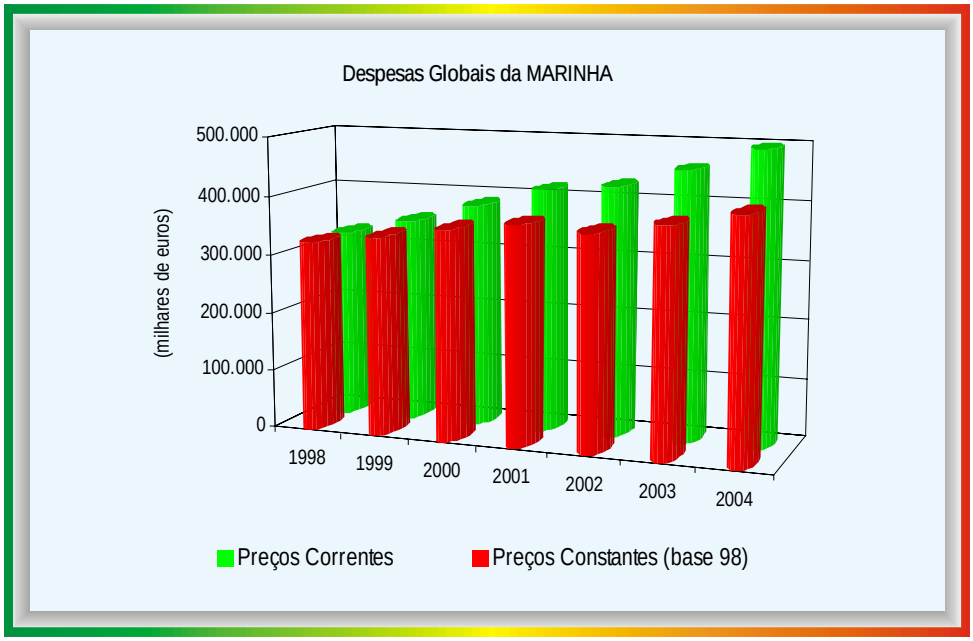
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	328.515,0	96.307,0	5.519,7	60.045,8	4.550,3	494.937,8
Dados retrospectivos						
2003	318.751,3	88.973,7	11.956,9	31.765,2	5.218,2	456.665,3
2002	310.956,1	79.228,1	11.451,3	22.597,4	164,3	424.397,2
2001	288.655,2	67.379,2	4.613,8	53.042,2	391,0	414.081,4
2000	269.989,0	72.437,1	6.968,8	32.093,3	41,0	381.529,2
1999	245.421,2	76.350,1	8.674,6	18.494,5	100,4	349.040,8
1998	230.193,6	82.983,8	6.716,9	3.577,9	128,3	323.600,5

FONTE: Conta Geral do Estado 1998/2004.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	269.127,3	78.897,0	4.521,9	49.191,0	3.727,7	405.464,9
Dados retrospectivos						
2003	267.134,6	74.734,5	10.020,7	26.621,4	4.204,5	382.715,7
2002	266.595,5	67.925,5	9.817,6	19.373,7	140,9	363.853,2
2001	259.107,4	60.482,0	4.141,5	47.612,6	351,0	371.694,5
2000	253.015,4	67.883,2	6.530,7	30.075,7	38,4	357.543,4
1999	238.041,9	74.054,4	8.413,7	17.938,4	97,4	338.545,8
1998	230.193,6	82.983,8	6.716,9	3.577,9	128,3	323.600,5



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

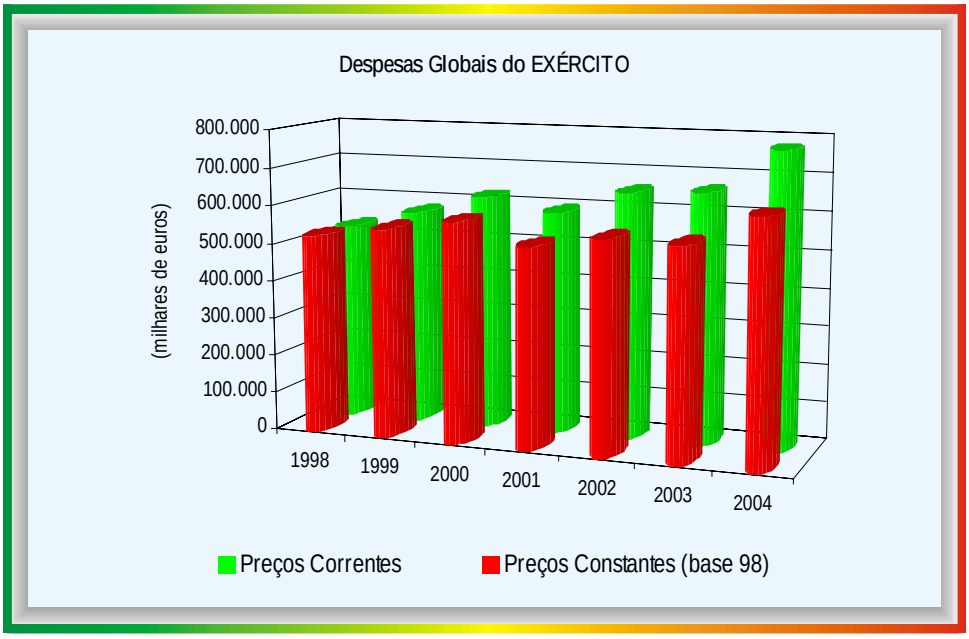
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	604.881,1	116.562,6	2.433,6	36.374,6	12.733,2	772.985,1
Dados retrospectivos						
2003	523.425,5	96.093,3	3.506,9	25.467,3	10.412,0	658.905,0
2002	546.275,4	86.051,7	1.656,5	15.792,2	0,0	649.775,8
2001	492.606,5	66.567,4	6.484,4	22.060,3	0,0	587.718,6
2000	469.003,1	103.598,4	3.903,6	44.303,1	0,0	620.808,2
1999	426.721,1	111.585,9	3.640,7	27.848,6	0,0	569.796,3
1998	402.002,5	106.563,1	2.245,3	14.516,7	0,0	525.327,6

FONTE: Conta Geral do Estado 1998/2004.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	495.532,9	95.490,9	1.993,6	29.799,0	10.431,3	633.247,7
Dados retrospectivos						
2003	438.665,0	80.532,6	2.939,0	21.343,3	8.725,9	552.205,8
2002	468.344,6	73.775,7	1.420,2	13.539,3	0,0	557.079,8
2001	442.181,6	59.753,3	5.820,6	19.802,1	0,0	527.557,6
2000	439.518,0	97.085,4	3.658,2	41.517,8	0,0	581.779,4
1999	413.890,5	108.230,7	3.531,2	27.011,3	0,0	552.663,7
1998	402.002,5	106.563,1	2.245,3	14.516,7	0,0	525.327,6



1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

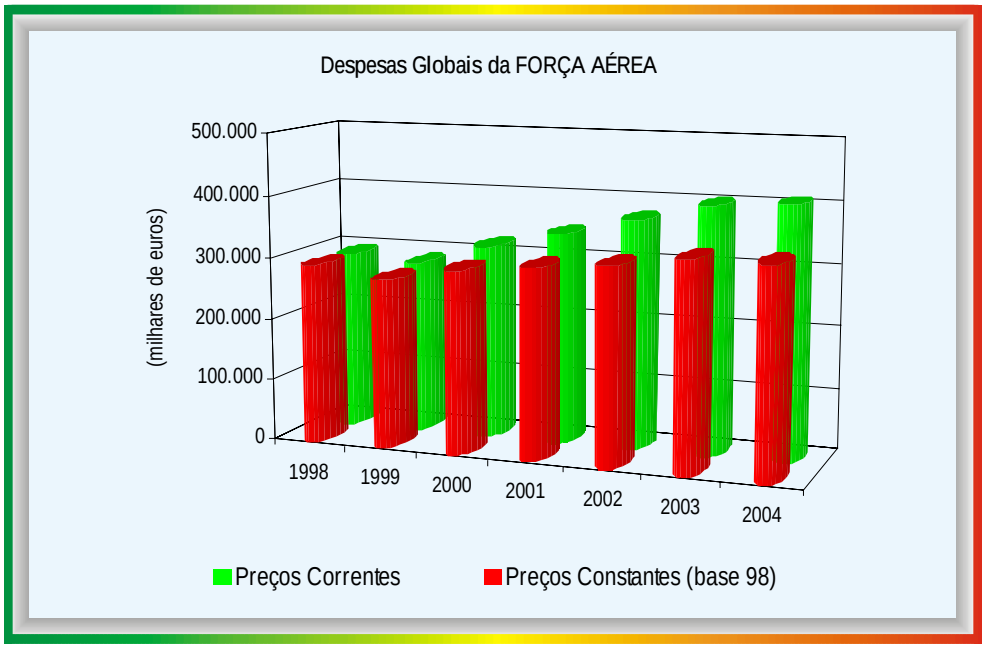
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	222.130,4	94.248,2	2.284,6	73.405,1	13.617,3	405.685,6
Dados retrospectivos						
2003	218.279,2	83.361,1	2.992,6	72.897,9	20.307,7	397.838,5
2002	205.174,7	96.399,3	3.077,3	65.148,6	0,0	369.799,9
2001	197.032,3	70.744,4	6.484,4	67.485,1	0,0	341.746,2
2000	183.193,8	75.201,0	3.318,0	53.655,2	0,0	315.368,0
1999	165.419,4	88.052,7	3.444,6	25.107,4	0,0	282.024,1
1998	154.556,8	88.308,5	3.385,1	44.083,6	52,9	290.386,9

FONTE: Conta Geral do Estado 1998/2004.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2004	181.974,5	77.210,4	1.871,6	60.135,2	11.155,6	332.347,3
Dados retrospectivos						
2003	181.127,6	71.665,5	2.508,0	61.093,2	17.019,2	333.413,5
2002	175.904,7	82.647,1	2.638,3	55.854,6	0,0	317.044,7
2001	176.863,4	63.502,8	5.820,6	60.577,1	0,0	306.763,9
2000	171.676,9	70.473,3	3.109,4	50.282,0	0,0	295.541,6
1999	160.445,6	85.405,1	3.341,0	24.352,5	0,0	273.544,2
1998	154.556,8	88.308,5	3.385,1	44.083,6	52,9	290.386,9



1.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

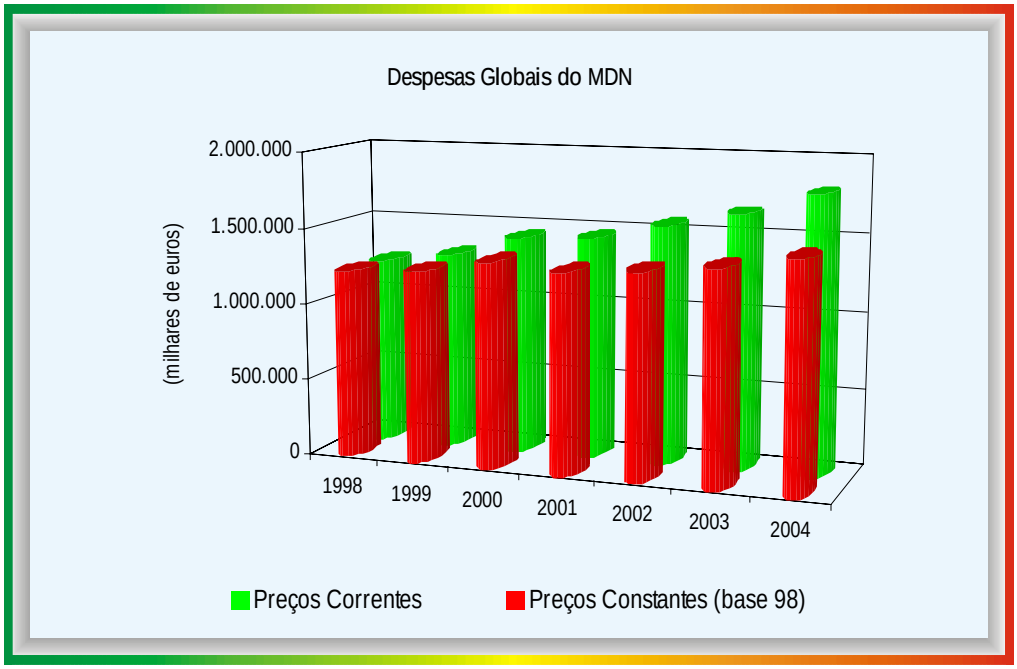
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2004	72.700,3	44.987,3	494.937,8	772.985,1	405.685,6	1.791.296,1
Dados retrospectivos						
2003	94.372,7	39.342,2	456.665,2	658.905,1	397.838,6	1.647.123,8
2002	70.763,8	37.869,3	424.397,1	649.775,9	369.800,0	1.552.606,1
2001	61.045,3	43.478,5	414.081,4	587.718,5	341.746,2	1.448.069,9
2000	68.880,0	41.667,5	381.529,2	620.808,1	315.368,0	1.428.252,8
1999	58.821,8	34.509,2	349.040,8	569.796,3	282.024,1	1.294.192,2
1998	63.114,5	28.600,2	323.600,5	525.327,5	290.386,8	1.231.029,5

FONTE: Conta Geral do Estado 1998/2004.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2004	59.557,8	32.971,3	405.464,8	633.247,7	332.347,3	1.463.588,9
Dados retrospectivos						
2003	79.090,5	32.466,9	382.715,6	552.205,9	333.413,5	1.379.892,4
2002	60.668,7	32.466,9	363.853,2	557.079,8	317.044,8	1.331.113,4
2001	54.796,5	39.027,9	371.694,5	527.557,6	306.763,9	1.299.840,4
2000	64.549,7	39.047,9	357.543,4	581.779,4	295.541,6	1.338.462,0
1999	57.053,1	33.471,5	338.545,8	552.663,7	273.544,2	1.255.278,3
1998	63.114,5	28.600,2	323.600,5	525.327,5	290.386,8	1.231.029,5

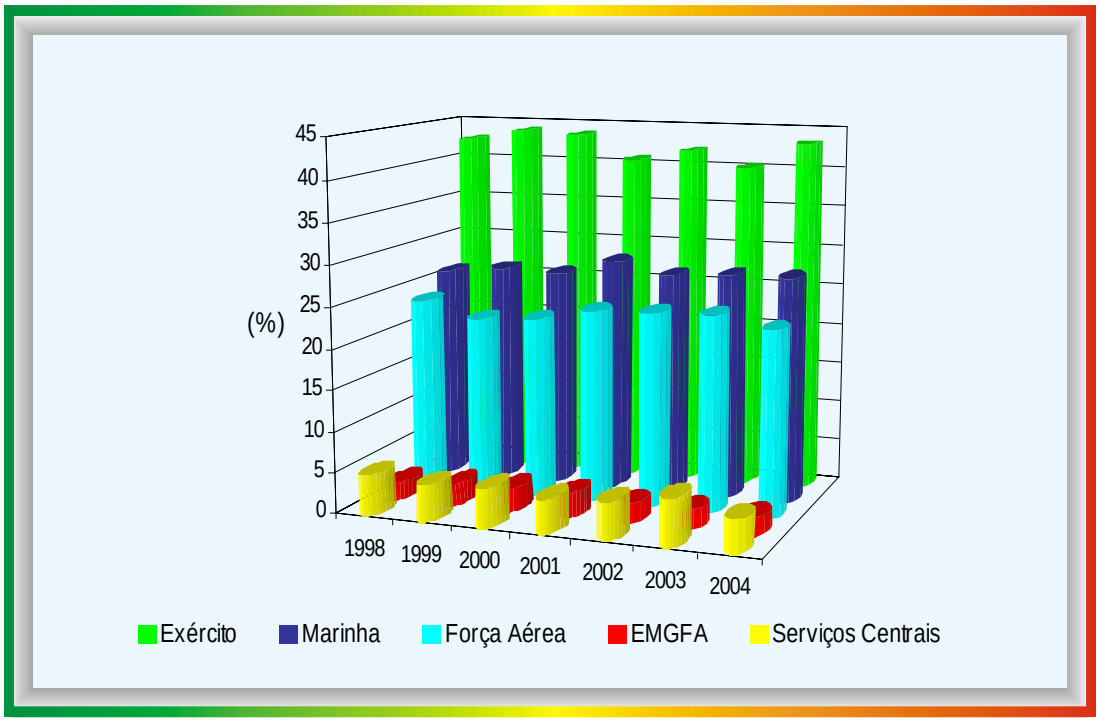


1.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN (Continuação)

EM PERCENTAGEM

(%)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2004	4,1	2,3	27,7	43,2	22,7	100,0
Dados retrospectivos						
2003	5,7	2,4	27,7	40,0	24,2	100,0
2002	4,6	2,4	27,3	41,9	23,8	100,0
2001	4,2	3,0	28,6	40,6	23,6	100,0
2000	4,8	2,9	26,7	43,5	22,1	100,0
1999	4,5	2,7	27,0	44,0	21,8	100,0
1998	5,1	2,3	26,3	42,7	23,6	100,0



NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a protecção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa actividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respectivos encargos financeiros.

MARINHA

A estratégia marítima do Estado, que visa no essencial a utilização do mar no interesse próprio, evitando também que outros o utilizem de forma prejudicial à economia e desenvolvimento do país, consubstancia-se, no plano operacional naval, através de uma tríade de missões: militares, diplomáticas e de interesse público. Por razões de recursos, e à semelhança de outras pequenas potências, a Marinha desenvolve a sua actividade operacional com base nesta tríade de missões, explorando a polivalência dos seus meios, na procura constante da máxima rendibilidade dos recursos.

A Marinha vem colocando ao serviço do país, e também da comunidade internacional, a sua vocação, os seus recursos e ainda o seu conhecimento acumulado dos assuntos do mar, para exercer, nos espaços marítimos, importantes tarefas no âmbito das Missões de Interesse Público.

O reconhecimento dessas capacidades tem conduzido a que, nos termos da lei, a Marinha colabore em tarefas relacionadas com a satisfação do interesse público e a melhoria da qualidade de vida das populações e exerça acções no âmbito das missões de interesse geral a cargo do Estado. É o resultado dessa actividade que, relativamente ao ano de 2004, se pretendeu resumir em quadro próprio, assinalando-se, tanto as áreas de missão que competem à Marinha e os elementos orgânicos que têm a responsabilidade primária de as assegurar, como os meios que se empenharam para o efeito e as correspondentes verbas despendidas.

Assim, no ano a que se reporta este anuário, como acções mais significativas realizadas pela Marinha no âmbito do interesse público, podem revelar-se as seguintes:

- Colaboração com a Polícia Judiciária no combate a actividades ilícitas, através da disponibilização de meios navais, de fuzileiros e de facilidades de monitorização proporcionados pelo Centro de Operações do Comando Naval;

- Colaboração com a Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana na detecção e seguimento de embarcações suspeitas, através dos meios navais que se encontram em permanência no mar;
- Realização nas zonas portuárias, costeiras e oceânicas, de levantamentos hidrográficos que permitiram a publicação e actualização de cartas e publicações náuticas oficiais. Neste contexto, prosseguiu-se o desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica sobre o Ambiente Marinho que decorreu em quatro áreas funcionais (navegação, hidrografia, oceanografia química e geologia marítima), cobrindo as vertentes das bases de dados em SIG em colaboração com as universidades, proporcionando estágios curriculares e profissionais;
- Contribuição para a segurança da navegação, assegurando a coordenação nacional e a divulgação dos avisos aos navegantes, tendo sido ainda, no âmbito da sinalização marítima, executadas pela Direcção de Faróis 2.532 acções de manutenção de faróis, farolins, marcas e balizas;
- Ainda no âmbito da segurança da navegação, a rede de seis Estações Radionavais disseminadas pelo território nacional (Continente, Açores e Madeira), em escuta permanente de frequências de socorro, registou a seguinte actividade:
    - 7.345 mensagens NAVTEX emitidas (avisos aos navios em texto);
    - 3.740 intervenções inopinadas para avisos vitais/importantes;
    - 242 minutos de carga média diária em avisos à navegação e meteorológicos;
    - 37 intervenções em acções SAR (Serviço de Busca e Salvamento);
    - 37 pedidos de socorro escutados;
- Continuação das acções conducentes à actualização da rede maregráfica e publicação das Tabelas de Marés para os principais portos, quer nacionais, quer dos países africanos de língua oficial portuguesa;
- Promoção da investigação científica do mar, contribuindo para o conhecimento oceanográfico do litoral e da zona económica exclusiva (ZEE), designadamente nas áreas da física, da geologia, da química e da poluição, quer com meios próprios, quer em colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras;
- Intervenção na preservação do meio marinho, através de acções de monitorização dos níveis de poluição, de fiscalização das reservas naturais das Ilhas Selvagens e Desertas, de controlo dos níveis de poluição, tendo sido registadas 36 ocorrências de poluição, das quais 7 exigiram intervenção de órgãos e serviços da Autoridade Marítima Nacional;
- Exercício da Autoridade Marítima, através de acções de vistoria, desembaraço e fiscalização de embarcações (77.797 unidades), de policiamento da actividade marítima nas zonas ribeirinhas (6.536 processos por ilícitos penais e contra-ordenacionais) e de fiscalização do cumprimento das regras de navegação. Esta última actividade foi efectuada por meios do Comando Naval em apoio ao Sistema de Autoridade Marítima;
- No âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, foram efectuadas 653 saídas de salva-vidas, tendo-se salvo 43 vidas no mar em acidentes ocorridos na orla marítima e prestado ainda assistência a 575 embarcações, ao longo de 1.507 horas de missão. Pela intervenção de nadadores-salvadores, foram salvas 1.043 vidas durante a época balnear;

- Cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português nas áreas de responsabilidade nacional de Busca e Salvamento Marítimo;
- Mantiveram-se activados em permanência, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os 2 Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub--Centro do Funchal e um dispositivo naval composto por, no mínimo, 2 corvetas, 2 patrulhas e 3 lanchas de fiscalização;
- Estes meios, com a colaboração das Estações Radionavais e de outros organismos da Marinha e da Força Aérea, foram responsáveis pelo salvamento ou evacuação médica de 225 pessoas, em consequência da solicitação de 193 pedidos de assistência ou da recepção de sinais de emergência;
- Vigilância e controlo do tráfego marítimo ao longo das costas de Portugal e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, em verificação da soberania do Estado nas águas territoriais, da segurança da navegação em geral e do cumprimento dos Esquemas de Separação de Tráfego em particular;
- Realização das missões de fiscalização da pesca e da exploração dos recursos da ZEE nacional e águas territoriais, tendo sido vistoriadas no mar 30.645 embarcações, apurando-se 7.341 infracções;
- Algumas destas missões foram efectuadas em colaboração com a Inspecção-Geral das Pescas, na realização de operações conjuntas e combinadas de controlo e prevenção de ilícitos de pesca, através da utilização dos meios navais em permanência no mar;
- Colaboração nas medidas de segurança, implementadas por ocasião de visitas de navios estrangeiros, quer isoladamente, quer em Força, através do acompanhamento com unidades navais durante as entradas e saídas de barras, e vistorias e controlo de acesso a áreas molhadas, por unidades de fuzileiros e de mergulhadores;
- Divulgação da missão da Marinha e das Forças Armadas, quer através de acções de presença naval em várias localidades ribeirinhas, principalmente por ocasião de festividades locais, quer através da concessão de facilidades a escolas e agremiações culturais a inúmeras visitas a navios, a organismos sediados na Base Naval de Lisboa e à Base e Escola de Fuzileiros;
- Apoio a várias entidades policiais, militarizadas e civis, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, quer na concessão de facilidades de transporte de pessoas e bens entre ilhas, quer no apoio a actividades de carácter cultural e científico;
- Colaboração da Banda da Armada com diversas entidades civis, nomeadamente autarquias locais, em várias zonas do país, em acções de carácter cultural e recreativo, através da realização de concertos e actuações que contribuíram para reforçar a boa imagem da Marinha entre as populações.

No apuramento das horas de missão seguiram-se critérios distintos. Assim, no que concerne à actividade desenvolvida pelos meios dependentes do Comando Naval, contabilizaram-se o número de horas durante as quais os diversas meios estiveram empenhados em actividades respeitantes às diversas áreas de missão, tendo-se neste âmbito apurado um total de 126.240 horas de missão.

No apuramento das despesas adoptaram-se dois critérios. No âmbito do centro de custos do Comando Naval, foram imputados às diferentes actividades, não só os custos de pessoal e de operação, os quais consideraram as despesas efectuadas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustíveis, mas também os custos de manutenção, calculados com base no custo médio anual dos navios empenhados.

No que respeita aos órgãos regionais e locais do Sistema de Autoridade Marítima, foi seguido o critério de se considerar em serviço permanente de 24 horas sobre 24, durante 365 dias do ano, os 28 módulos de piquete da Polícia Marítima existentes nas capitanias dos portos, e 7 horas por dia, durante 251 dias no ano, as 44 Repartições Marítimas (28 Capitanias e 16 Delegações Marítimas).

No âmbito da Segurança Marítima, foi seguido o critério de se considerar em serviço permanente de 24 horas sobre 24, durante 365 dias do ano, as 30 Estações Salva-Vidas e os 55 Faróis.

No âmbito do Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos, tomou-se como critério a laboração de 7 horas dia, durante 251 dias no ano.

Por fim, e no que respeita aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2004, o que significa que não foram levadas em linha de conta, quer as horas de missão imputáveis às embarcações atribuídas, quer a disponibilidade para garantia de execução de acções não planeadas, a qual é permanentemente assegurada, não só naqueles órgãos como também no Comando Naval, pelo pessoal de serviço.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFECTOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Autoridades Civis	Comando Naval	38	NTM 1	2.496:00	80.450,00	Operação: 46.836,00 Manutenção: (b) 350.576,00	X	(a) 477.862,00
Autoridade Marítima	Direcção-Geral de Autoridade Marítima	86 d)	Viaturas 151 Embarcações 123 Edifícios 780 TX / RX 380	1.832:00	27.952.131,00	3.331.954,00 f)	2.780.727,00	34.064.812,00
		440		1.832:00				
		505		8.784:00				
Segurança Marítima	Comando Naval	38	Navio Balizador 1	67:00	2.333,00	Operação: 5.211,00 Manutenção: 28.252,00	X	(a) 35.796,00
	Instituto Hidrográfico	2	Computadores 2	3.150:00	30.749,00	30.688,00	-	61.437,00
	Direcção-Geral de Autoridade Marítima	DF (Sede) 106	Faróis/Farolins 301 Bóias luminosas 123 Bóias cegas 25 Balizas 20 Sinais sonoros 28 Viaturas 10 Embarcações 4 Estações DGPS 2	1.832:00	2.024.816,00	1.238.154,00	485.759,00	3.748.729,00
		Faróis 119		8.784:00				
		ISN (Sede) 58	Estações S/V 30 Embarcações S/V 205 Viaturas 21 Auto-porta cabos 9	1.832:00	3.581.779,00	904.610,00	68.666,00	4.555.055,00
		Salva-Vidas 89		8.784:00				
Preservação do Meio Marítimo	Instituto Hidrográfico	18	Garrafas colheita 6 Salinómetro 1 Autoanalisador 1 Espectrómetro de absorção atómica 1 Cromatógrafo 1 Cromatógrafo c/ detector de massa 1 Computadores 12 Impressora 5 Computador portátil 3 CTD 1 Perfiladores acústicos 2 Correntómetro Aanderaa 12	4.715:00	80.529,00	68.065,00	-	148.594,00

2.1 – **MARINHA** (Continuação)

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Preservação do Meio Marítimo	DGAM Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos	21	Unidade Auxiliar Marinha 2 Botes pneumáticos 1 Lancha semi-rígida 1 Pontões T40 2 Viaturas 5 Viatura tipo TIR 1 Porta máquinas 1 Tractor 1 Retroescavadora 1 Grua móvel 1 Auto-grua 1 Montacargas 3 Recuperadores 23 Barreiras (mts) 5.590 Enroladores 17 Bombas 18 Compressores 6 Máq. lavar alta pressão 8 Tanques portáteis 27 Sistema barr. V 200m Sistema transrec. 1	767:00 (c)	180.000,00	871.153,00	345.022,00	1.396.175,00
Fiscalização e Controlo das Actividades de Pesca	Comando Naval	1.179	Fragatas 3 Corvetas 6 Patrulhas 4 Patrulhas Rápidos 8 Patrulhas Ribeirinhos 3 Navio Balizador 1	22.064:00	1.710.555,00	Operação: 1.947.043,00 Manutenção: (b) 7.307.661,00	X	10.965.259,00 (a)
Monitorização de Actividades Susceptíveis de Ilicitudes	Comando Naval	80	Corvetas 1 DAE 1	95:00	4.936,00	Operação: 9.635,00 Manutenção: (b) 35.248,00	X	49.819,00 (a)
Vigilância e Patrulha do Espaço Marítimo	Comando Naval	1.179	Fragatas 3 Corvetas 6 Patrulhas 4 Patrulhas Ribeirinhos 3 Patrulhas Rápidos 9 Navio Balizador 1	22.598:00	1.900.617,00	Operação: 2.163.381,00 Manutenção: (b) 8.119.623,00	X	12.183.621,00 (a)
Presença Naval	Comando Naval	210	Fragata 1 Navio de Vela 1	1.668:00	219.784,00	Operação: 649.265,00 Manutenção: (b) 3.318.031,00	X	4.187.080,00 (a)

2.1 – MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Investigação Científica do Mar	Instituto Hidrográfico	62	Computadores 68 Servidor de BD 2 Impressoras 23 Sondadores multifeixe 1 Perfiladores SVP 2 Receptores GPS 2 Embarcações 2 Compensadores de movimentos 2 Plotters 2 Autoanalisador 1 Espectrómetro de absorção atómica 1 Cromatógrafos 2 Cromatógrafo com detector de massa 1 Plotter A0 1 Workstation 1 Sist. Aquis. Proc. Dados Geofisica 1 Sistema sonar lateral 2 Sistema reflexão sísmica 2 ROV 1 Magnetómetro 1 Vibrocorer 1 Corers 3 Colhedores SMT 3 Correntómetros Aanderaa 18 Perfiladores Acústicos 3 Cadeias de Termistores 2 Est. Meteorológicas 5 Salinómetro 1 CTD 3 Bóias Ondógrafo 5 Marégrafo 19 Estações UNIX 3 UN e UAM	41.140:00	622.251,00	608.937,00	1.120.397,00	2.351.585,00
	Comando Naval	78	Navio Hidrográfico 1 Navio Hidrográfico Costeiro 2	5.520:00	67.170,00	Operação: 129.456,00 Manutenção: (b) 726.248,00	X	922.874,00 (a)
Busca e Salvamento	Comando Naval	1.110 MRCC Lisboa 27 MRCC Delgada 9 MRSC Funchal	Fragatas 1 Corvetas 9 Navio Balizador 1 Patrulhas 4 Lanchas de Fiscalização Rápida 15	330:00	28.836,00	Operação: 34.837,00 Manutenção: (b) 180.236,00	X	243.909,00 (a)
	Instituto Hidrográfico	1	Computador 1	40:00	1.500,00	-	-	1.500,00
TOTAL	-	5.060	-	138.330:00	38.488.436,00	32.105.100,00	4.800.571,00	75.394.107,00

a) Total exceptuando o investimento;
b) Valores referentes a 2001;
c) Tomou-se como critério a laboração de 7 horas/dia, durante os dias úteis no ano, às quais acrescem as horas de intervenções operacionais fora das horas normais de serviço;
d) Inclui a Escola da Autoridade Marítima e a Repartição de Pessoal da Polícia Marítima;
e) Inclui vencimentos; não inclui o ISN nem a Direcção de Faróis;
f) Ao contrário de 2002, não inclui custos suportados por outros subsistemas.
X – Não disponível

EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objecto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a acção do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, Colaboração com as Autoridades Civis, Apoio ao Serviço Nacional de Protecção Civil e Acções de Defesa do Meio Ambiente.

Colaboração com Autoridades Civis

Actividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, e de acordo com o *Plano de Actividade Operacional Civil (PAOC)*, a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e manutenção de itinerários, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Espinho, Anadia, Trofa, Fornos de Algodres, Mogadouro, Montemor-o-Velho, Covilhã, Vila Nova da Barquinha, Chamusca, Borba, Tomar, Proença-a-Nova, Torres Novas, Ferreira do Zêzere, Vila de Rei, Almodôvar e Arruda dos Vinhos.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol às instituições colectivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e actuações, em resposta a solicitações das autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a acção cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre "Os Falcões Negros" efectuou sessões de saltos de demonstração de pára--quedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração no domínio da Cartografia Militar a várias entidades.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efectuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas e no apoio ao combate a incêndios florestais.

A acção nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do accionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações do SNBPC em situações de calamidade.

No ano em curso, em consequência da vaga de incêndios que assolou o país, com o Plano LIRA a atingir a sua fase NEGRA, o envolvimento do Exército foi materializado na sua máxima expressão. Assim, foram empenhados militares do Exército em acções de combate directo a incêndios, em operações de rescaldo, e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de Norte a Sul do país.

Acções de Defesa do Meio Ambiente

Ao nível interno, foram desenvolvidas actividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efectivos. É também de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de acções de formação, palestras e outras actividades.

2.2 – EXÉRCITO

(euros)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Autoridades Civis - Abertura e Manutenção de Itinerários	RMN (a)	EPST	374	10	-	14.696	-	1.585,56	-	1.585,56
		RC6	183	15	-	14.009	-	2.253,79	-	2.253,79
		RA5	216	108	-	23.598	-	5.057,12	-	5.057,12
		CIOE	140	5	-	8.350	-	1.851,89	-	1.851,89
		RA4	338	115	-	25.342	-	4.362,00	-	4.362,00
		RI14	555	185	-	32.136	-	17.686,78	-	17.686,78
		RI19	387	5	-	48.252	-	8.620,33	-	8.620,33
		RI13	942	314	-	40.272	-	12.811,30	-	12.811,30
	GML (b)	RE1	7	8	1.691:00	19.309	-	32.257,00	-	32.257,00
	GML (c)	RE1	5	6	5.123:00	15.174	-	73.337,00	-	73.337,00
	GML (d)	RE1	5	4	119:00	515	-	1.746,00	-	1.746,00
	GML (e)	RE1	4	5	73:00	553	-	1.300,00	-	1.300,00
	GML (f)	RE1	4	3	13:00	123	-	433,00	-	433,00
TOTAL	-	-	3.160	783,00	7.019:00	242.329	-	163.301,77	-	163.301,77

(a) Prevenção Norte;
(b) Alargamento de estradas (Câmara Municipal de Almodôvar);
(c) Abertura de estrada (Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos);
(d) Terraplanagem para a futura Lagoa dos Golfinhos (Jardim Zoológico);
(e) Nivelamento e compactação de campo de futebol da URD Santa Maria (Câmara Municipal de Odivelas);
(f) Desmatação de terrenos (Junta de Freguesia da Pontinha).

FORÇA AÉREA

Continua a ser significativo o esforço da Força Aérea dedicado às acções desenvolvidas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de actividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de Busca e Salvamento, Evacuação Sanitária, Transporte de Órgãos, Controlo de Poluição, Controlo Aduaneiro e de Fiscalização, Verificação e Calibração de Ajudas Rádio, quer através do apoio a actividades de cariz logístico e cultural, reflectem a importância e o peso desta vertente na missão da Força Aérea e a aplicação das suas capacidades em benefício público. Cumulativamente são de relevar as acções executadas no âmbito das *Operações de Apoio à Paz* e das Missões *Humanitárias.*

Em 2004 foram executadas 2.765,5 horas de voo (H/V) em missões de interesse público, representando 39,9% das missões operacionais, repartidas por diversas modalidades de acção, em apoio de vários organismos e entidades a seguir indicados.

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de acções realizadas, num total de 392 missões, que corresponderam ao transporte de 380 doentes, incluindo órgãos para transplante, com um dispêndio de 608:35 (H/V), das quais 63:45 H/V em prol do Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), com 43 missões.

Em apoio do Governo Regional dos Açores, foi efectuado o transporte de 139 doentes (141 missões, num total de 294:30 H/V) e para o Governo Regional da Madeira, 169 doentes e acompanhantes.

Em apoio de autoridades civis: Presidência da República (106 missões, ~~com~~ 118:50H/V); Governo da República, incluindo a Presidência do Conselho de Ministros (81 missões, 65:15 H/V), Ministério dos Negócios Estrangeiros (144 missões, 395:35 H/V); Ministério da Administração Interna (Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, no apoio a combate a incêndios, 144 missões, 204:10 H/V); Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas (Inspecção-Geral das Pescas: 41 missões, 140:00 H/V); Ministério da Defesa Nacional (54 missões, 98:00 H/V); Ministério das Obras Públicas (2 missões, 02:15 H/V); Ministério da Economia (3 missões, 03:35 H/V); Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2 missões, 02:00 H/V); Ministério da Justiça (4 missões, 12:55 H/V); Ministério das Finanças (2 missões 05:10 H/V).

Em apoio de organismos civis: Banco de Portugal, no transporte de valores (33 missões, 70:20 H/V); TAP-Air Portugal, no transporte de material e pessoal de manutenção (10 missões, num total de 61:20 H/V); SATA - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, no transporte de material e de pessoal de manutenção de aeronaves (11 missões, total de 06:10 H/V); CTT, no transporte de correio (2 missões, total de 03:20 H/V).

O Destacamento da Força Aérea na República de S. Tomé e Príncipe efectuou 152 missões, para transporte de pessoas e carga, sendo 8 dessas missões de evacuação sanitária, que totalizaram 231:15 H/V.

Nas operações de *Controlo da Poluição*, concretamente dos navios *Prestige* e *Nautille*, foram gastas 153:15 H/V, num total de 39 missões, das quais 33:00 H/V dedicadas à situação provocada pelo navio *Prestige*.

No que se refere às missões de *Controlo Aduaneiro e de Fiscalização no Âmbito das Pescas* (SIFICAP), em apoio directo à Brigada Fiscal da GNR, foram gastas, respectivamente, 13:10 H/V em 4 missões de controlo de actividades ilícitas, nomeadamente contrabando, e 329:05 H/V no âmbito do SIFICAP, num total de 125

missões distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 114 missões, 279:00 H/V; Açores: 3 missões, 14:35 H/V; Madeira: 8 missões, 35:30 H/V). Refira-se ainda que a área coberta nestas acções de fiscalização totalizou cerca de 572.962 milhas náuticas, permitindo detectar 692 alvos, dos quais 575 identificados.

No âmbito da *Verificação e Calibração de Ajudas Rádio*, foram realizadas 45:15 H/V, num total de 31 missões, em apoio da Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal, NAV, E.P. Estas missões, de carácter eminentemente técnico, são essenciais para a segurança da navegação aérea e compreendem a calibração de ajudas rádio no território continental e insular.

No cumprimento das responsabilidades nacionais de assegurar, permanentemente, o *Serviço de Busca e Salvamento*, nas vastas áreas da Região de Informação de Voo de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram mantidas, permanentemente, ao longo do ano de 2004, 7 tripulações em alerta e empenhadas as aeronaves C-130, P-3P, C-212, SA-330 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo). Os alertas foram activados para 172 missões, 106 das quais pelos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento de Lisboa num total de 365:45 H/V, distribuídas da seguinte forma: 47 missões e 149 H/V activadas a pedido do Centro Coordenador de Busca e Salvamento Marítimo (MRCC); 17 missões e 51H/V activadas pelo RCC, para busca de aeronaves militares; 3 missões e 05:35 H/V activadas a pedido do RCC para busca de aeronaves civis. As restantes 39 missões do Centro de Lisboa foram a favor de outras entidades, nomeadamente o Comando Naval do Continente e Comando do exercício "Morsa". Quanto aos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria, do total de 66 missões foram gastas cerca de 342:10 H/V, assim distribuídas: 20 missões em resposta aos alertas do MRCC, com 91:45 H/V; 5 missões e 33:40 H/V voadas em apoio do RCC na busca de aeronaves militares; 40 missões e 203:10 H/V, em benefício de várias entidades, nomeadamente a favor dos Serviços Regionais de Protecção Civil dos Açores e da Madeira e das Forças Aliadas, Força Aérea Italiana e Força Aérea Belga. Neste âmbito, foi ainda realizada uma missão de busca activada pelo sistema de emergência satélite COSPAS/SARSAT, num total 13:35 H/V.

No âmbito das *Missões Humanitárias* e *Operações de Apoio à Paz*, foram executadas duas missões, uma à Bósnia, no apoio à SFOR, e outra no apoio à população iraniana da cidade de Bem, tendo sido despendidas, respectivamente, 116:15 H/V e 28:35 H/V, distribuídas por vários voos de transporte de apoio logístico e humanitário.

No que respeita às actividades culturais e divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, concertos realizados pela banda de música, bem como exposições e actividades temáticas do Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural recebido 16.245 visitantes. As exposições de maior relevo foram no total de 10, com a participação das Relações Públicas, destacando-se as exposições de Évora (*Portugal Air Show*), a exposição de Bragança, o Festival Aéreo em Coimbra (organização de âmbito civil) e o dia das Forças Armadas, em Guimarães.

Para além da intensa divulgação relacionada com a sua actividade cultural e património histórico, importa ainda referir outras actividades efectuadas pela Força Aérea, tais como a realização de 8 visitas a várias unidades e a organização e apoio a acampamentos no Campo de Tiro de Alcochete com diversas escolas, agrupamentos e instituições, bem como a realização de Baptismos de Voo em avião C-130 para 1.814 pessoas. A reconstituição e preservação do passado histórico, a divulgação do presente e a prospecção do futuro continuam a ser divulgados no seio da sociedade civil e na instituição militar através da revista "Mais Alto" e da Internet.

Por último, releva-se a divulgação da Força Aérea em território nacional e internacional, com a participação em 6 festivais aéreos internacionais com várias aeronaves que ostentam a Bandeira Nacional.

2.3 - FORÇA AÉREA

(euros)

Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Entidades Civis - Transportes Especiais	ESQ. 501	4 TRIP	C 130	56:10	44.014	211.237	-	2. 450.895
	ESQ. 502	4 TRIP	C 212	73:25	33.026	149.924	-	
	ESQ. 504	2.5 TRIP	FALCON 50	522:50	187.538	1.597.799	-	
	ESQ. 711	3 TRIP 4 TRIP	C 212 SA 330	4:00 4:05	1.799 2.160	8.168 13.894	-	
	ESQ. 751	3.5 TRIP	SA 330	52:25	27.092	174.244	-	
Busca e Salvamento	ESQ. 501	4 TRIP	C 130	11:50	9.276	44.518	-	2.422.890
	ESQ. 502	4 TRIP	C 212	75:45	34.079	154.702	-	
	ESQ. 552	2 TRIP	ALT III	23:50	45.010	289.487	-	
	ESQ. 601	3 TRIP	P 3P	146:00	193.358	1.106.096	-	
	ESQ. 711	3 TRIP 4 TRIP	C 212 SA 330	106:05 25:15	47.718 13.055	216.615 83.964	-	
	ESQ. 751	3.5 TRIP	SA 330	48:10	24.895	160.117	-	
Evacuação Sanitária	ESQ. 502	4 TRIP	C 212	141:20	63.583	288.637	-	2.119.669
	ESQ. 504	2.5 TRIP	FALCON 50	29:15	10.495	89.419	-	
	ESQ. 711	3 TRIP 4 TRIP	C 212 SA 330	132:10 259:25	59.458 134.073	269.912 862.572	-	
	ESQ. 751	3.5 TRIP	SA 330	87:05	45.010	289.487	-	
	ESQ 552	1 TRIP	ALT III	4:00	903	6.120	-	
Apoio ao SNBPC no Combate a Incêndios	ESQ. 552	N/A	ALT III	41:40	9.407	63.770	-	73.177
Controlo Aduaneiro	ESQ. 401	4 TRIP	C 212	12:15	5.515	25.035	-	30.550
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 401	4 TRIP	C 212	668:30	301.378	1.464.015	-	1.765.393
Calibração de Ajudas Rádio	ESQ. 504	2.5 TRIP	FALCON 20	108:25	38.889	475.747	-	514.636
TOTAL	-	-	-	2.633:55	1.331.731	8.045.479	-	9.377.210

RELAÇÕES BILATERAIS DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

O ano de 2004 foi, em termos de relacionamento bilateral no domínio da Defesa (exceptuando a Cooperação Técnico-Militar com os PALOP e Timor que, pela sua especificidade, será tratada em capítulo próprio), mais uma vez, caracterizado por uma tendência de crescimento. De facto, aumentou não apenas o número de actividades de cooperação, como também o número de acordos no domínio da Defesa.

Contudo, para além deste esforço de aprofundamento das relações bilaterais, foi também desenvolvido um trabalho de racionalização das mesmas, assente em duas grandes linhas: a redefinição de prioridades e a diminuição de custos.

- No que diz respeito à redefinição de prioridades, foi elaborado um estudo onde é analisada a evolução da cooperação com os Países da Europa Central e Oriental (PECO) e do Magrebe, bem como com os países aliados tradicionais de Portugal. Foi ainda perspectivada a situação dos Estados que pretendem iniciar uma cooperação com o nosso país nesta área da Defesa.

- Com vista a promover uma ainda maior redução dos custos com o relacionamento bilateral, foi igualmente implementada uma série de medidas que se traduziram em diminuições significativas dos custos de cada actividade.

Passa-se, assim, a referir o que foi feito durante o ano de 2004 em termos de relacionamento bilateral de Defesa.

3.1 - ACTIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEPÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA)

3.1.1 – Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento

Durante este ano, assistiu-se, uma vez mais, a um crescimento do número de acordos celebrados pelo nosso país, ao mesmo tempo que se iniciaram contactos visando a negociação de outros acordos ou memorandos de natureza técnica com diversos outros Estados.

Seguidamente, através de um quadro que pretende ilustrar esta realidade, é feito um ponto de situação sobre os acordos celebrados ou em fase de negociação:

PAÍS	EM VIGOR	EM PROJECTO	EM RENEGOCIAÇÃO
Alemanha	4	1	-
Argélia	-	1	-
Argentina	1	-	-
Bélgica	2	-	-
Brasil	4	1	-
Bulgária	2	-	-
Canadá	1	-	-
Chile	1	-	-
China	-	1	-
Eslováquia	1	-	-
Eslovénia	1	-	-
Espanha	11	-	-
Estónia	1	-	-
EUA	10	-	-
França	6	-	-
Grécia	3	-	-
Hungria	1	1	-
Letónia	1	-	-
Lituânia	1	-	-
Marrocos	5	-	-
Polónia	2	-	-
Reino Unido	2	-	-
República Checa	1	1	-
Roménia	2	1	-
Rússia	4	-	-
Sérvia e Montenegro	-	1	-
Suécia	1	-	-
Tunísia	4	-	-
Ucrânia	-	1	-
TOTAL	72	9	-

3.1.2 – Programas de cooperação/Actividades

Dado que a maior parte destes acordos são celebrados tendo em vista o estabelecimento de uma cooperação efectiva no domínio da Defesa, passam-se agora a referir as actividades negociadas nas respectivas Comissões Mistas pela Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, envolvendo não apenas o EMGFA e os três Ramos das Forças Armadas, mas também todos os órgãos e serviços do MDN.

PAÍS	ACTIVIDADES
ARGENTINA	- Visita de S.Exª. o Ministro de Estado e da Defesa Nacional à Argentina; - Visita oficial do Ministro da Defesa da Argentina a Portugal.
ÁUSTRIA	- Visita oficial de S.Exª. o Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, à Áustria.
BULGÁRIA	- Participação de 2 oficiais búlgaros no Curso de Operações Especiais, no CIOE, em Lamego; - Troca de experiência no âmbito das forças especiais, em Portugal; - Visita oficial do Ministro da Defesa da Bulgária a Portugal; - Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; - Troca de experiência no âmbito do treino e instrução de sargentos, em Sófia; - Visita da Academia da Força Aérea búlgara a Portugal; - Visita dos serviços médicos militares búlgaros a Portugal; - Planeamento de um exercício bilateral conjunto de Forças Especiais dos dois países, na Bulgária; - Conversações sobre detecção e destruição de minas anti-pessoais, bem como sobre a Convenção de Otawa, na Bulgária.
CHINA	- Visita oficial do Vice-CEMGFA chinês a Portugal; - Visita de trabalho do Director-Geral de Política de Defesa Nacional à China.
CROÁCIA	- Visita oficial de S.Exª. o Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, à Croácia.
DINAMARCA	- Conversações entre MDN/DGPDN e o Ministério da Defesa da Dinamarca, em Copenhaga.
ESLOVÁQUIA	- Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; - Frequência do Curso de Sobrevivência para tripulações aéreas, em Portugal; - Visita de uma delegação da Academia da Força Aérea à sua congénere, em Bratislava; - Visita ao Regimento de Artilharia 4 para troca de experiência, em Leiria; - Conversações sobre a detecção e destruição de minas anti-pessoais, bem como sobre a Convenção de Otawa, em Bratislava.
ESLOVÉNIA	- Reunião da Comissão Mista, em Ljubljana; - Frequência do Curso de Sobrevivência para tripulações aéreas, em Portugal.
ESPANHA	- Visita oficial do Ministro da Defesa de Espanha a Portugal; - Frequência do Curso de Sobrevivência, em Múrcia; - Visita oficial do CEMGFA de Espanha a Portugal.
ESTÓNIA	- 1ª reunião da Comissão Mista, em Tallinn.
EUA	- Reunião Preparatória da Comissão Técnica do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, nas Lajes, Ilha Terceira;. - XVI Reunião da Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, em Washington; - XXVI Reunião da Comissão Técnica do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, em Lisboa; - XVII Reunião da Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, em Portugal; - XXVII Reunião da Comissão Técnica no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa com os EUA, em Lisboa.
FINLÂNDIA	- Visita de trabalho de Sua Excelência o Ministro de Estado e da Defesa Nacional à Finlândia.
FRANÇA	- Reunião sobre Segurança no Mediterrâneo, em Paris.
HUNGRIA	- Participação de 1 sargento húngaro no Curso de Operações Especiais, no CIOE, em Lamego; - Reunião da Comissão Mista, em Budapeste; - Troca de experiência entre ministérios, sobre relações públicas e protocolo, em Budapeste; - Visita de trabalho à Universidade Nacional Zrínyi Miklós, em Budapeste; - Troca de experiência sobre relações institucionais e jurídicas, decorrentes da transição do serviço militar obrigatório para voluntário, em Portugal.

PAÍS	ACTIVIDADES
MARROCOS	- Troca de experiência no âmbito do Acordo Técnico no domínio do Património, História Militar e Museologia, em Portugal; - Visita à Academia da Força Aérea, em Portugal; - Frequência do Estágio de Simulador de voo da aeronave Hércules C-130, na base de Kenitra; - Frequência do Curso de Sobrevivência para tripulações aéreas, em Portugal; - Estágio de simulador da aeronave Hércules C-130, em Kenitra; - Participação em exercício de anti-poluição, em Portugal; - Exercício naval tipo PASSEX entre as marinhas de Portugal e Marrocos, em Casablanca; - Visita das Fragatas "Vasco da Gama" e "Sacadura Cabral" ao porto de Casablanca; - Visita oficial do Chefe do Estado-Maior da Armada, a Marrocos; - Estágio de Fisiologia de Voo; - Embarque de um Cadete da Marinha Real de Marrocos a bordo do NE "Sagres"; - Observação de um Exercício Inter-Armas, em Marrocos; - Visita de uma delegação de instrutores marroquinos à EPI, em Portugal; - Observação de um Exercício de Infantaria, em Marrocos; - Observação do exercício LIVEX, em Portugal; - Colóquio de História Militar, em Lisboa; - Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; - Visita oficial do ministro encarregado dos Assuntos de Defesa do Reino de Marrocos, a Portugal; - Visita à Escola Real de Infantaria, em Marrocos.
POLÓNIA	- Frequência do Curso de Sobrevivência para tripulações aéreas, em Portugal; - Reunião da Comissão Mista, em Varsóvia; - Observação do Exercício "Suão 041", em Portugal; - Troca de experiência na área das Operações de Paz, entre EMGFA 's dos dois países, em Portugal; - Troca de experiência entre Forças Aéreas sobre instrução técnica de sargentos e especialistas, em Portugal; - Reunião de trabalho no âmbito do acordo específico para a área de Investigação e Desenvolvimento, em Lisboa; - Visita à 6ª Brigada Aerotransportada, na Polónia.
REPÚBLICA CHECA	- Reunião da Comissão Mista, em Lisboa; - Visita oficial do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, à República Checa; - Troca de experiência em matéria de NBQ, na República Checa.
ROMÉNIA	- Visita oficial do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas romenas, a Portugal; - Reunião da Comissão Mista, em Bucareste; - Frequência do Curso de Sobrevivência para tripulações aéreas, em Portugal; - Visita Oficial do Secretário de Estado da Defesa da Roménia, a Portugal; - Visita de uma delegação da Academia de Altos Estudos da Roménia ao IAEM, em Portugal; - Visita de uma delegação do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, a Bucareste; - Visita de uma delegação dos Serviços de Assistência Religiosa do Ministério da Defesa da Roménia, a Portugal; - Treino em tropas de montanha, na Roménia; - Troca de experiência em matérias NBQ, na Roménia; - Troca de experiência com especialistas da Força Aérea romena, em Portugal.
RÚSSIA	- Visita oficial de Sua Excelência o Ministro de Estado e da Defesa Nacional à Federação da Rússia.
SUIÇA	- Visita de trabalho do Ministro da Defesa da Suíça, a Portugal; - Visita oficial de S. Exª. o Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, à Suíça.

PAÍS	ACTIVIDADES
TUNÍSIA	- Participação de um oficial da Marinha tunisina no Curso de Fuzileiros Navais, na Escola de Fuzileiros, em Portugal; - Reunião da Comissão Mista Luso-Tunisina, em Portugal; - Visita à Academia da Força Aérea, na Tunísia; - Intercâmbio no domínio da manutenção de aviões Hércules C-130, em Portugal; - Frequência do Curso de Sobrevivência para tripulações aéreas, em Portugal; - Visita de uma delegação do Instituto Geográfico do Exército aos Serviços Cartográficos, na Tunísia; - Frequência de um estágio na Direcção de Faróis, em Portugal; - Estágio de Fisiologia de Voo, em Portugal; - Visita à Escola de Sargentos, em Tunis; - Embarque de um cadete da Marinha portuguesa no NE "Khaireddine"; - Troca de experiência no domínio da formação de especialistas da FAP; - Embarque de um cadete da Marinha tunisina a bordo do NE "Sagres"; - Visita oficial de S. Exª. o Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, à Tunísia; - Visita de uma delegação da Marinha tunisina ao Instituto Hidrográfico, em Portugal; - Início do Estágio em Hidrografia, em Portugal; - Visita à Academia Naval, na Tunísia; - Visita à Brigada Ligeira de Intervenção para conhecimento da estrutura e funcionamento da mesma, em Portugal; - Reunião dos directores dos museus militares portugueses com os seus homólogos tunisinos, com vista à possibilidade de cooperação futura nesta área, em Tunis; - Visita à Academia Militar, na Tunísia.

3.1.3 – Cruzeiros de investigação científica

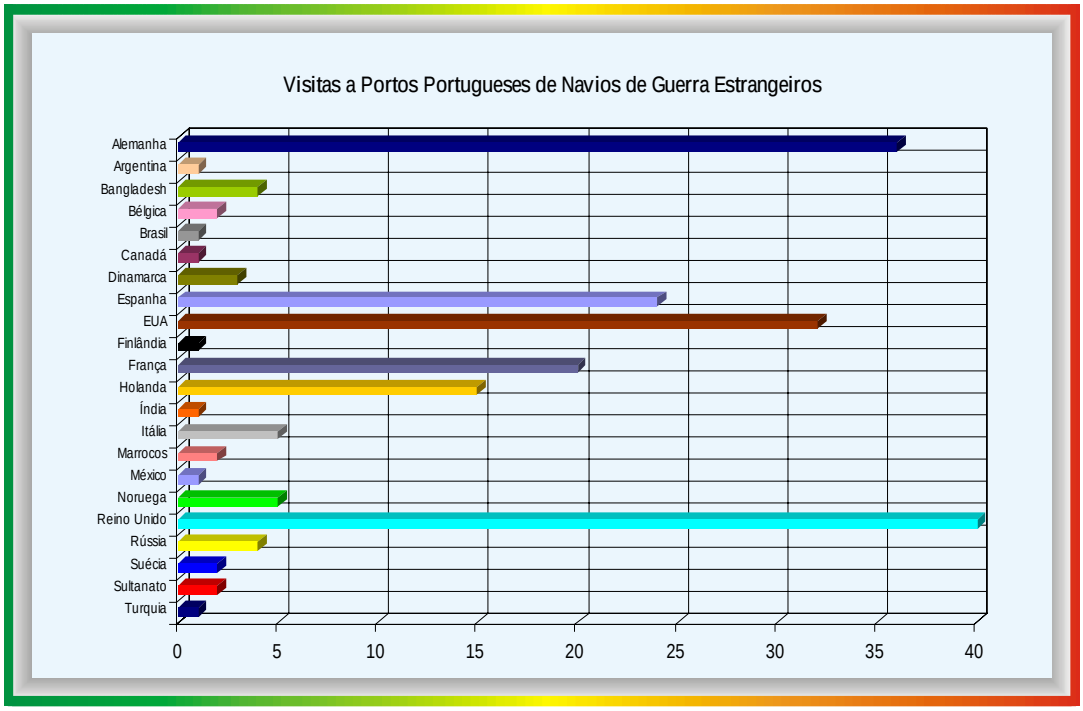
No âmbito das relações bilaterais, foram processados os pedidos de autorização diplomática para operação de navios científicos nas áreas de jurisdição nacional. As principais áreas de investigação destes cruzeiros incluíram trabalhos de oceanografia, hidrografia, biologia marítima, investigação de recursos pesqueiros, lançamento de cabos submarinos e prospecção mineira.

PAÍS	CRUZEIROS
Alemanha	8
Argentina	1
EUA	2
Espanha	2
França	5
Holanda	2
Itália	1
Noruega	1
Reino Unido	6
Rússia	1
TOTAL	29

3.1.4 – Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

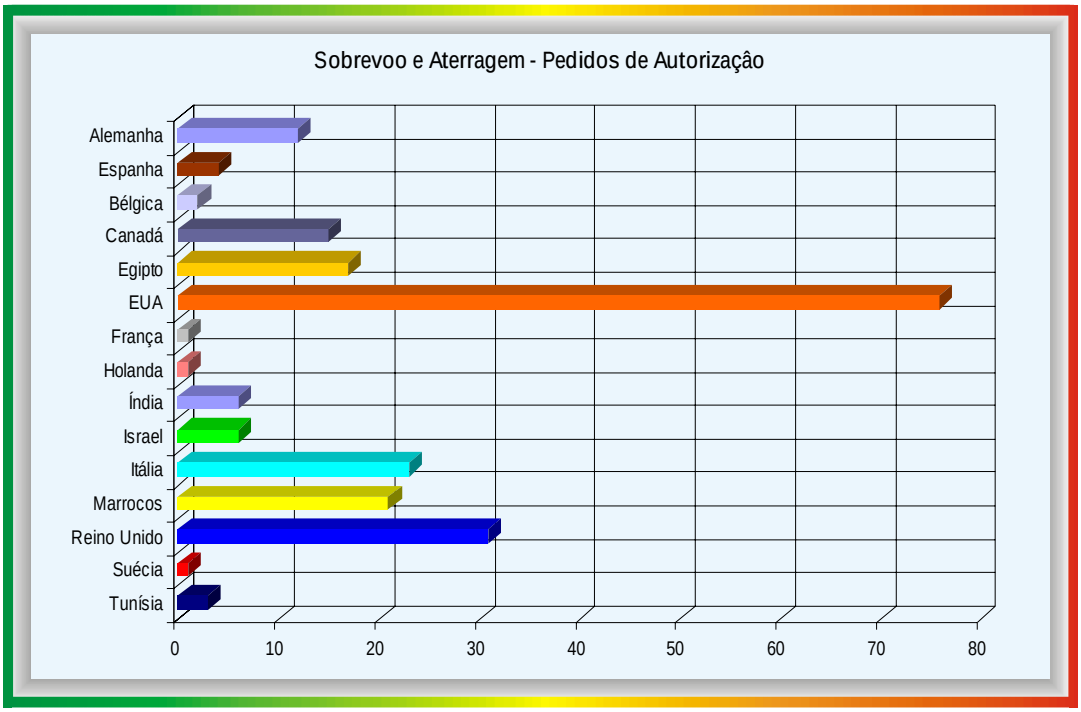
PAÍS / ORGANIZAÇÃO	VISITAS
Alemanha	36
Argentina	1
Bangladesh	4
Bélgica	2
Brasil	1
Canadá	1
Dinamarca	3
Espanha	24
EUA	32
Finlândia	1
França	20
Holanda	15
Índia	1
Itália	5
Marrocos	2
México	1
Noruega	5
Reino Unido	40
Rússia	4
Suécia	2
Sultanato de Omã	2
Turquia	1
TOTAL	203



3.1.5 – Sobrevoo e aterragem - Pedidos de autorização

Para aeronaves transportando material contencioso:

PAÍS	SOBREVOOS E ATERRAGENS
Alemanha	12
Espanha	4
Bélgica	2
Canadá	15
Egipto	17
EUA	76
França	1
Holanda	1
Índia	6
Israel	6
Itália	23
Marrocos	21
Reino Unido	31
Suécia	1
Tunísia	3
TOTAL	219


Sobrevoo e Aterragem - Pedidos de Autorizaçâo
Alemanha
Espanha
Bélgica
Canadá
Egipto
EUA
França
Holanda
Índia
Israel
Itália
Marrocos
Reino Unido
Suécia
Tunísia
0
10
20
30
40
50
60
70
80

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

Os quadros relativos à Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) procuram identificar e quantificar as acções realizadas, as áreas de intervenção e os correlativos investimentos.

A Cooperação Técnico-Militar com os PALOP executa-se através de programas-quadro (planos directores) bilaterais, de carácter indicativo, constituídos por projectos, bem como através de acções de natureza complementar, decorrentes de novos conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigidas à capacitação dos órgãos de concepção, coordenação e direcção das políticas de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

A execução dos projectos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infra-estruturas locais, fornecimento de equipamento e formação de pessoal em Portugal e/ou nos PALOP.

A componente formação de pessoal constitui-se como nuclear. Para além do estabelecimento anual de um programa de formação de pessoal dos PALOP em Portugal, os projectos que se executam, no terreno, são na sua maioria direccionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar nos PALOP, com o objectivo de, progressivamente, se irem criando capacidades que permitam a estes países ficarem auto-suficientes no domínio da formação e instrução das respectivas Forças Armadas.

Decorrente da inclusão da cooperação no domínio da Defesa, na recente emenda à Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP, a CTM alargou a sua actividade ao nível multilateral.

As acções de CTM executadas multilateralmente são definidas e avaliadas pelos ministros da Defesa da CPLP em sede das respectivas reuniões anuais.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos programas-quadro da cooperação técnico-militar bilateral e no formato CPLP inscrevem-se na contribuição portuguesa para a ajuda pública ao desenvolvimento (APD portuguesa).

CONCEITOS

Cooperação Técnico-Militar com os PALOP

Conjunto de acções que constituem simultaneamente um vector para a consolidação do sistema democrático dos países beneficiários, através da organização/formação de Forças Armadas apartidárias, garante do regular funcionamento das instituições e vector do desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e organização de estruturas funcionais.

Multilaterização da Cooperação Técnico-Militar no Formato Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desenvolvimento de acções de CTM conjuntas, ao nível dos países que constituem a CPLP, com o objectivo de, por um lado, colocar ao dispor de todos os países lusófonos as capacidades de cada um e, por outro lado, fomentar a preparação e treino de forças conjuntas vocacionadas para o desempenho de missões de manutenção de paz, de ajuda humanitária e de gestão de crises.

Projecto de Cooperação Técnico-Militar

Mecanismo de duração trienal, destinado à prossecução de um objectivo previamente definido e executado através de várias componentes (formação de pessoal, assessorias, reabilitação de infra-estruturas, fornecimento de material). O conjunto dos projectos aprovados bilateralmente designa-se por programa-quadro de duração trienal.

Outras Acções

Acções que não se integram em nenhum projecto específico, mas que se revelam complementares e/ou indispensáveis.

Acções de Formação, Promoção e Especialização e Qualificação

Cursos de duração variável, ministrados sob a responsabilidade de um estabelecimento, unidade ou órgão militar ou civil sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional e que visam a formação, promoção, qualificação ou especialização e actualização do militar.

Assistência Hospitalar

Assistência médica em hospitais militares portugueses, de militares das Forças Armadas dos PALOP, evacuados dos respectivos países por reconhecida falta de capacidade nos países de origem. Esta assistência poderá ser extensiva a familiares (cônjuges e/ou filhos).

Despesas de Estrutura

Despesas relativas a encargos assumidos com a manutenção de residências destinadas ao alojamento de militares portugueses destacados nos PALOP no desempenho de missões de Cooperação Técnico-Militar, com o parque de viaturas e com o pessoal de apoio nacional e/ou recrutado localmente, comunicações, etc.

3.2 – COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

3.2.1 – Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP

República de Cabo Verde
Apoio Técnico à Estrutura Superior das Forças Armadas
Apoio à Organização e Funcionamento do Instituto de Estudos Militares (IEM)
Apoio à Componente da Guarda Costeira e Unidade de Fuzileiros
Apoio ao Centro de Instrução Militar Conjunto do Morro Branco
Apoio à Formação de Unidades de Forças Especiais

República da Guiné-Bissau
Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas
Organização do Sistema de Formação e de Instrução Militar dos Três Ramos das Forças Armadas / CIM Cumeré
Desenvolvimento do Serviço de Transmissões Militares
Formação e Organização da Unidade de Engenharia Militar de Construções
Apoio no Âmbito do Serviço de Material

República Democrática de S. Tomé e Príncipe
Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas
Apoio à Formação e Treino de Unidades para Operações Conjuntas de Interesse Público, Ajuda Humanitária, Gestão de Crises e de Apoio à Paz
Apoio à Operacionalidade do Pelotão de Engenharia Militar de Construções
Apoio à Formação da Guarda Costeira (com a componente Desenvolvimento dos Sistema de Comunicações Militares)
Apoio à Manutenção do Sistema de Ajudas Visuais à Navegação
Apoio Local ao Programa de Combate ao Paludismo e Assistência Hospitalar em Portugal

República de Angola
Apoio à Organização e Funcionamento dos Órgãos e Serviços do Ministério da Defesa e Estado-Maior General das Forças Armadas
Apoio ao Funcionamento do Instituto Superior de Ensino Militar
Apoio à Organização e Criação da Academia Militar
Apoio à Formação da Brigada e Centro de Instrução de Comandos
Apoio à Organização do Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz
Apoio à Formação da Força e Organização da Escola de Fuzileiros Navais de Angola
Apoio à Organização da Escola Prática de Administração Militar
Apoio à Formação do Regimento de Polícia Militar
Apoio à Organização da Engenharia do Exército
Apoio à Organização da Escola de Sargentos do Exército
Apoio à Organização da Escola de Oficiais do Exército
Apoio à Organização da Escola de Aviação

República de Angola (Cont.)
Apoio Fisiátrico às Crianças Vítimas da Guerra
Apoio ao Funcionamento do Centro Psicotécnico da Força Aérea
Apoio Técnico à Implementação de um Programa Anti-Tuberculose
Apoio à Concepção e Levantamento do Controlo de Qualidade do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
Formação de Pessoal em Portugal

República de Moçambique
Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
Apoio à Organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais e da Marinha de Guerra de Moçambique
Apoio à Organização e Funcionamento da Academia Militar
Apoio Técnico ao Centro de Formação da Polícia Militar
Apoio Técnico ao Centro de Instrução de Forças Especiais
Apoio à Força Aérea de Moçambique na Área da Formação Técnica
Apoio Técnico à Organização do Sistema de Saúde Militar

3.2.2 – Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP

(euros)

Tipo de Despesas com Projectos de Cooperação	PAÍSES										TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique			
	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor
Assessorias e/ou Unidades Móveis	8	102.140	24	209.703	18	186.573	84	1.066.393	74	546.723	208	2.111.532
Recuperação de infra-estruturas	-	-	-	132.000	-	-	-	-	-	-	-	132.000
Material	-	4.488	-	43.783	-	131.511	-	11.546	-	15.130	-	206.458
Transporte de material e pessoal	-	5.960	-	13.257	-	15.884	-	92.105	-	54.300	-	181.506
Formação de pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8	112.588	24	398.743	18	333.968	84	1.170.044	74	616.153	208	2.631.496

3.2.3 – Formação de militares dos PALOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação	Marinha	13	4	6	13	16	52
	Exército	16	2	7	8	15	48
	Força Aérea	-	-	-	8	-	8
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	4	3	3	2	4	16
	Força Aérea	-	-	-	2	2	4
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Qualificação	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	2	1	3
	Força Aérea	-	-	-	1	-	1
TOTAL	Marinha	13	4	6	13	16	52
	Exército	20	5	10	12	20	67
	Força Aérea	-	-	-	11	2	13

3.2.4 – Despesas suportadas pelos Ramos das FA

(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação em Portugal	Marinha	9.841	5.323	4.937	15.319	17.387	52.807
	Exército	79.448	22.045	47.986	62.184	95.269	306.932
	Força Aérea	3.795	-	-	76.853	44.356	125.004
Vencimentos dos militares em missões nos PALOP	Marinha	58.786	29.313	43.921	189.650	227.684	549.354
	Exército	28.767	136.939	135.231	866.766	448.737	1.616.440
	Força Aérea	-	-	-	159.229	-	159.229
Material fornecido	Marinha	579	236	260	1.459	1.417	3.951
	Exército	4.187	9.769	12.562	50.247	37.685	114.450
	Força Aérea	-	-	-	1.115	-	1.115
Outros custos	Marinha	18	18	45	1.280	1.292	2.653
	Exército	1.540	3.594	4.317	17.497	13.693	40.641
	Força Aérea	-	-	-	1.163	-	1.163
TOTAL	Marinha	69.224	34.890	49.163	207.708	247.780	608.765
	Exército	113.942	172.347	200.096	996.694	595.384	2.078.463
	Força Aérea	3.795	-	-	238.360	44.356	286.511

3.2.5 – Formação de militares nos PALOP por tipo de curso e por Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação	Marinha	-	-	-	51	528	579
	Exército	170	1.180	126	1.191	398	3.065
	Força Aérea	-	-	-	16	-	16
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	48	88	136
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	13	-	231	62	306
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Qualificação	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	44	-	44
	Força Aérea	-	-	-	24	-	24
TOTAL	Marinha	-	-	-	51	528	579
	Exército	170	1.193	126	1.514	548	3.551
	Força Aérea	-	-	-	40	-	40

3.2.6 – Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e seus familiares e respectivas despesas

(euros)

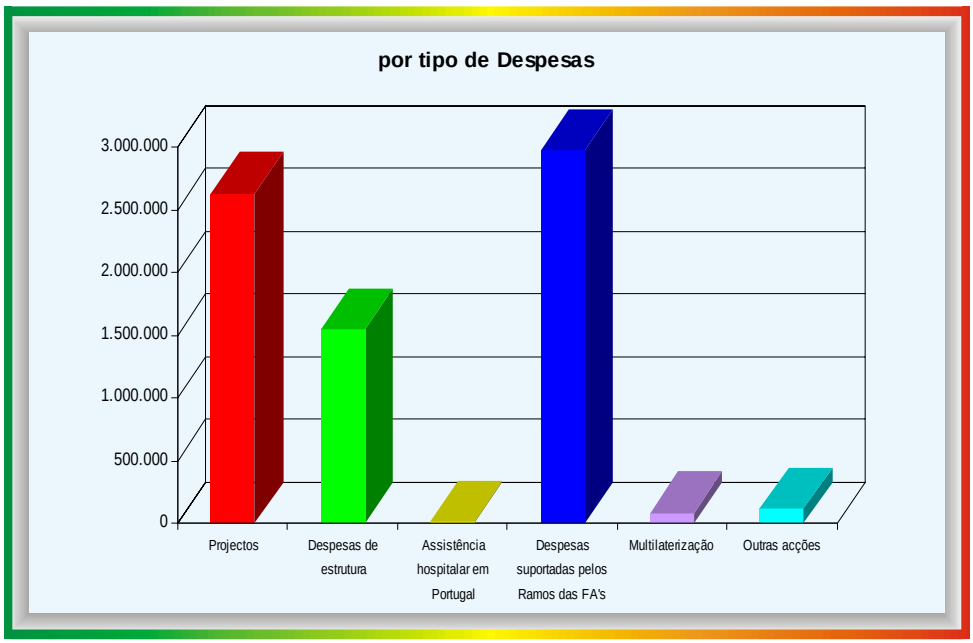
Pessoal Assistido	PAÍSES										TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Militares	-	-	5	5.690	3	2.855	6	5.209	2	210	16	13.964
Familiares	1	438	-	-	-	-	-	-	-	-	1	438
TOTAL	1	438	5	5.690	3	2.855	6	5.209	2	210	17	14.402

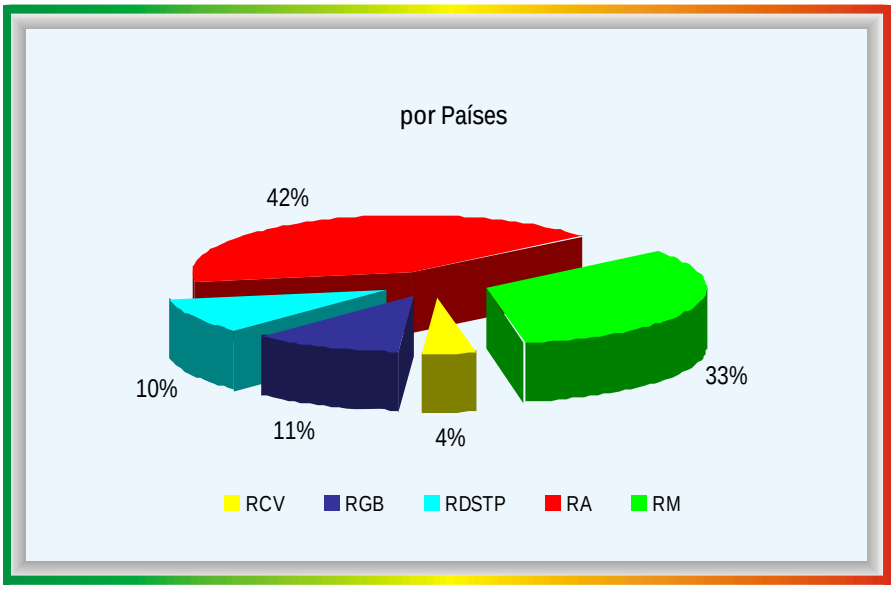
3.2.7 – Despesas globais da cooperação técnico-militar

(euros)

Tipo de Despesas	PAÍSES					TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Projectos	112.588	398.743	333.968	1.170.044	616.153	2.631.496
Despesas de estrutura	2.304	107.967	76.217	486.683	870.270	1.543.441
Assistência hospitalar em Portugal	438	5.690	2.855	5.209	210	14.402
Despesas suportadas pelos Ramos das FA's	186.961	207.237	249.259	1.442.762	887.520	2.973.739
Multilaterização	13.991	16.402	15.153	23.267	15.452	84.265
Outras acções	13.766	14.321	18.131	16.688	53.133	116.039
TOTAL	330.048	750.360	695.583	3.144.653	2.442.738	7.363.382

Distribuição





MISSÕES DE PAZ

CONCEITOS

Operações de Paz

Forma de resolução, prevenção e contenção de conflitos, através do uso do poder funcional, meios diplomáticos e militares dos Estados, a fim de prevenir o recurso à violência entre antagonistas infra e intra-estadual.

3.3 – MISSÕES DE APOIO À PAZ

3.3.1 – Envolvimento militar de Portugal em operações de apoio à paz

(euros)

Organização	País	Operação	Meios	Efectivos	Despesas
NATO	Afeganistão	ISAF	Militares em cargos	1	2.482.420
	Bósnia Herzegovina	SFOR	Militares em cargos	30	18.387.395
			1 Batalhão	276	
			1 Batalhão	275	
	Kosovo	KFOR	Militares em cargos	9	544.068
ONU	Burundi	ONUB	Militares em cargos	2	1.077
	Moçambique		Militares em cargos	1	-
	Kosovo	UNMIK	Militares em cargos	1	-
	Timor	UNMISET	Militares em cargos	21	18.024.631
			1 Agrupamento	383	
			1 CF Ref.	1	
	Costa do Marfim	ONUCI	Militares em cargos	1	2.336
UE	Bósnia Herzegovina	EUROFOR	Militares em cargos	54	-
			1 Batalhão	275	
OSCE	Bósnia Herzegovina	-	Militares em cargos	1	-
TOTAL	-	-	-	1.331	39.441.927

OBS.: Foi também considerada como Missão de Paz e como tal financiada pelo mesmo processo das restantes missões, a participação nacional na STANAVFORLANT / NATO (*Standing Naval Force Atlantic*); ACTIVE ENDEAVIOUR; NRF2 que, em 2004, teve despesas no valor de 11.553.963 euros, bem como a participação nacional na EUROMARFOR, RESOLUTE BEHAVIOUR, cujas despesas foram no montante de 38.399 euros.

PESSOAL

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem directamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transacto, fixa-se o dia 31 de Dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efectivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.ª Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro), a actual Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, criou um novo modelo de Serviço Militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/00, de 14 de Novembro. Com a publicação deste diploma iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efectivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Em Setembro de 2004 passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN. Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/00, de 15 de Dezembro, que aprova um conjunto de incentivos à prestação de serviço militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV). Este (conjunto) pacote de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio.

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 12-A/2000, de 24 de Julho, e n.º 25/2000, de 23 de Agosto e Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, procurou adaptar-se ao novo conceito de serviço militar assente no voluntariado e tornar compatíveis alguns aspectos do estatuto da condição militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efectivos militares.

Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, com a entrada em vigor do novo quadro legal, as formas de prestação de serviço militar passaram a ser as seguintes:

- Militar dos Quadros Permanentes (QP)

  É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

. Activo

Considera-se no activo o militar dos QP que se encontre afecto a serviço efectivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma;

. Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no activo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço;

. Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no activo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

- Militar em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (duração mínima de 2 e máxima de 6 anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Militar em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efectivo em regime de contrato.

Durante o período de transição manter-se-á em vigor o SEN, o qual passará a abranger apenas os militares conscritos ao serviço militar.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar.

Pessoal Civil

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho e Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência directa dos Ramos das FA's, que foram criados com vista ao desempenho da função "Arsenal", imprescindível na época, para o adequado desempenho das missões atribuídas às FA's.

4.1 – PESSOAL

4.1.1 – Pessoal Militar

4.1.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ

Ano: 2004

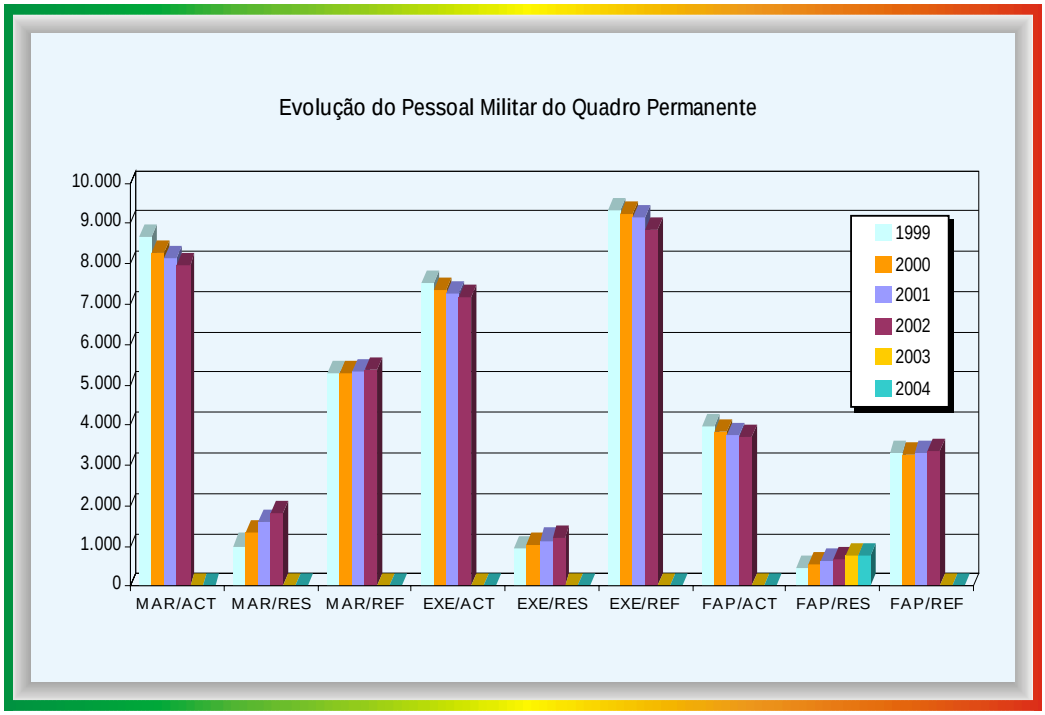
Situação / Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa Quadro Permanente (Activo)	7.759	7.002	3.728	18.489
RC Regime de Contrato	2.853	10.863	3.491	17.207
RV Regime de Voluntariado	2	1.851	-	1.853
SEN Serviço Efectivo Normal (a)	-	-	-	-
SUBTOTAL	10.614	19.716	7.219	37.549
QPrs Quadro Permanente (Reserva)	2.108	1.222	760	4.090
QPrf Quadro Permanente (Reforma)	5.537	8.847	3.387	17.771
SUBTOTAL	7.645	10.069	4.147	21.861
TOTAL	18.259	29.785	11.366	59.410

(a) Data de referência, 31 de Dezembro de 2004.

4.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

4.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente

Situação / Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Activo)	2003	7.890	7.065	3.704	18.659
	2002	7.968	7.171	3.726	18.865
	2001	8.130	7.268	3.740	19.138
	2000	8.282	7.358	3.844	19.484
	1999	8.665	7.512	3.977	20.154
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2003	2.068	1.253	769	4.090
	2002	1.825	1.189	691	3.705
	2001	1.606	1.140	636	3.382
	2000	1.339	1.045	555	2.939
	1999	1.009	937	445	2.391
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2003	5.392	9.035	3.332	17.759
	2002	5.370	8.857	3.368	17.595
	2001	5.328	9.136	3.309	17.773
	2000	5.297	9.239	3.320	17.856
	1999	5.289	9.308	3.318	17.915

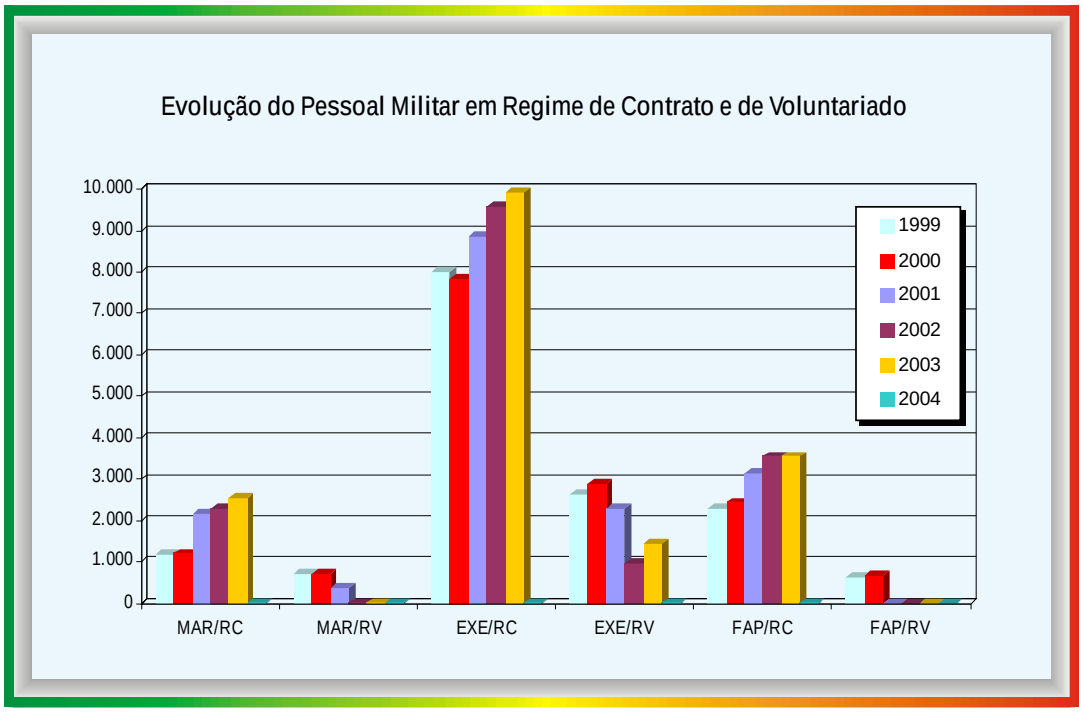


MAR – Marinha; EXE – Exército; FAP – Força Aérea Portuguesa

ACT – Activo; RES – Reserva; REF - Reforma

4.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	2003	2.544	9.942	3.543	16.029
	2002	2.295	9.593	3.543	15.431
	2001	2.153	8.866	2.282	13.301
	2000	1.198	7.840	2.445	11.483
	1999	1.184	7.998	2.282	11.464
RV - Regime de Voluntariado	2003	3	1.444	-	1.447
	2002	4	976	-	980
	2001	381	2.277	-	2.658
	2000	699	2.890	662	4.251
	1999	705	2.642	625	3.972
SEN - Mancebos que nos anos considerados passaram pelas fileiras das FA em Serviço Efectivo Normal	2003	142	3.626	-	3.768
	2002	465	8.644	-	9.109
	2001	356	2.977	-	3.333
	2000	607	6.170	-	6.777
	1999	625	25.137	-	25.762



MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

4.1.1.3 – Militares do QP, Activo, Quanto à Efectividade de Serviço (a)

Ano: 2004

Situação / Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal	7.665	6.959	3.701	18.325
Comissão especial	1	-	5	6
Inactividade temporária	65	-	-	65
Licença sem vencimento	28	43	22	93
TOTAL	7.759	7.002	3.728	18.489

(a) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

4.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2004

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Almirante; General	3	-	-	1	-	-	1	-	-	5	-	-
	Vice Almirante; Tenente-General	9	-	-	19	-	-	8	-	-	36	-	-
	Contra-Almirante; Major-General	22	-	-	43	-	-	24	-	-	89	-	-
	Comodoro; Brigadeiro-General	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUBTOTAL	34	-	-	63	-	-	33	-	-	130	-	-
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	118	-	-	236	-	-	112	-	-	466	-	-
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	226	-	-	539	-	-	233	-	-	998	-	-
	Capitão-Tenente; Major	308	-	-	635	-	-	262	-	-	1.205	-	-
	1º Tenente; Capitão	364	-	-	770	-	-	477	-	-	1.611	-	-
	2º Tenente; Tenente	216	78	-	329	339	-	157	267	-	702	684	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	58	72	-	44	227	15	34	200	-	136	499	15
	Aspirante a Oficial	-	47	-	-	24	22	-	107	-	-	178	22
	SUBTOTAL	1.290	197	-	2.553	590	37	1.275	574	-	5.118	1.361	37
Sargentos	Sargento-Mor	79	-	-	190	-	-	41	-	-	310	-	-
	Sargento-Chefe	138	-	-	390	-	-	146	-	-	674	-	-
	Sargento-Ajudante	453	-	-	1.416	-	-	364	-	-	2.233	-	-
	1º Sargento	1.621	-	-	2.172	206	-	1.584	22	-	5.377	228	-
	2º Sargento	390	17	-	213	465	-	285	10	-	888	492	-
	Subsargento; Furriel	-	19	-	-	371	21	-	-	-	-	390	21
	2º Subsargento; 2º Furriel	-	-	-	-	67	32	-	-	-	-	67	32
	SUBTOTAL	2.681	36	-	4.381	1.109	53	2.420	32	-	9.482	1.177	53
Praças	Cabo; Cabo de Secção	2.509	-	-	1	-	-	-	-	-	2.510	-	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	1.245	332	-	4	1.325	-	-	1.181	-	1.2498	2.838	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	-	1.231	-	-	1.112	-	-	1.153	-	-	3.496	-
	1º Grumete; 2º Cabo	-	731	2	-	900	54	-	424	-	-	2.055	56
	2º Grumete; Soldado; Sold. Cadete	-	326	-	-	5.827	1.707	-	127	-	-	6.280	1.707
	SUBTOTAL	3.754	2.620	2	5	9.164	1.761	-	2.885	-	3.759	14.669	1.763
TOTAL		7.759	2.853	2	7.002	10.863	1.851	3.728	3.491	-	18.489	17.207	1.853

(a) De acordo com o quadro Anexo I ao artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de Junho.
QPa - Quadro Permanente (Activo)

4.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar

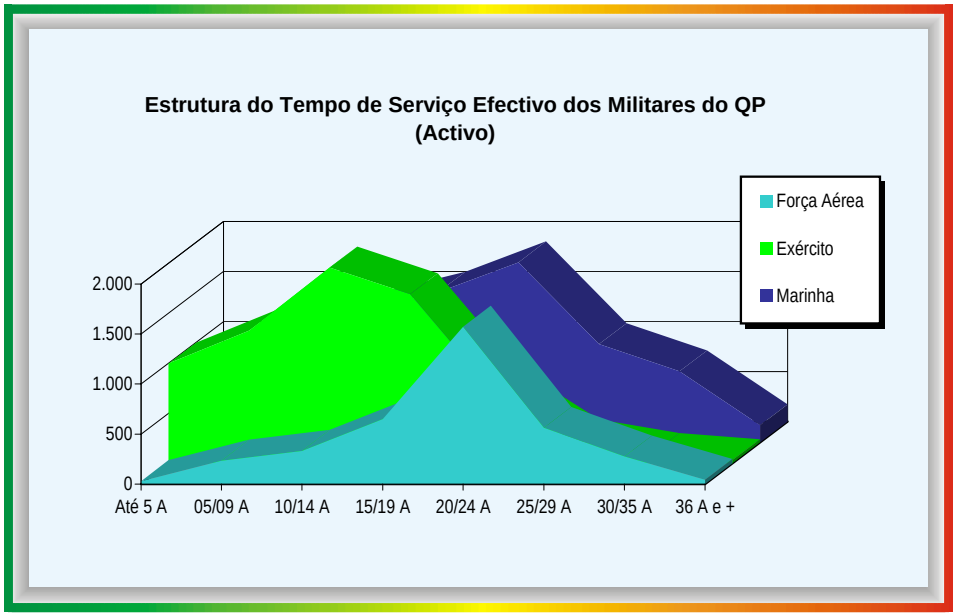
Ano: 2004

Situação / Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Até 20 anos	-	441	-	-	42	44	-	142	-	-	625	44
20/24 anos	532	2.087	-	70	5.536	1.697	26	2.185	-	628	9.808	1.697
25/29 anos	1.053	297	2	601	4.387	100	323	1.111	-	1.977	5.795	102
30/34 anos	1.098	28	-	963	870	10	368	52	-	2.429	950	10
35/39 anos	1.496	-	-	1.654	28	-	637	1	-	3.787	29	-
40/44 anos	1.553	-	-	1.962	-	-	1.548	-	-	5.063	-	-
45/49 anos	1.287	-	-	1.230	-	-	513	-	-	3.030	-	-
50/54 anos	587	-	-	392	-	-	265	-	-	1.244	-	-
55/59 anos	148	-	-	122	-	-	47	-	-	317	-	-
60/64 anos	5	-	-	7	-	-	1	-	-	13	-	-
65 anos e mais	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
TOTAL	7.759	2.853	2	7.002	10.863	1.851	3.728	3.491	-	18.489	17.207	1.853

4.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Activo

Ano: 2004

Situação / Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	329	64	32	425
05 / 09 anos	1.062	651	275	1.988
10 / 14 anos	1.217	1.051	361	2.629
15 / 19 anos	1.462	1.747	476	3.685
20 / 24 anos	1.810	1.888	1.557	5.255
25 / 29 anos	1.060	1.131	674	2.865
30 / 35 anos	651	377	317	1.345
36 anos e mais	168	93	36	297
TOTAL	7.759	7.002	3.728	18.489



4.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares

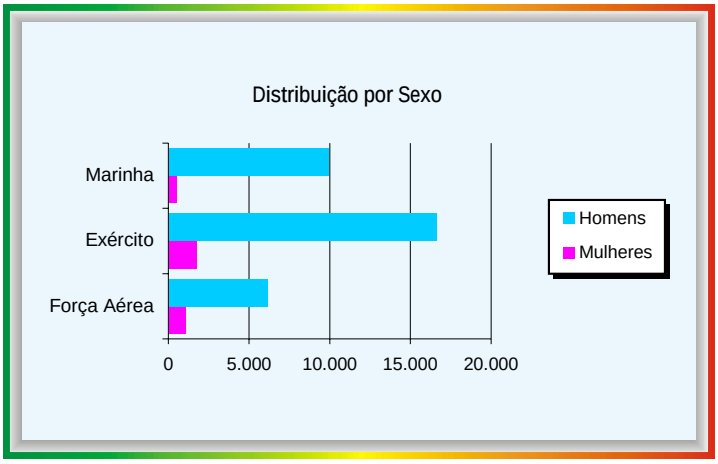
Ano: 2004

Ramo das FA / Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	120	75	1	175	539	100	74	119	-	369	733	101
Beja	312	93	-	114	176	22	83	69	-	509	338	22
Braga	122	86	-	173	756	127	63	92	-	358	934	127
Bragança	224	65	-	268	295	47	81	69	-	573	429	47
Castelo Branco	341	75	-	228	396	48	123	67	-	692	538	48
Coimbra	280	106	-	336	591	91	174	129	-	790	826	91
Évora	369	79	-	243	248	39	134	78	-	746	405	39
Faro	257	114	-	88	204	38	68	61	-	413	379	38
Guarda	173	49	-	224	320	46	89	67	-	486	436	46
Leiria	223	96	-	201	470	69	170	164	-	594	730	69
Lisboa	2.017	824	-	2.156	1.244	325	1.104	1.122	-	5.277	3.190	325
Portalegre	329	64	-	239	276	47	125	55	-	693	395	47
Porto	266	166	-	336	1.311	235	151	295	-	753	1.772	235
Santarém	516	170	-	532	651	92	347	220	-	1.395	1.041	92
Setúbal	829	402	-	293	703	164	194	247	-	1.316	1.352	164
Viana do Castelo	168	55	-	81	331	34	29	58	-	278	444	34
Vila Real	176	53	-	279	593	65	80	75	-	535	721	65
Viseu	290	94	1	419	721	84	129	130	-	838	945	85
Açores	48	19	-	74	454	92	30	84	-	152	557	92
Madeira	34	20	-	50	511	28	25	13	-	109	544	28
Outras origens	665	148	-	493	73	58	455	277	-	1.613	498	58
TOTAL	7.759	2.853	2	7.002	10.863	1.851	3.728	3.491	-	18.489	17.207	1.853

4.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2004

Ramo das FA / Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Masculino	7.565	2.481	2	6.886	9.136	1.648	3.573	2.491	-	18.024	14.108	1.650
Feminino	194	372	-	116	1.727	203	155	1.000	-	465	3.099	203
TOTAL	7.759	2.853	2	7.002	10.863	1.851	3.728	3.491	-	18.489	17.207	1.853



4.1.1.9 – Promoção de Militares do QP

Ano: 2004

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal	-	-	-	-
	Almirante; General	1	-	-	1
	Vice-Almirante; Tenente-General	5	3	3	11
	Contra-Almirante; Major-General	8	13	6	27
	Comodoro; Brigadeiro-General	-	-	-	-
	SUBTOTAL	14	16	9	39
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	31	34	27	92
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	54	81	57	192
	Capitão-Tenente; Major	61	83	37	181
	1º Tenente; Capitão	32	53	43	128
	2º Tenente; Tenente	66	78	54	198
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	58	48	37	143
	SUBTOTAL	302	377	255	934
Sargentos	Sargento-Mor	34	79	34	147
	Sargento-Chefe	37	108	76	221
	Sargento-Ajudante	95	139	88	322
	1º Sargento	163	86	60	309
	2º Sargento	126	72	113	311
	Subsargento; Furriel	-	-	-	-
	SUBTOTAL	455	484	371	1.310
Praças	Cabo; Cabo de Secção	159	-	-	159
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	68	-	-	68
	SUBTOTAL	227	-	-	227
TOTAL		998	877	635	2.510

4.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2004

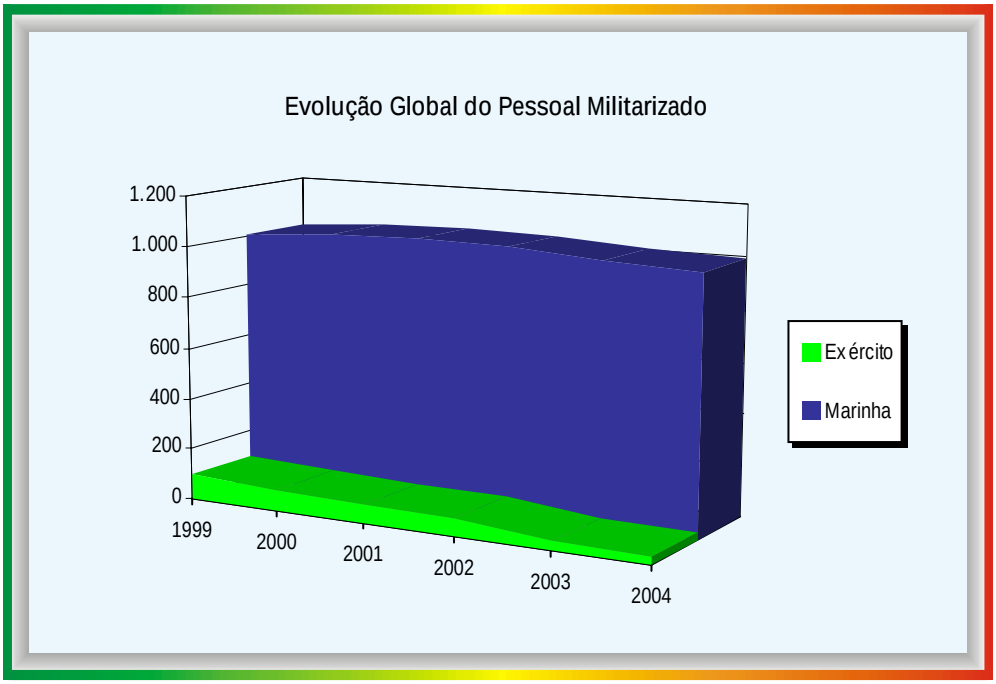
Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	46	-	-	64	20	49	37	94	-	147	114	49
	Sargentos	11	-	-	72	34	106	113	-	-	196	34	106
	Praças	145	-	734	-	3.645	1.497	-	347	-	145	3.992	2.231
	TOTAL	202	-	734	136	3.699	1.652	150	441	-	488	4.140	2.386
Saídas	Oficiais	72	-	17	100	4	80	52	39	-	224	43	97
	Sargentos	166	-	12	122	1	175	75	13	-	363	14	187
	Praças	82	1	528	-	1.743	748	-	278	-	82	2.022	1.276
	TOTAL	320	1	557	222	1.748	1.003	127	330	-	669	2.079	1.560

4.1.2 – Pessoal Militarizado

4.1.2.1 – Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Polícia Marítima	480	501	509	519	494	489
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	121	120	124	123	122	119
Cabos de Mar	-	-	-	-	-	-
Troço de mar	230	235	237	232	235	233
Práticos/Costa Algarve	2	2	2	2	2	2
Faroleiros	176	174	165	156	153	150
TOTAL	1.009	1.032	1.037	1.032	1.006	993

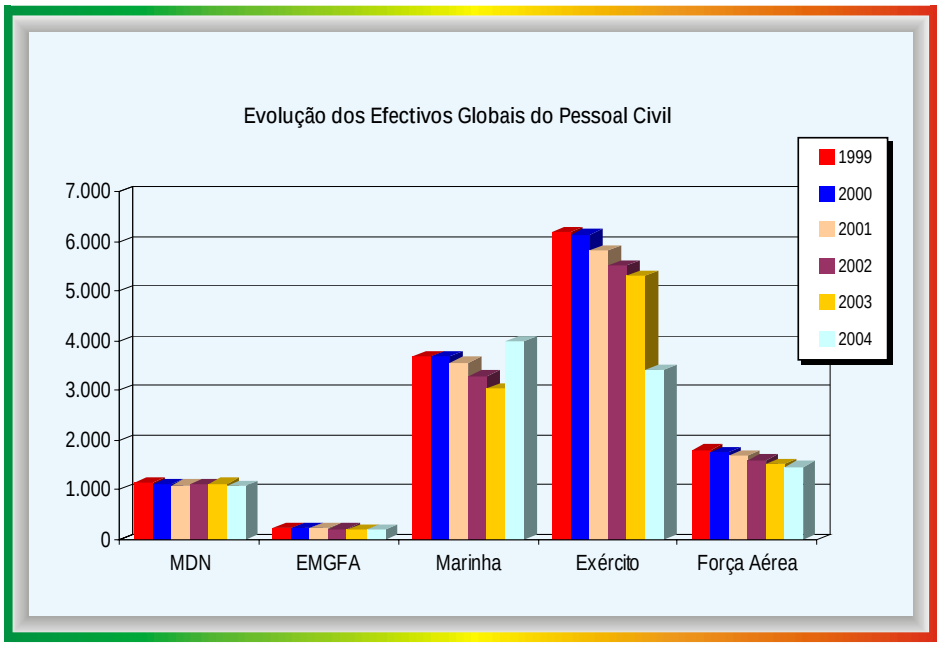
EXÉRCITO	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Técnico-Profissional e Administrativo	39	31	28	27	14	14
Construção Civil	-	-	-	-	-	-
Serralharia	-	-	-	-	-	-
Armazém	-	-	-	-	-	-
Auxiliar de Serviços	21	21	18	17	4	3
Motorista	11	10	9	7	6	5
Tratador	7	7	7	7	6	5
Vigilante	16	11	7	6	4	1
TOTAL	94	80	69	64	34	28



4.1.3 – Pessoal Civil

4.1.3.1 – Efectivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2004	1.079	198	2.981	3.425	1.467	9.150
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2003	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224
2002	1.123	217	3.300	5.512	1.604	11.756
2001	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419
2000	1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956
1999	1.156	238	3.686	6.195	1.805	13.080



4.1.3.2 – Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

Ano: 2004

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	82	-	31	-	-	113
Téc. Superior / Técnico Licenciado	110	5	88	53	30	286
Técnico / Técnico Bacharel	16	2	65	81	38	202
Docente (b)	9	2	32	328	33	404
Médico / Enfermagem (b)	6	-	47	363	101	517
Informático (b)	23	12	39	61	-	135
Técnico profissional	27	17	156	78	47	325
Administrativo	232	85	511	1.167	244	2.239
Operário	43	5	1.184	223	328	1.783
Auxiliar	531	70	828	1.071	646	3.146
TOTAL	1.079	198	2.981	3.425	1.467	9.150

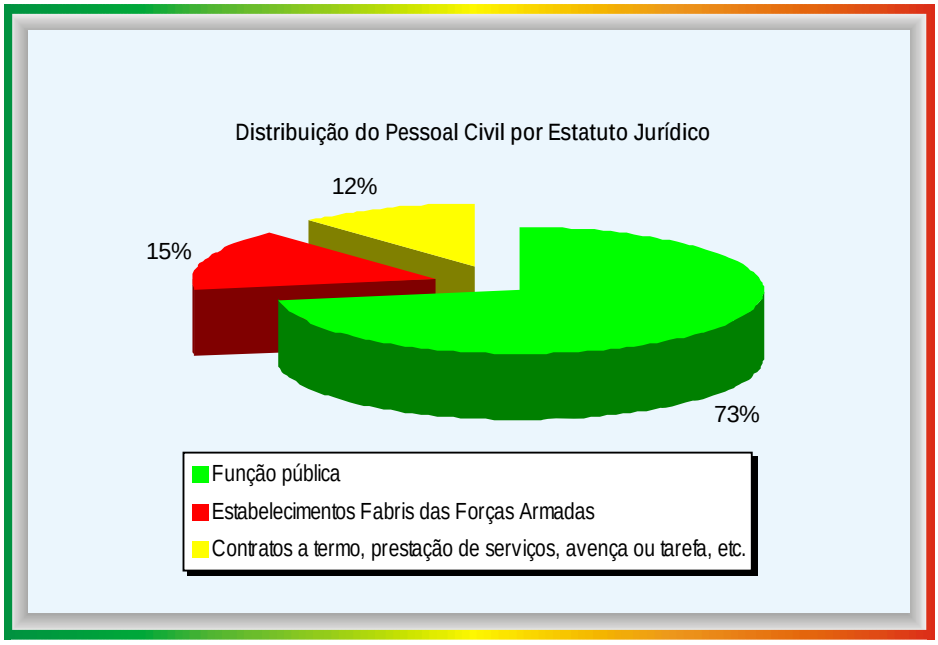
(a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no n.º 2 e n.º 3 do art.º 14 do DL n.º 248/85, de 15 de Julho.

(b) Carreiras de regime especial a que se refere o n.º 3 do preceito citado.

4.1.3.3 – Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

Ano: 2004

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	690	198	1.278	3.087	1.392	6.645
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	4	-	1.408	-	-	1.412
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	398	-	295	338	75	1.106
TOTAL	1.092	198	2.981	3.425	1.467	9.163



4.1.3.4 – Pessoal Civil por Habilitações Académicas

Ano: 2004

Entidade		MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Doutoramento e mestrado		13	-	8	69	1	91
Licenciatura		177	10	172	587	146	1.092
Bacharelato		38	1	50	99	40	228
Anos de Escolaridade	- 12 Anos	91	28	236	332	39	726
	- 11 Anos	91	25	235	176	69	596
	- 9 Anos	198	51	829	609	223	1.910
	- 6 Anos	185	32	484	529	307	1.537
	- 4 Anos	294	50	795	998	622	2.759
	- Menos de 4 Anos	5	1	2	26	5	39
Desconhecidas		-	-	170	-	15	185
TOTAL		1.092	198	2.981	3.425	1.467	9.163

4.1.3.5 – Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2004

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	313	60	1.736	1.033	671	3.813
Mulheres	779	138	1.245	2.392	796	5.350
TOTAL	1.092	198	2.981	3.425	1.4674	9.163

4.1.3.6 – Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2004

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos	-	-	3	-	-	3
20/24 anos	24	1	73	8	1	107
25/29 anos	57	2	202	35	22	318
30/34 anos	109	11	307	169	79	675
35/39 anos	106	11	337	262	162	878
40/44 anos	171	30	383	467	254	1.305
45/49 anos	191	46	604	535	311	1.687
50/54 anos	181	44	524	868	311	1.928
55/59 anos	135	30	362	672	188	1.387
60/64 anos	79	13	131	273	98	594
65 anos e mais	39	10	55	136	41	281
TOTAL	1.092	198	2.981	3.425	1.467	9.163

4.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2004

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	226	2	442	90	59	819
05/09 anos	219	11	410	167	170	977
10/14 anos	131	36	582	285	136	1.170
15/19 anos	81	48	473	686	216	1.504
20/24 anos	111	38	264	436	378	1.227
25/29 anos	151	19	269	367	217	1.023
30/35 anos	137	39	500	1.239	200	2.115
36 anos e mais	36	5	41	155	91	328
TOTAL	1.092	198	2.981	3.425	1.467	9.163

4.1.3.8 – Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2004

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	13	-	-	-	-	13
Téc. Superior / Técnico Licenciado	21	-	15	4	-	40
Técnico / Técnico Bacharel	1	-	11	3	-	15
Docente (*)	1	-	-	5	-	6
Médico / Enfermagem (*)	-	-	1	7	7	15
Informático (*)	2	1	5	-	-	8
Técnico Profissional	4	-	10	4	-	18
Administrativo	31	9	9	80	-	129
Operário	5	-	105	1	-	111
Auxiliar	-	-	42	19	-	61
TOTAL	78	10	198	123	7	416

(*) Carreiras de regime especial.

4.1.3.9 – Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2004

	Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	Entradas	35	6	12	90	16	159
	Saídas	71	14	50	410	67	612
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas	-	-	-	-	-	-
	Saídas	-	-	43	-	-	43
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas	3	-	32	22	3	60
	Saídas	19	-	47	65	9	140
TOTAL	Entradas	38	6	44	112	19	219
	Saídas	90	14	140	475	76	795

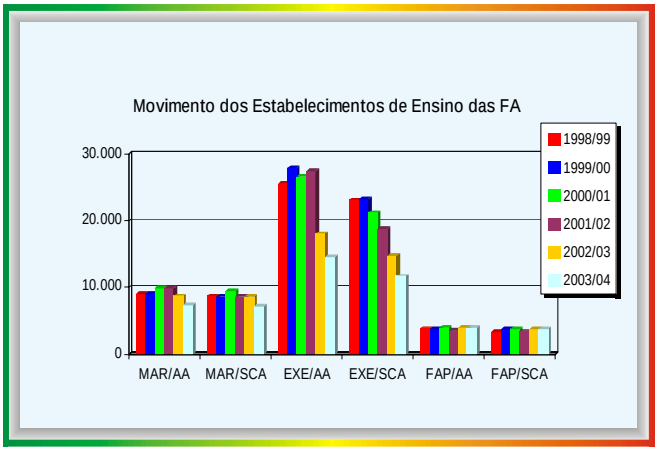
FORMAÇÃO E TREINO

4.2 – FORMAÇÃO E TREINO

4.2.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA

(Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2003/04	7.409	14.565	3.882	25.856
	Dados retrospectivos				
	2002/03	8.753	18.071	3.894	30.718
	2001/02	9.227	27.475	3.588	40.290
	2000/01	9.974	26.604	3.972	40.550
	1999/00	8.995	27.931	3.795	40.721
	1998/99	9.083	25.632	3.859	38.574
Saídas com aproveitamento	2003/04	7.132	11.687	3.739	22.558
	Dados retrospectivos				
	2002/03	8.566	14.799	3.775	27.140
	2001/02	8.669	18.761	3.413	30.843
	2000/01	9.450	21.292	3.730	34.472
	1999/00	8.617	23.211	3.679	35.507
	1998/99	8.735	23.148	3.396	35.279



MAR - Marinha
EXE - Exército
FAP - Força Aérea Portuguesa
AA - Alunos admitidos
SCA - Saídas com aproveitamento

4.2.2 – Pessoal Militar na Efectividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação	1.866	512	1.126	3.504
Cursos de Promoção	104	501	59	664
Cursos de Especialização ou Qualificação	5.273	2.370	2.084	9.727
Cursos de Actualização	166	-	178	344
TOTAL	7.409	3.383	3.447	14.239

4.2.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)	20	42	85	147
Média (de um a três meses)	5	3	7	15
Longa (mais de três meses)	6	9	9	24
TOTAL	31	54	101	186

Anexo ao quadro 4.2.1

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a)

(Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)

Marinha

Instituto Superior Naval de Guerra (Lisboa)
Escola Naval (Alfeite)
Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite)
Grupo n.º 1 de Escolas da Armada (Vila Franca de Xira):
- Escola de Máquinas
- Escola de Electrotecnia
- Escola de Abastecimento

Grupo n.º 2 de Escolas da Armada (Alfeite):
- Escola de Artilharia Naval
- Escola de Comunicações
- Escola de Armas Submarinas
- Escola de Informações de Combate
- Escola da Marinharia
- Escola de Tecnologia de Educação e Treino
- Escola de Limitação de Avarias

Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro)
Escola de Submarinos (Alfeite)
Escola de Mergulhadores (Alfeite)
Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa)
Escola de Faroleiros (Paço de Arcos)
Centro de Educação Física da Armada (Alfeite)
Centro de Instrução de Táctica Naval (Alfeite)
Centro de Instrução de Informática (Lisboa)
Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo)
Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite)
Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa)
Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)

Exército

Instituto de Altos Estudos Militares (Pedrouços)
Academia Militar (Lisboa)
Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora)
Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha)
Escola Prática de Infantaria (Mafra)
Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)
Escola Prática de Cavalaria (Santarém)
Escola Prática de Engenharia (Tancos)
Escola Prática de Transmissões (Porto)
Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento)
Escola Prática de Administração Militar (Póvoa de Varzim)
Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz)

Escola Militar de Electromecânica (Paço de Arcos)
Escola de Tropas Aerotransportadas (Tancos)
Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa)
Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa)
Centro de Informática do Exército (Lisboa)
Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra)
Centros de Instrução de Praças:
- (Região Militar do Norte, Governo Militar de Lisboa, Campo Militar de St.ª Margarida, Região Militar Sul, Zonas Militares dos Açores e Madeira)

Instituto Geográfico do Exército (Lisboa)
Banda do Exército (Queluz)

Força Aérea

Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (Sintra)
Academia da Força Aérea (Sintra)
Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra)
Esquadra 101/ Epsilon (Beja)
Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja)
Esquadra 301 / Alfa Jet (Beja)
Esquadra 552 / AL III (Beja)
Esquadrilha 802 (BA 1 Sintra)
Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)
Esquadra 401 / Aviocar / Fotografia / Geofísica (Sintra)
Esquadra 505 / FTB 337 (Sintra)
Esquadra 201 / F16 (Monte Real)
Esquadra 501 / C-130 (Montijo)
Esquadra 504 / Falcon (Montijo)

Esquadra 751 / Puma (Montijo)
Esquadra 601 / P- 3P (Montijo)
Esquadra 711/ Aviocar / Puma (Lages)Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota):
- Escola de Sargentos da Força Aérea (ESARFA)
- Escola de Língua Inglesa (ELI)
- Escola de Formação Pedagógica de Formadores
- Área de Formação Técnica de Operação

Banda de Música da Força Aérea (Lisboa)
Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo)
Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar)
Centro de Medicina Aeronáutica (Lisboa)
Direcção de Informática (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas.
(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima.

SAÚDE MILITAR

A missão da Saúde Militar consiste no apoio sanitário aos efectivos militares em qualquer situação, e em especial no apoio directo às forças em operações ou em campanha. Toda a orgânica e treino específico são orientados para essa finalidade.

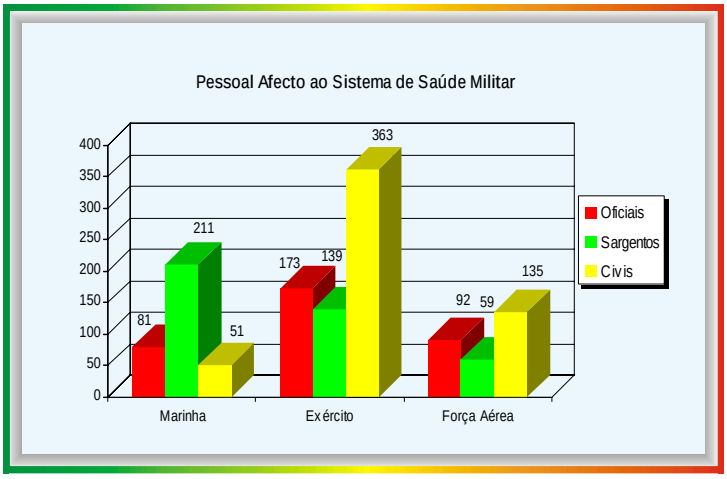
Nas Forças Armadas Portuguesas, cada Ramo possui os seus próprios serviços de saúde, por razões de especificidade da missão e da particularidade dos meios com que actuam.

Os Serviços de Saúde Militar dispõem de pessoal médico, farmacêutico, médico veterinário médico dentista, de enfermagem, técnico de diagnóstico e terapêutica, de socorrismo, auxiliar de acção médica, administrativo e outro, na sua maioria militar, complementado por civis que, distribuídos por hospitais, centros de saúde, enfermarias e postos de socorros, procuram assegurar as necessidades da cobertura sanitária.

As informações necessárias para elaboração das estatísticas da saúde, no que se refere aos hospitais militares – equipamento, pessoal ao serviço, acção desenvolvida e os dados relativos ao pessoal de saúde em serviço nas Forças Armadas – foram fornecidas pelos Ramos.

4.3 – SAÚDE

4.3.1 – Pessoal de Saúde



4.3.1.1 – Médicos Militares e Civis

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Contra-Almirante; Major-General	2	-	2	4
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	4	15	5	24
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	15	20	17	52
Capitão-Tenente; Major	20	19	15	54
1º Tenente; Capitão	6	24	37	67
2º Tenente; Tenente	25	5	5	35
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis dos QPC	-	116	14	130
Civis contratados e avençados	34	144	38	216
TOTAL	106	343	133	582

Nota: Inclui Dentistas/Estomatologistas.

4.3.1.2 – Farmacêuticos Militares e Civis

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	1	3	-	4
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	2	13	-	15
Capitão-Tenente; Major	3	6	-	9
1º Tenente; Capitão	3	10	-	13
2º Tenente; Tenente	-	4	-	4
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis dos QPC	1	-	1	2
Civis contratados e avençados	-	-	-	-
TOTAL	10	36	1	47

4.3.1.3 – Técnicos de Farmácia Militares e Civis

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
1º Tenente; Capitão	-	3	-	3
2º Tenente; Tenente	-	18	-	18
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	5	-	5
Sargento-Mor	-	-	-	-
Sargento-Chefe	-	-	-	-
Sargento-Ajudante	-	-	-	-
1º Sargento	-	-	-	-
2º Sargento	-	-	-	-
Civis dos QPC (Inclui 2 Técnicos de Laboratório)	7	-	-	7
TOTAL	26	26	-	33

4.3.1.4 – Enfermeiros Militares e Civis

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
1º Tenente; Capitão	-	-	7	7
2º Tenente;Tenente	-	-	4	4
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Sargento-Mor	7	7	-	14
Sargento-Chefe	12	26	4	42
Sargento-Ajudante	44	31	13	88
1º Sargento	125	75	42	242
2º Sargento	-	-	-	-
Subsargento; Furriel	3	-	-	3
Civis dos QPC	-	88	45	133
Civis contratados e avençados	-	15	-	15
TOTAL	191	242	115	548

4.3.1.5 – Técnicos Paramédicos Militares e Civis

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	-	-	-
Sargento-Chefe	-	-	-	-
Sargento-Ajudante	-	-	-	-
1º Sargento	20	-	-	20
2º Sargento	-	-	-	-
Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos QPC	9	-	27	36
Civis contratados e avençados	-	-	6	6
TOTAL	29	-	33	62

Nota: Os civis correspondem à categoria de Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.

4.3.1.6 – Médicos Veterinários Militares e Civis

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	-	3	-	3
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	-	11	-	11
Capitão-Tenente; Major	-	3	-	3
1º Tenente; Capitão	-	7	-	7
2º Tenente; Tenente	-	3	-	3
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	1	-	1
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis contratados e avençados	-	-	4	4
TOTAL	-	28	4	32

4.3.1.7 – Enfermeiros Veterinários Militares e Civis

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	-	-	-
Sargento-Chefe	-	-	-	-
Sargento-Ajudante	-	-	-	-
1º Sargento	-	-	-	-
2º Sargento	-	-	-	-
Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos QPC	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

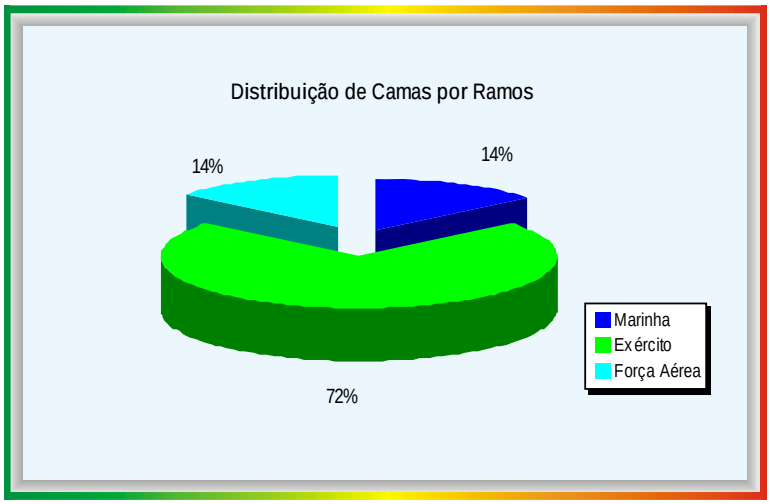
4.3.2 – Hospitais Militares

4.3.2.1 – Camas, Segundo o Fim a que se Destinam

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Internamento geral				
- Lotação oficial	99	508	90	697
- Lotação praticada	99	467	70	636
Serviços de Urgência	2	19	-	21
Recobro de Operações	-	13	8	21
Cuidados Intensivos	3	6	-	9
Outros	1	-	7	8
TOTAL (*)	105	546	105	756

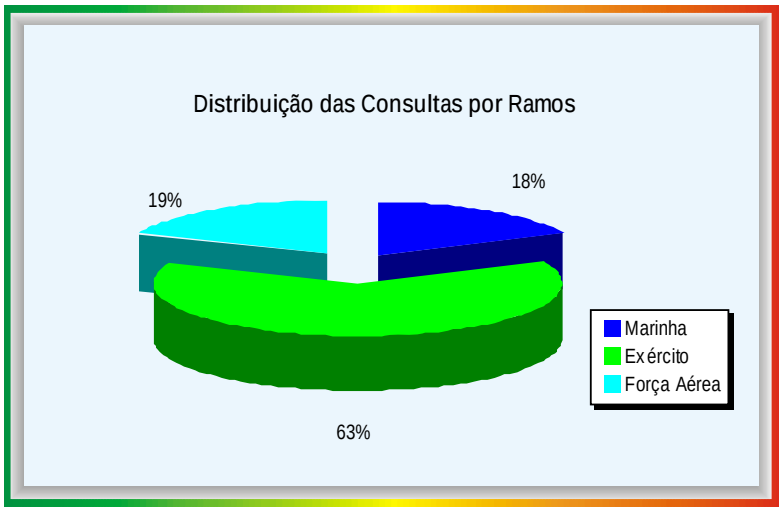
(*) Considerada a «lotação oficial» das camas de «internamento geral».



4.3.2.2 – Consultas Efectuadas, por Especialidades, nos Hospitais Militares

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cardiologia	2.767	10.223	1.936	14.926
Cirurgia geral	2.156	7.588	1.632	11.376
Cirurgia pediátrica	-	543	-	543
Cirurgia plástica reconstrutiva	-	2.974	1.914	4.888
Cirurgia vascular / angiologia	-	730	-	730
Dermatovenerologia	3.273	10.423	2.130	15.826
Endocrinologia	1.122	6.370	-	7.492
Estomatologia	8.654	13.078	6.940	28.672
Fisiatria	1.329	8.176	2.101	11.606
Gastroenterologia	2.660	8.235	1.565	12.460
Ginecologia	2.264	8.628	2.114	13.006
Hematologia	420	1.432	-	1.852
Imunoalergologia respiratória	43	-	-	43
Infecciologia	-	4.364	-	4.364
Medicina interna	2.140	6.998	624	9.762
Nefrologia	253	1.155	-	1.408
Neurocirurgia/Neurologia	2.564	8.322	1.402	12.288
Obstetrícia	432	684	-	1.116
Oftalmologia	4.756	12.807	4.278	21.841
Oncologia médica	759	3.109	904	4.772
Ortopedia	5.640	17.833	4.064	27.537
Otorrinolaringologia	3.714	10.548	4.230	18.492
Pediatria cirúrgica	-	-	-	-
Pediatria médica	-	519	-	519
Pneumologia	1.213	5.939	882	8.034
Psiquiatria	1.494	10.091	799	12.384
Reabilitação cardíaca	-	5.088	-	5.088
Reumatologia	93	441	-	534
Urologia	3.257	5.425	2.845	11.527
Outras	4.952	22.250	17.854	45.056
TOTAL	55.955	193.973	58.214	308.142
SUBTOTAL Homens	42.567	110.193	30.387	183.147
SUBTOTAL Mulheres	13.388	83.780	27.827	124.995



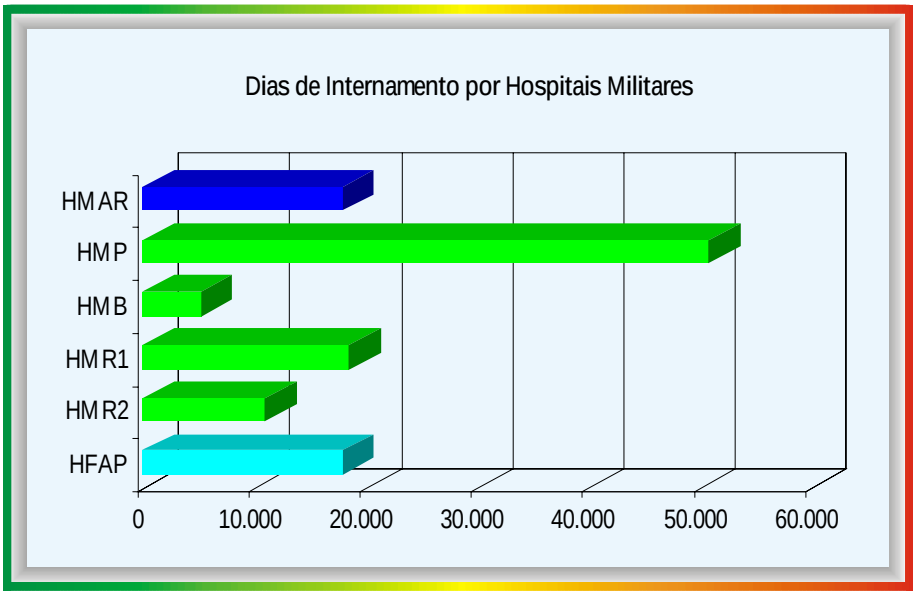
4.3.2.3 – Evolução do Total de Consultas nos Hospitais Militares

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2004	55.955	193.973	58.214	308.142
Dados retrospectivos				
2003	55.648	193.395	56.096	305.139
2002	55.582	191.838	49.064	296.484
2001	57.488	224.662	45.881	328.031
2000	62.989	198.986	44.437	306.412
1999	76.445	214.943	49.026	340.414

4.3.2.4 – Movimentos de Internados nos Hospitais Militares

Ano: 2004

Ramo das FA / Movimentos	Marinha (HMAR)	Exército					F. Aérea (HFA)	TOTAL
		HMP	HMB	HMR1	HMR2	Subtotal		
Vindos do ano anterior	65	113	43	41	44	241	35	341
Entradas (total)	1.028	2.763	299	1.816	736	5.614	1.748	8.390
Transferidos:								
- De outra valência/especialidade	-	1.527	-	168	36	1.731	-	1.731
- De outro hospital	39	201	-	112	12	325	-	364
Total Entradas	1.067	4.491	299	2.096	784	7.670	1.748	10.485
Saídas (total)	947	4.151	245	1.886	729	7.011	1.712	5.274
- Falecidos	136	158	20	64	3	245	44	425
Transferidos:								
- Para outra valência/especialidade	-	-	-	138	-	138	-	138
- Para outro hospital	8	-	-	22	14	36	-	44
Total Saídas	1.091	4.309	265	2.110	746	7.430	1.756	10.277
Transitados para o ano seguinte	41	295	77	27	82	481	27	549
Total de dias de internamento	17.965	50.890	5.282	18.582	11.062	85.816	13.934	117.715



4.3.2.5 – Actos de Terapêutica Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Transfusões de sangue total	221	484	246	951
Transfusões de plasma humano	-	670	21	691
Transfusões outros componentes sangue	-	2.129	33	2.162
Tratamentos fisiátricos	33.623	145.909	70.972	250.504
Próteses	90	502	-	592
Ortóteses	-	-	-	-
Tratamentos por radiações	-	-	-	-
Hemodiálise	-	4.933	-	4.933
Outros	23.275	103.333	14.726	141.334
TOTAL	57.209	257.960	85.998	401.167

4.3.2.6 – Actos de Diagnóstico Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Análises clínicas	267.487	908.744	223.412	1.399.643
Exames radiológicos	16.070	79.394	16.703	112.167
Exames radiológicos computorizados	1.907	1.082	4.276	7.265
Exames anatomopatológicos	-	7.217	-	7.217
Autópsias	-	13	-	13
Exames endoscópicos	712	4.208	484	5.404
Electrocardiogramas	8.531	19.401	6.326	34.258
Electroencefalogramas	171	701	325	1.197
Exames mio-eléctricos	-	110	-	110
Exames ecográficos	3.219	9.022	3.883	16.124
Exames hemodinâmicos	-	-	-	-
Outros	15.101	62.571	20.058	97.730
TOTAL	313.198	1.092.463	275.467	1.681.128

4.3.2.7 – Pessoal ao Serviço nos Hospitais Militares

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Administração	-	300	4	304
Médico:				
- Especialistas e Chefes de Clínica	56	197	59	312
- Do Internamento Especialidade	-	4	25	29
- Do Internamento Policlínico	-	-	-	-
Enfermagem	88	345	91	524
Farmácia	3	20	3	26
Serviço complementar de diagnóstico e terapêutica	33	123	29	185
Pessoal auxiliar de acção médica	-	-	42	42
Outro	-	-	5	5
TOTAL	180	989	258	1.427

ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Sistema de comparticipação alternativo de cuidados de saúde dos militares das Forças Armadas.

Beneficiários

São beneficiários das ADM os militares e familiares a cargo que reúnam as condições estabelecidas pela Portaria n.º 67/75, de 4 de Fevereiro, aos quais são concedidas as regalias inerentes à assistência médica e medicamentosa.

4.4 – ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FA

4.4.1 – Evolução do Número de Beneficiários

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2004	49.072	79.772	26.808	155.652
Dados retrospectivos				
2003	47.555	69.521	26.940	144.016
2002	47.611	82.346	27.193	157.150
2001	48.177	81.692	27.193	157.062
2000	46.874	83.184	27.367	157.425
1999	46.720	84.253	27.301	158.274

4.4.2 – Encargos com a Saúde por Modalidades de Assistência

(milhares de euros) Ano: 2004

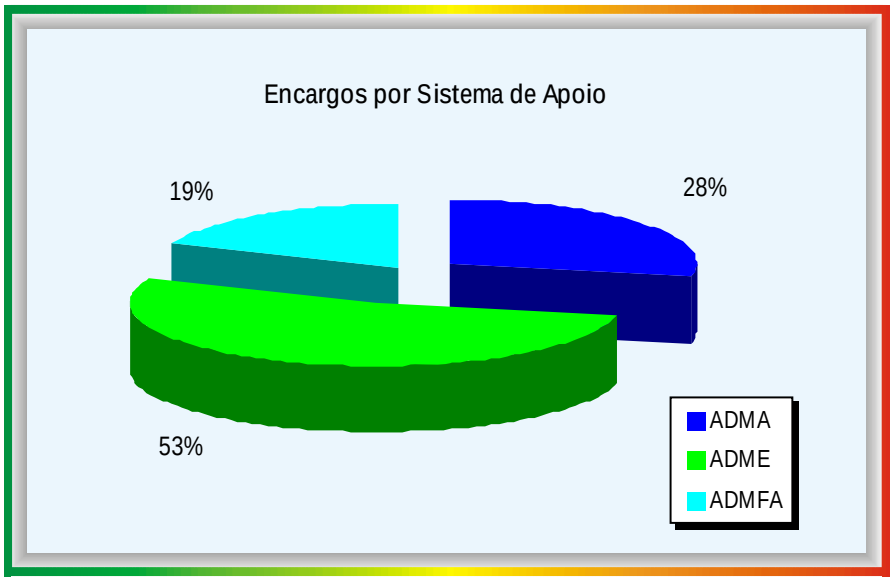
Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
Medicamentos	10.475,7	20.778,0	7.847,1	39.100,8
Internamentos	6.304,4	18.251,3	3.481,8	28.037,5
Consultas	3.299,0	3.986,6	1.865,9	9.151,5
Instrumentos de Prótese e Estomatologia	2.744,4	4.227,6	3.043,6	10.015,6
Meios Complementares de Diagnóstico	3.291,7	3.275,2	2.462,8	9.029,7
Diversos (*)	3.556,9	4.576,1	767,1	8.900,1
TOTAL	29.672,1	55.094,8	19.468,3	104.235,2

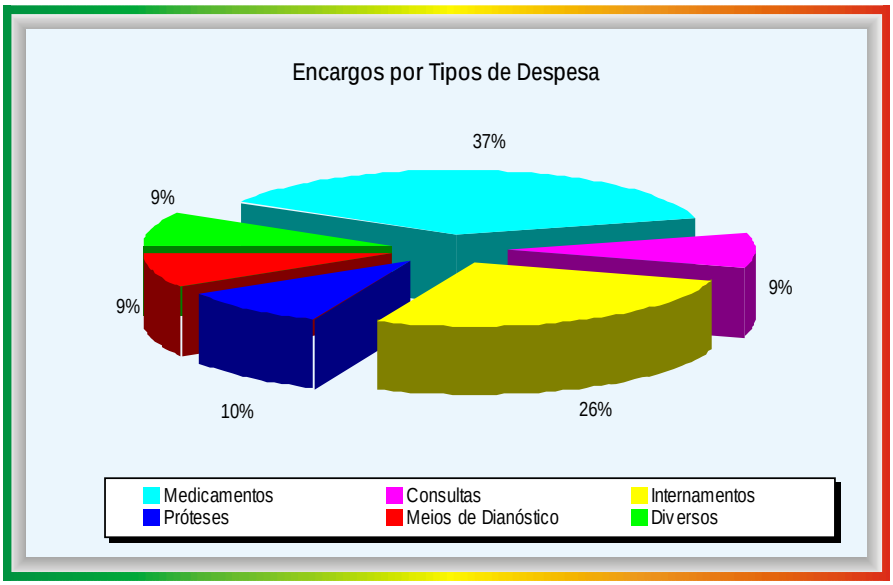
(*) Meios de terapêutica, intervenções cirúrgicas, enfermagem e outros.

4.4.3 – Evolução dos Encargos com a Saúde

(milhares de euros)

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2004	29.672,1	55.094,8	19.468,3	104.235,2
Dados retrospectivos				
2003	25.232,0	52.953,0	18.883,7	97.068,7
2002	27.790,7	52.074,5	17.124,2	96.989,4
2001	24.805,7	45.843,0	16.859,4	87.508,1
2000	24.066,0	52.271,0	15.826,9	92.163,9
1999	20.131,5	55.227,4	14.110,0	89.468,9


Encargos por Sistema de Apoio
19%
28%
53%
ADMA
ADME
ADMFA


Encargos por Tipos de Despesa
37%
9%
9%
9%
10%
26%
Medicamentos
Consultas
Internamentos
Próteses
Meios de Dianóstico
Diversos

JUSTIÇA E DISCIPLINA

A área estatística da Justiça e Disciplina engloba ambas as componentes, a disciplinar e a penal.

Os responsáveis pelos dados apresentados são, no que toca à matéria disciplinar (quadros 4.5.1, 4.5.2 e 4.5.3), os Ramos das Forças Armadas, enquanto que a matéria penal, propriamente dita (quadros 4.5.4 e 4.5.5), ficou a cargo da Polícia Judiciária Militar, actuando a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar como coordenadora.

Trata-se de uma área bastante delicada, em que as comparações apresentadas entre os dados dos Ramos podem gerar visões distorcidas da realidade, dado que o número de efectivos e a dispersão das unidades é muito maior no Exército do que na Marinha ou na Força Aérea.

CONCEITOS

Medalha Militar

A medalha militar, nas diferentes modalidades, destina-se a galardoar serviços notáveis prestados às instituições militares e à Nação e a distinguir altas virtudes reveladas no serviço por militares dos três Ramos das FA, podendo também ser concedida a militares estrangeiros e a civis nacionais e estrangeiros nos casos expressamente previstos no Regulamento de Medalhas Militares.

Ordens Honoríficas Portuguesas

As ordens honoríficas destinam-se a distinguir, em vida ou a título póstumo, os cidadãos portugueses que se notabilizem por méritos pessoais, por feitos cívicos ou militares ou por serviços prestados ao País, podendo também ser atribuídas a estrangeiros, de harmonia com os usos internacionais.

Processo Disciplinar

É um conjunto ordenado de actos, encadeados entre si de forma lógica, tendentes ao apuramento da existência de uma infracção disciplinar, tendo em vista a aplicação de correspondente sanção, caso a prática da infracção resulte provada.

Processo de Averiguações

Sequência encadeada de actos e diligências levadas a efeito pelo oficial averiguante, tendentes ao apuramento de factualidades indiciárias de eventuais infracções.

Repreensão Simples

Declaração feita, em particular, ao infractor por ter praticado qualquer acto que constitui infracção de dever militar.

Repreensão Agravada

Declaração idêntica à repreensão, tendo lugar nas condições seguintes:

A oficiais e sargentos, é dada na presença de outros oficiais ou sargentos, respectivamente, de graduação superior ou igual à do infractor, mas sempre mais antigos, do comando, unidade ou estabelecimento a que pertencer ou em que estiver apresentado;

A cabos, é dada na presença de praças da mesma graduação de antiguidade superior à sua e às outras praças é dada em formatura da companhia, ou equivalente do comando, unidade ou estabelecimento em que estiver apresentado.

Detenção

A detenção ou proibição de saída consiste na permanência continuada do infractor num aquartelamento ou navio durante o cumprimento da pena, sem dispensa das formaturas e do serviço interno que por escala lhe pertencer.

Prisão Disciplinar

Reclusão do infractor em casa para esse fim destinada, em local apropriado, aquartelamento ou estabelecimento militar, a bordo em alojamento adequado, ou, na sua falta, onde superiormente for determinado, durante o cumprimento da qual, os militares poderão executar, entre o toque de alvorada e o pôr do Sol, os serviços que lhes sejam determinados.

Prisão Disciplinar Agravada

Reclusão do infractor em casa de reclusão.

4.5 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

4.5.1 – Condecorações Atribuídas

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	69	74	14	157
Mérito militar	53	159	98	310
Comportamento exemplar	250	1.170	400	1.820
Mérito do Ramo	359	3	22	384
Ordens honoríficas nacionais	13	14	13	40
Outras	189	3.019	26	3.234
TOTAL	933	4.439	573	5.945

4.5.2 – Processos Iniciados

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	185	-	174	359
Disciplinares	132	161	120	413
TOTAL	317	161	294	772

4.5.3 – Punições Aplicadas

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	4	15	11	30
Repreensão agravada	5	26	17	48
Detenção	45	225	31	301
Prisão disciplinar	16	72	10	98
Prisão disciplinar agravada	2	4	23	29
TOTAL	72	342	92	506

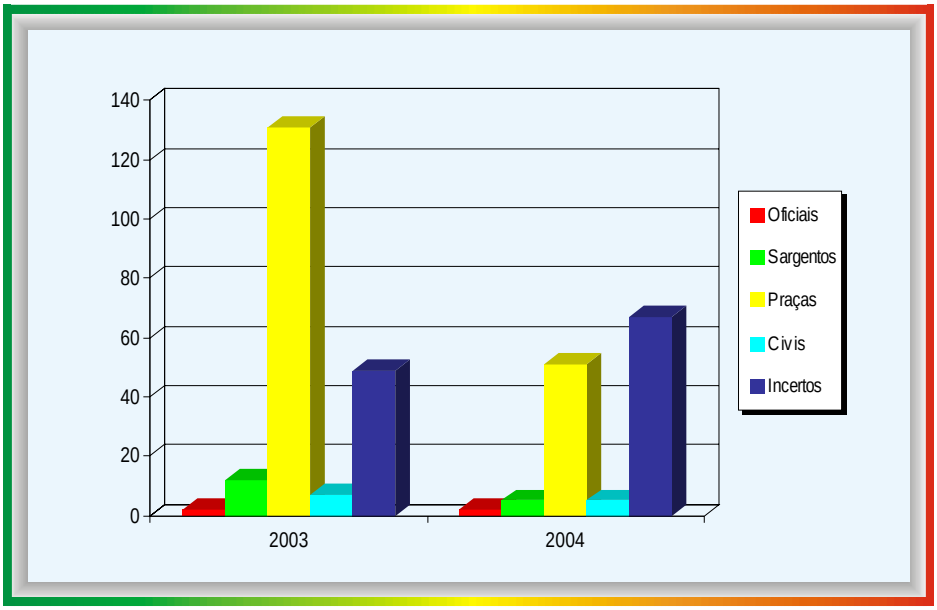
4.5.4 – Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Traição	-	-	-	-
Espionagem, revelação segredos e aliciação	-	2	2	4
Crimes contra direitos das gentes	-	-	-	-
Insubordinação	-	4	-	4
Ofensa corporal, morte ou incapacidade	-	-	-	-
Ofensas corporais	1	-	-	1
Ofensas por palavras, escritos ou outras	-	-	-	-
Colectiva	-	-	-	-
Abuso de autoridade	-	1	-	1
Violência desnecessária	-	-	-	-
Ofensas corporais (morte)	-	-	-	-
Ofensas corporais	-	-	-	-
Cobardia (Auto-mutilação)	-	-	-	-
Contra a honra e deveres militares	-	1	2	3
Deserção simples	8	26	2	36
Violência entre militares	1	2	1	4
Extravio de artigos militares	1	-	1	2
Contra bens militares e segurança das FA	1	-	1	2
Usurpação de uniformes, distintivos, documentos de identificação e condecorações militares	-	-	-	-
Contra pessoas ou bens	-	-	-	-
Praticados por prisioneiros de guerra e civis estrangeiros	-	-	-	-
Falsidade	2	2	3	7
Infidelidade no serviço militar	1	7	-	8
Furto, roubo, abuso de confiança e burla	11	14	11	36
Homicídio e ofensas corporais culposas	-	-	-	-
Outros	-	-	1	1
TOTAL	26	59	24	109

4.5.5 – Agentes Indiciados de Prática de Crimes do Foro Militar

Agentes	2003		2004	
	Qt.	%	Qt.	%
Oficiais	2	1,00%	2	1,54%
Sargentos	12	5,97%	5	3,85%
Praças	131	65,17%	51	39,22%
Civis	7	3,48%	5	3,85%
Incertos	49	24,38%	67	51,54%
TOTAL	201	100,00%	130	100,00%



DESPORTO

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar, órgão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares, disputados entre selecções dos Ramos das Forças Armadas e nos quais participam, igualmente, selecções das Forças de Segurança (GNR e PSP).

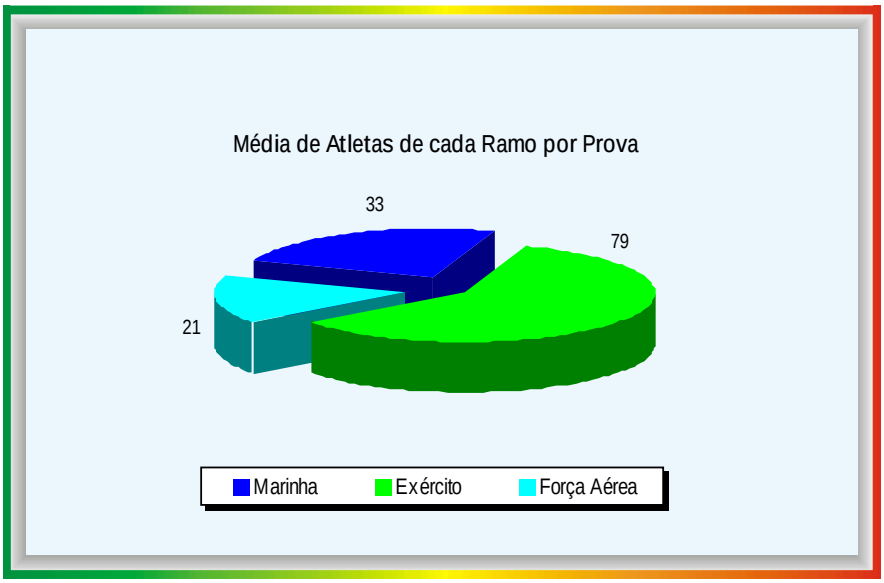
A nível internacional, Portugal participa, normalmente, nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo «*Conseil International du Sport Militaire*» (CISM), com selecções nacionais militares integrando atletas dos três Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança seleccionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

4.6 – DESPORTO MILITAR

4.6.1 – Competições Militares por Ramo das FA

Ano: 2004

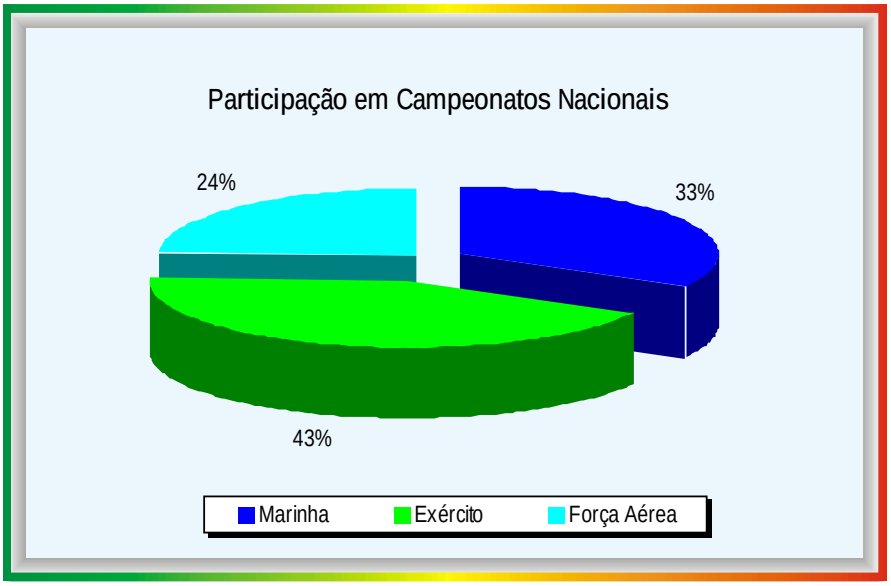
Ramo das FA / Modalidade	Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol	6	277	-	-	-	-	6	277
Atletismo (de pista)	5	96	-	-	-	-	5	96
Atletismo (provas de estrada)	7	723	-	-	2	75	9	798
Badminton	-	-	-	-	4	19	4	19
Basquetebol	12	448	-	-	-	-	12	448
Corta-Mato	3	212	8	740	3	96	14	1.048
Duatlo	2	2	-	-	-	-	2	2
Equitação	-	-	6	33	-	-	6	33
Esgrima	-	-	-	-	-	-	-	-
Futebol de 11	6	296	-	-	-	-	6	296
Futebol de 5	20	984	6	1.048	2	348	28	2.380
Judo	2	44	-	-	-	-	2	44
Meia Maratona	-	-	-	-	-	-	-	-
Natação	6	119	2	127	20	26	28	272
Orientação	7	287	8	831	2	35	17	1.153
Pára-quedismo Desportivo	-	-	-	-	-	-	-	-
Pentatlo Militar	-	-	8	328	-	-	8	328
Prova "D. Nuno Álvares"	-	-	-	-	-	-	-	-
Ténis	2	16	-	-	-	-	2	16
Ténis de Mesa	1	14	-	-	-	-	1	14
Tiro de Espingarda	-	-	-	-	-	-	-	-
Tiro de Pistola	23	143	8	542	2	57	33	742
Tiro aos Pratos	-	-	-	-	-	-	-	-
Triatlo	8	29	-	-	-	-	8	29
Vela	-	-	-	-	-	-	-	-
Voleibol	11	248	4	315	2	132	17	695
TOTAL	121	3.938	50	3.964	37	788	208	8.690



4.6.2 – Pessoal Militar que Participou em Campeonatos Nacionais das FA

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Atletismo	-	-	-	-
Basquetebol	-	-	-	-
Corta-Mato	37	37	16	90
Futebol de 5	33	36	36	105
Natação	29	46	6	81
Orientação	2	21	15	38
Tiro	19	26	18	63
Triatlo/Duatlo	-	-	-	-
Voleibol	36	36	24	96
TOTAL	156	202	115	473



4.6.3 – Pessoal Militar que Participou em Provas Internacionais Militares

Ano: 2004

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Corta Mato	-	-	-	-
Esgrima	-	-	-	-
Natação	-	-	-	-
Orientação	-	-	-	-
Pára-quedismo	-	-	-	-
Pentatlo Militar	-	-	-	-
Tiro	-	-	-	-
Triatlo	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

NOTA EXPLICATIVA

Os registos apresentados neste capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE), traduzem diversos elementos caracterizadores, quer do património imobiliário afecto à Defesa Nacional, quer do tratamento dos dados estatísticos, quer ainda das iniciativas e incentivos das boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas. Com o objectivo de recolha dos elementos actualizados, a DGIE diligenciou contactos com as entidades responsáveis pela gestão dos referidos pelouros. Neste sentido, os dados apurados e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafectação de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafectação a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas colectivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitada pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida e regulamentada pelo Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efectuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das actividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem actividades científicas e tecnológicas – conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc..

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritária em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhumas das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afectárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano, afecto ao MDN, com ou sem personalidade jurídica, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

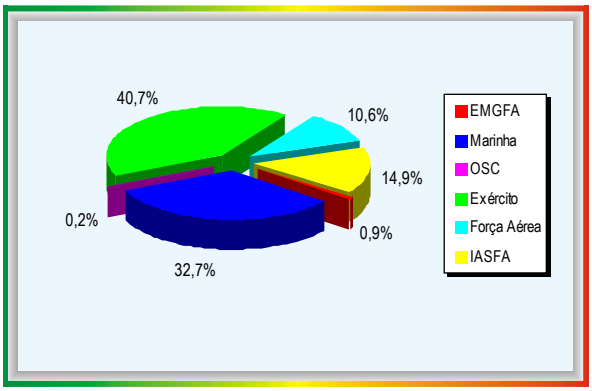
Imóveis que passaram a integrar o património afecto ao MDN, independentemente da forma como a aquisição se processou (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

5.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2004

Localização	UI DO ESTADO						UI ARRENDADAS						TOTAL
	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	
Continente	(a) 2	3	261	429	83	167	-	-	7	21	(b) 7	-	**980**
RMN				88						8			**96**
GML				210						9			**219**
RMS				113						4			**117**
CMSM				3						-			**3**
CTAT				15						-			**15**
Açores	-	3	96	29	26	4	-	2	11	4	45	-	**220**
Madeira	-	4	21	12	11	1	-	-	3	4	-	-	**56**
USA	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	**3**
TOTAL	**2**	**10**	**378**	**470**	**123**	**172**	**-**	**2**	**21**	**29**	**52**	**-**	**1.259**

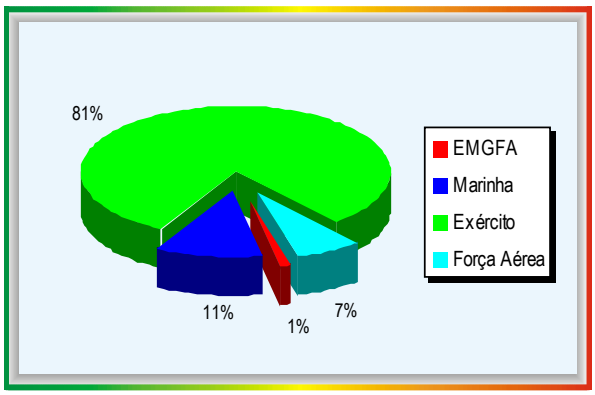
(a) Secretaria-Geral/MDN: PM9/Porto-Castelo da Foz; Forte de São Julião da Barra.
(b) Apenas se paga renda de 1.



5.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2004

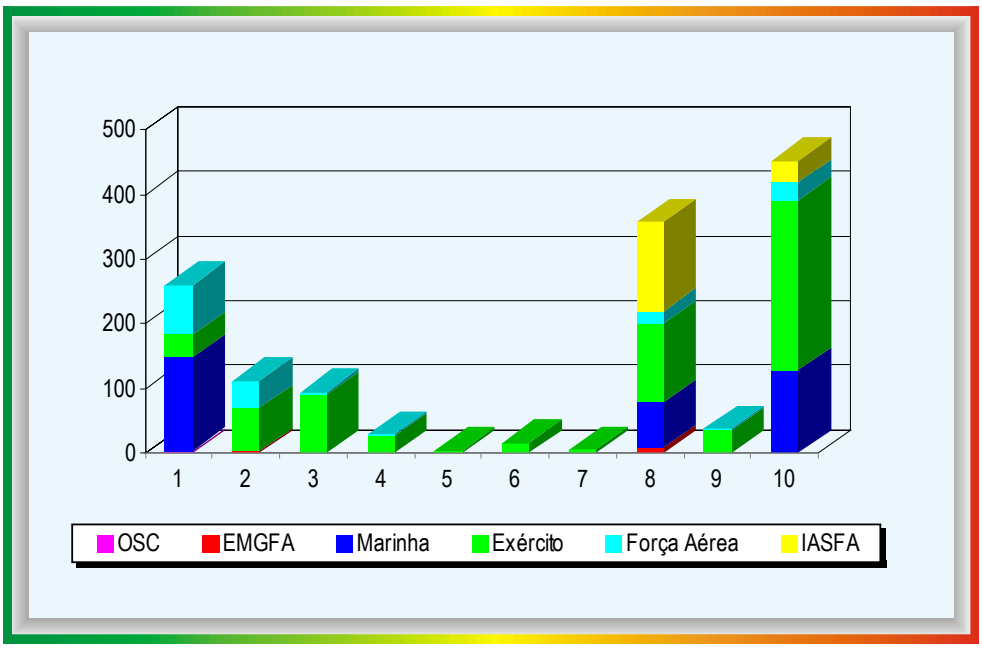
Localização	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente	-	16	138	12	**166**
RMN			36		**36**
GML			57		**57**
RMS			37		**37**
CMSM			2		**2**
CTAT			6		**6**
Açores	1	3	4	1	**9**
Madeira	1	1	5	-	**7**
TOTAL	**2**	**20**	**147**	**13**	**182**



5.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2004

Afectação	Localização	Tipos de Utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	
OSC	Continente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
	Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
EMGFA	Continente	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	**3**
	Açores	1	-	-	-	-	-	-	4	-	-	**5**
	Madeira	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	**4**
Marinha	Continente	106	19	9	5	5	2	-	40	4	78	**268**
	Açores	33	11	-	-	2	-	-	22	1	38	**107**
	Madeira	5	-	-	-	-	-	-	8	-	11	**24**
Exército	Continente	28	35	43	12	2	8	3	56	17	225	**429**
	RMN	15	7	9	6	-	2	-	12	8	29	**88**
	GML	7	22	19	2	2	5	-	24	4	125	**210**
	RMS	3	6	10	4	-	1	3	19	5	62	**113**
	CMSM	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	**3**
	CTAT	2	-	5	-	-	-	-	1	-	7	**15**
	Açores	4	2	2	-	-	-	-	7	1	13	**29**
	Madeira	3	3	1	1	-	-	-	3	-	1	**12**
Força Aérea	Continente	42	20	5	3	-	-	-	8	2	10	**90**
	Açores	27	21	-	-	-	-	-	7	-	16	**71**
	Madeira	8	-	-	-	-	-	-	1	-	2	**11**
	USA	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	**3**
IASFA	Continente	-	-	-	-	-	-	-	134		33	**167**
	Açores	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	**4**
	Madeira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	**1**
TOTAL		**258**	**113**	**60**	**21**	**9**	**10**	**3**	**302**	**25**	**427**	**1.228**



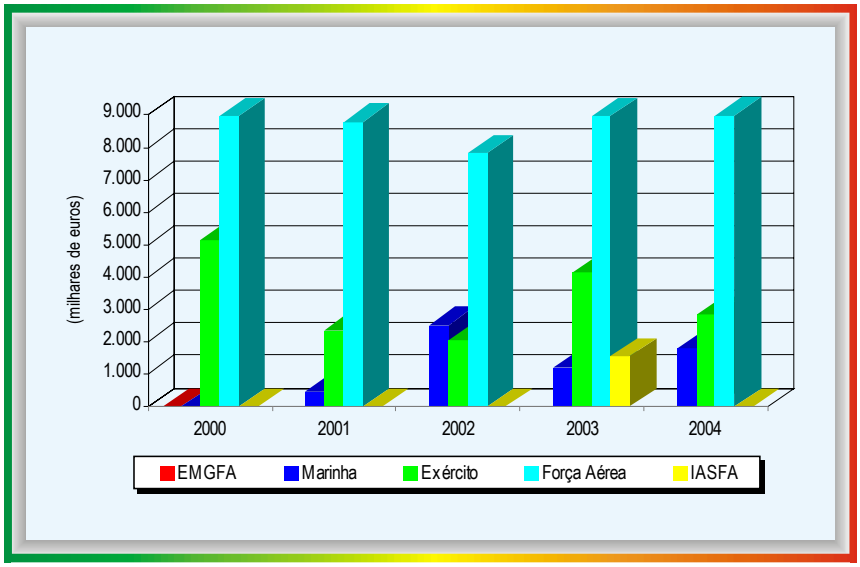
LEGENDA: 1 – Operacional; 2 – Logístico-Administrativo; 3 – Formação e Instrução; 4 – Cultural; 5 – Ciência & Tecnologia; 6 – Saúde; 7 – Justiça; 8 – Apoio Social; 9 – Mistos; 10 – Outros

5.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de euros)

Organismo	2000		2001		2002		2003		2004		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	**Valor**
OSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
EMGFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Marinha	-	-	461,4	4,1	2.507,2	20,3	1.179,0	7,5	1.779,0	13,1	**5.926,6**
Exército	5.152,6	36,5	2.346,8	20,2	2.043,7	16,5	4.137,0	26,2	2.835,5	20,8	**16.515,6**
Força Aérea	8.968,4	63,5	8.776,3	75,7	7.820,8	63,2	8.952,4	56,7	8.989,0	66,1	**43.506,9**
IASFA	-	-	-	-	-	-	(a) 1.532,0	9,6	-	-	**1.532,0**
TOTAL	**14.121,0**	**100,0**	**11.584,5**	**100,0**	**12.371,7**	**100,0**	**15.800,4**	**100,0**	**13.603,5**	**100,0**	**67.481,1**

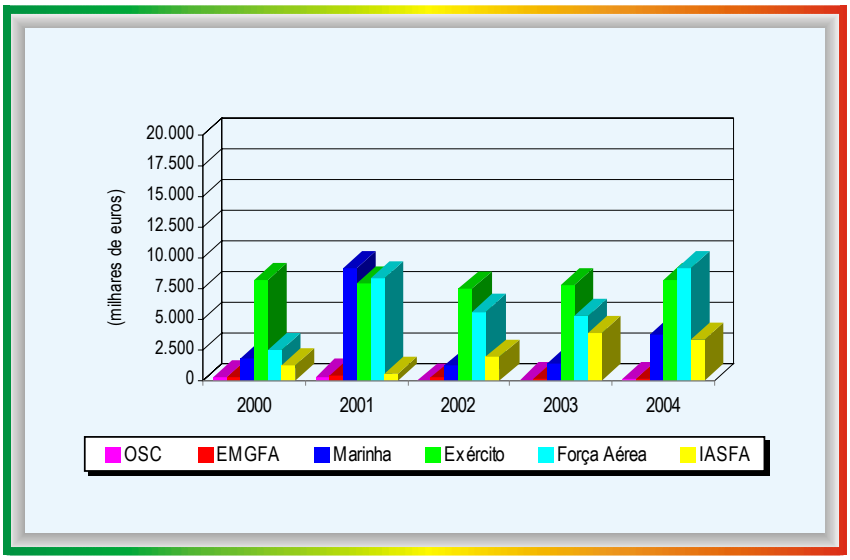
(a) Construção da capela do CASPorto.



5.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	2000		2001		2002		2003		2004		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	**Valor**
OSC	279,3	2,0	345,2	1,3	16,5	0,1	69,2	0,4	86,5	0,4	**796,7**
EMGFA	218,0	1,5	392,6	1,5	216,8	1,3	114,0	0,6	115,4	0,5	**1.056,8**
Marinha	1.817,1	12,7	9.157,9	34,3	1.236,5	7,5	1.332,0	7,2	3.705,0	15,0	**17.248,5**
Exército	8.240,1	57,8	7.870,5	29,5	7.531,6	45,6	7.784,7	42,0	8.237,2	33,4	**39.664,1**
Força Aérea	2.485,5	17,4	8.374,8	31,4	5.619,3	34,0	5.307,5	28,7	9.200,0	37,3	**30.987,1**
IASFA	1.223,6	8,6	536,2	2,0	1.890,8	11,5	3.911,9	21,1	3.317,2	13,4	**10.879,6**
TOTAL	**14.263,6**	**100,0**	**26.677,2**	**100,0**	**16.511,5**	**100,0**	**18.519,3**	**100,0**	**24.661,3**	**100,0**	**100.632,8**



5.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFECTOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2004

Afectação	Localização	Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
OSC	Continente	-	(a) 1	-	-	**1**
	Açores	-	-	-	-	**-**
EMGFA	Continente	1	-	-	-	**1**
	Açores	-	-	-	-	**-**
	Madeira	-	-	-	-	**-**
Marinha	Continente	3	13	-	-	**16**
	Açores	-	1	-	-	**1**
	Madeira	-	1	-	-	**1**
Exército	Continente	20	9	-	12	**41**
	RMN	3	4	-	1	**8**
	GML	9	5	-	4	**18**
	RMS	8	-	-	7	**15**
	CMSM	-	-	-	-	**-**
	CTAT	-	-	-	-	**-**
	Açores	-	3	-	-	**3**
	Madeira	1	-	-	-	**1**
Força Aérea	Continente	-	-	-	2	**2**
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
IASFA	Continente	-	CAS Runa e CAS Lisboa (b) 2	-	-	**2**
	Açores	-	-	-	-	**-**
	Madeira	-	-	-	-	**-**
TOTAL		**25**	**30**	**-**	**14**	**69**

(a) Forte de S. Julião da Barra (classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. n.º 41 191, de 18.07.1957);
(b) Instalações da ex-Cooperativa Militar.

5.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

(m^2 x 1 000)

Localização	OSC		EMGFA		Marinha		Exército (a)		Força Aérea		IASFA		**TOTAL** (a)	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	**AT**	**ABC**
Continente	-	-	50,0	30,5	11.372,6	483,1	102.916,0	1.785,0	108.996,0	-	-	-	**223.334,6**	**2.298,6**
RMN							4.694,0	268,0					**4.694,0**	**268,0**
GML							12.150,0	658,0					**12.150,0**	**658,0**
RMS							16.891,0	472,0					**16.891,0**	**472,0**
CMM							57.183,0	183,0					**57.183,0**	**183,0**
CTAT							11.998,0	204,0					**11.998,0**	**204,0**
Açores	-	-	42,1	5,1	397,4	28,0	1.020,0	51,0	7 087,0	-	-	-	**8.546,5**	**84,1**
Madeira	-	-	10,7	2,2	158,7	7,0	250,0	64,0	668,0	-	-	-	**1.087,4**	**73,2**
USA	-	-							5,6	0,7	-	-	**5,6**	**0,7**
TOTAL (a)	**-**	**-**	**102,8**	**37,8**	**11.928,7**	**518,1**	**104.186,0**	**1.900,0**	**116.756,6**	**0,7**	**-**	**-**	**232.974,1**	**2.456,6**

(a) No Exército, a diferença de dados relativamente ao anterior anuário resulta da correcção efectuada durante o inventário em curso.

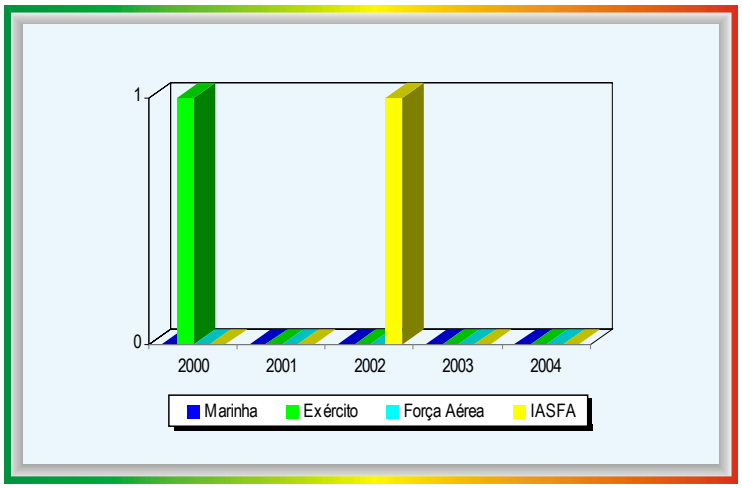
AT – Área do terreno

ABC – Área bruta de construção (* recolha ainda não completa)

5.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

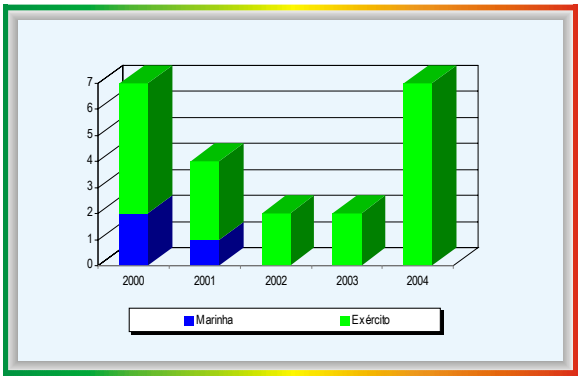
Ano	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	**TOTAL**
2004	-	-	-	-	-	-	**-**
2003	-	-	-	-	-	-	**-**
2002	-	-	-	-	-	* 1	**1**
2001	-	-	-	-	-	-	**-**
2000	-	-	-	1	-	-	**1**
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**	**1**	**2**

* Atribuído pelo Despacho n.º 267/MDN/2001.



5.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Afectação	Localização	2000	2001	2002	2003	2004	**TOTAL**
OSC	Continente	-	-	-	-	-	**-**
	Açores	-	-	-	-	-	**-**
EMGFA	Continente	-	-	-	-	-	**-**
	Açores	-	-	-	-	-	**-**
	Madeira	-	-	-	-	-	**-**
Marinha	Continente	2	1	-	-	-	**3**
	Açores	-	-	-	-	-	**-**
	Madeira	-	-	-	-	-	**-**
Exército	Continente	5	3	2	1	7	**18**
	RMN	-	-	-	-	2	**2**
	GML	5	2	1	1	2	**11**
	RMS	-	1	1	-	3	**5**
	CMSM	-	-	-	-	-	**-**
	CTAT	-	-	-	-	-	**-**
	Açores	-	1	-	1	-	**2**
	Madeira	-	-	-	-	-	**-**
Força Aérea	Continente	-	-	-	-	-	**-**
	Açores	-	-	-	-	-	**-**
	Madeira	-	-	-	-	-	**-**
	USA	-	-	-	-	-	**-**
IASFA	Continente	-	-	-	-	-	**-**
	Açores	-	-	-	-	-	**-**
	Madeira	-	-	-	-	-	**-**
TOTAL		**7**	**5**	**2**	**2**	**7**	**23**



5.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2004

Localização	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	**TOTAL**
	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	**N.º de unidades**
Continente	-	-	301	689	508	1.687	**3.185**
RMN				166			**166**
GML				263			**263**
RMS				160			**160**
CMSM				72			**72**
CTAT				28			**28**
Açores	-	-	204	70	196	30	**500**
Madeira	-	-	41	54	2	-	**97**
USA	-	-	-	-	3	-	**3**
TOTAL	**-**	**-**	**546**	**813**	**709**	**1.717**	**3.785**

5.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Ano: 2004

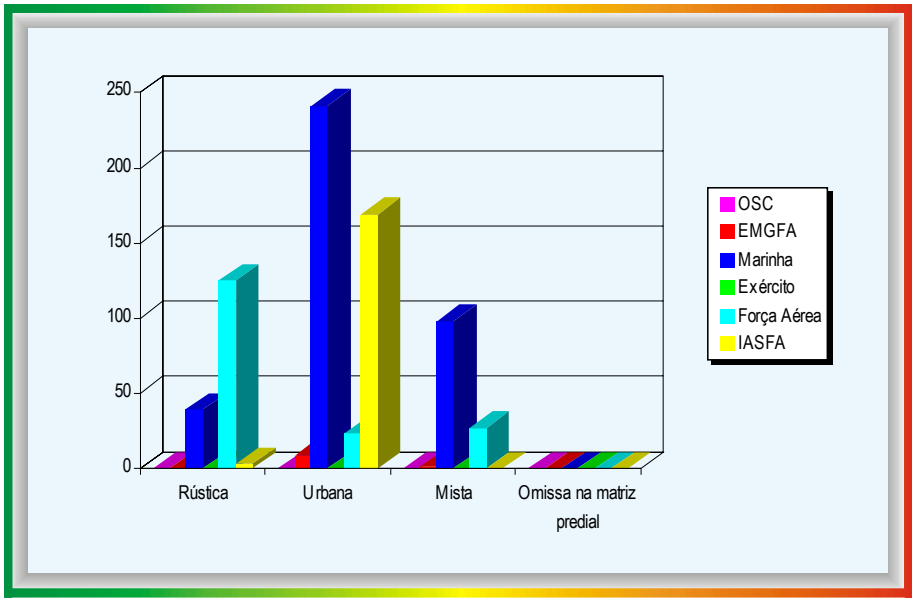
Afectação	Localização	N.º de Unidades / N.º de quartéis e bases		Capacidade de Alojamento / N.º de camas		Capacidade de Alimentação / N.º de refeições servidas/hora	
Marinha	Continente	-	14	-	6.627	-	5.701
	ZMN	-	2	-	141	-	60
	ZMC	-	10	-	6.406	-	5.576
	ZMS	-	2	-	80	-	65
	Açores	-	2	-	84	-	160
	Madeira	-	2	-	72	-	76
Exército	Continente	-	73	-	34.015	-	30.917
	RMN	-	29	-	9.245	-	8.041
	GML	-	18	-	9.273	-	10.320
	RMS	-	12	-	4.997	-	5.856
	CMSM	-	10	-	5.200	-	3.200
	CTAT	-	4	-	5.300	-	3.500
	Açores	-		-	1.200	-	-
	Madeira	-		-	1.100	-	-
Força Aérea	Continente	-	17	-	6.783	-	7.620
	Açores	-	1	-	421	-	350
	Madeira	-	1	-	-	-	-
	USA	-	-	-	-	-	-
TOTAL		**-**	**110**	**-**	**50.302**	**-**	**44.824**

5.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2004

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	**TOTAL (a)**
OSC	-	-	-	-	**-**
EMGFA	-	9	1	-	**10**
Marinha	39	241	98	-	**378**
Exército (a)	-	-	-	-	**508**
Força Aérea	125	23	27	-	**175**
IASFA	3	169	-	-	**172**
TOTAL	**167**	**442**	**126**	**-**	**1.243**

(a) Dados do Exército em revisão.



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

NOTA EXPLICATIVA

Tendo em conta as competências atribuídas à DGIE, relativamente aos dados estatísticos recolhidos de acordo com o formulário aprovado pelo Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa (CSTID), e no intuito de uma informação mais alargada e melhorada, são englobados neste capítulo os quadros e gráficos resultantes da recolha e tratamento estatístico dos elementos solicitados no novo formulário com dados respeitantes aos Sistemas e Tecnologias de Informação pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais (OSC) do MDN, com excepção da Secretaria-Geral, Polícia Judiciária Militar (PJM), Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), Inspecção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), Instituto da Defesa Nacional (IDN), Liga dos Combatentes (LC) e Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE).

CONCEITOS

1. *Hardware*

Computador de grande porte (*Mainframe*)

Sistema central desenhado para suprir as necessidades de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina significativos – geralmente sistemas proprietários e instalados num centro de informática – e que obrigam a condições ambientais e de instalação específicas.

Inclui todo o equipamento central (ex.: unidade de bandas, de discos, impressoras, *front-end* de comunicações, etc.).

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multi-utilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e susceptível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers, bridges, switches, gateways,* repetidores, concentradores, etc.) e o respectivo suporte físico (ex.: fibra óptica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. *Software*

Sistema operativo

Programa ou conjunto coordenado de programas de controlo que gerem as funções internas do computador e que disponibilizam meios de controle das respectivas tarefas (ex.: Windows *95/98/NT, UNIX, OS2, MS-DOS, Novell*, etc.).

Inclui para os computadores de grande porte todo o software indispensável para o seu correcto funcionamento.

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE, DB2, SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objectivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livraria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C, Pascal, Visual Basic, Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objectivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail, EDI, PC3270, FTP, TCP-IP, SNA*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicacional

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Actividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Actividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Formação

Acções de formação na área dos Sistemas e Tecnologias de Informação (SI/TI).

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro *outsourcing*

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

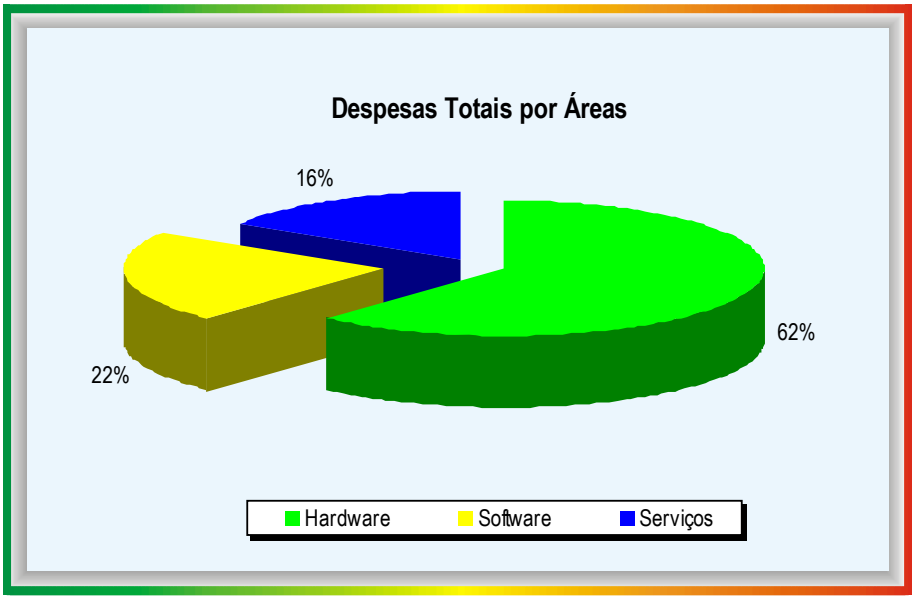
5.13 - SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

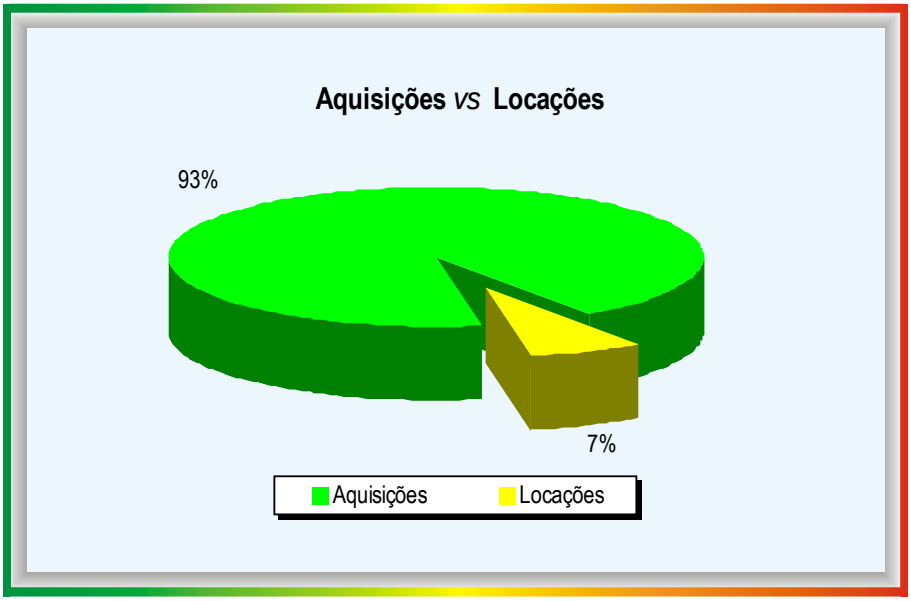
5.13.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços

(euros)

Bens e Serviços			MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		**TOTAL**	
			Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	**Qt.**	**Valor**
Equipamento Informático *Hardware*	Computadores de Grande Porte	A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
		L	-	-	-	-	1	595.927	-	-	-	-	**1**	**595.927**
	Minicomputadores	A	7	13.331	-	-	31	291.577	91	296.202	10	183.495	**139**	**784.605**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	174	2.990.299	151	89.943	1.231	1.484.478	685	402.760	406	310.880	**2.647**	**5.278.360**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Periféricos	A	171	919.922	80	24.768	1.389	499.339	917	213.991	555	197.770	**3.112**	**1.855.790**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25.084	**1**	**25.084**
	Comunicações	A	109	162.116	25	585.844	465	547.415	60	212.376	204	674.912	**863**	**2.182.663**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Subtotal	A	**461**	**4.085.668**	**256**	**700.555**	**3.116**	**2.822.809**	**1.753**	**1.125.329**	**1.175**	**1.367.057**	**6.761**	**10.101.418**
		L	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**595.927**	**-**	**-**	**1**	**25.084**	**2**	**621.011**
Suporte Lógico *Software*	Sistemas Operativos	A	40	1.509	-	-	197	126.857	1	256.825	48	212.107	**286**	**597.298**
		L	-	-	-	-	1	123.753	-	-	2	313.957	**3**	**437.710**
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	1	693.770	-	-	207	64.225	3	125.772	5	91.420	**216**	**975.187**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	3	122.094	**3**	**122.094**
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	24	706.422	1	1.343	2	858	5	46.872	10	10.677	**42**	**766.172**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	83	69.715	-	-	321	125.641	5	146.997	406	168.349	**815**	**510.702**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	SW de Transferência de Dados	A	-	-	-	-	10	18.356	-	-	-	-	**10**	**18.356**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	SW de Segurança	A	2	3.470	687	48.073	141	11.100	4	-	5.588	75.131	**6.422**	**137.774**
		L	-	-	-	-	1	7.548	-	-	-	-	**1**	**7.548**
	SW Aplicacional	A	7	30.781	9	5.317	40	72.707	-	-	10	29.399	**66**	**138.204**
		L	4	3.630	-	-	-	-	-	-	-	-	**4**	**3.630**
	Subtotal	A	**157**	**1.505.667**	**697**	**54.733**	**918**	**419.744**	**18**	**576.466**	**6.067**	**587.083**	**7.857**	**3.143.693**
		L	**4**	**3.630**	**-**	**-**	**2**	**131.301**	**-**	**-**	**5**	**436.051**	**11**	**570.982**
Serviços	Desenvolvimento de *Software*	A	2	8.529	2	7.616	6	58.364	-	-	-	-	**10**	**74.509**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Manutenção de *Hardware* e *Software*	A	14	19.933	26	31.499	55	534.482	12	13.011	62	430.474	**169**	**1.029.399**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Formação	A	7	23.123	17	10.996	50	39.343	7	11.044	20	77.538	**101**	**162.044**
		L	-	3.130	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**3.130**
	Comunicações	A	5	76.365	4	56.108	-	39.499	258	281.161	333	367.088	**600**	**820.221**
		L	-	30.716	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**30.716**
	Consultoria	A	3	35.818	5	32.640	7	136.621	2	155.247	1	89.191	**18**	**449.517**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Outro *Outsourcing*	A	-	-	-	-	-	-	12	179.047	-	-	**12**	**179.047**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Subtotal	A	**31**	**163.768**	**54**	**138.859**	**118**	**808.309**	**291**	**639.510**	**416**	**964.291**	**910**	**2.714.737**
		L	**-**	**33.846**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**33.846**
TOTAL		A	**649**	**5.755.103**	**1.007**	**894.147**	**4.152**	**4.050.862**	**2.062**	**2.341.305**	**7.658**	**2.918.431**	**15.528**	**15.959.848**
		L	**4**	**37.476**	**-**	**-**	**3**	**727.228**	**-**	**-**	**6**	**461.135**	**13**	**1.225.839**

(*) Inclui OSC (com excepção da SG), PJM, IASFA, LC, CPHM, IGDN, IDN e CNPCE.
A – Aquisição
L – Locação


Despesas Totais por Áreas
16%
62%
22%
Hardware
Software
Serviços


Aquisições vs Locações
93%
7%
Aquisições
Locações

5.13.2 - Existências referidas a 31 de Dezembro de 2004

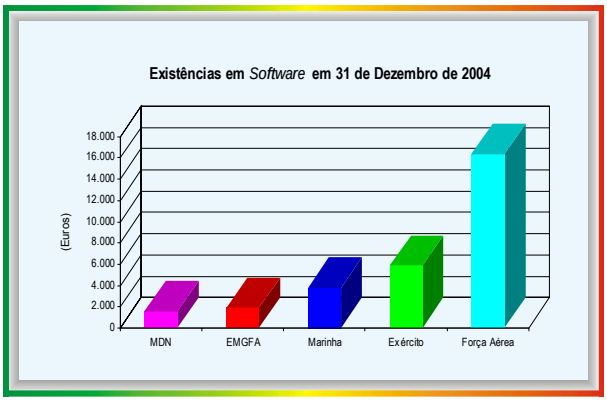
(euros)

Bens e Serviços			MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		**Total**	
			Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	**Qt.**	**Valor**
Equipamento Informático *Hardware*	Computadores de Grande Porte	A	-	-	-	-	-	-	1	364.746	1	1.496.394	**2**	**1.861.140**
		L	-	-	-	-	1	1.863.583	-	-	-	-	**1**	**1.863.584**
	Minicomputadores	A	18	38.401	11	60.250	49	420.764	756	3.435.966	76	843.495	**910**	**4.798.876**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	921	772.223	510	255.000	4.808	1.148.478	7.230	9.592.968	3.418	4.354.930	**16.887**	**16.123.599**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Periféricos	A	627	387.616	378	120.000	5.811	5.966.060	6.716	4.716.104	1.793	682.404	**15.325**	**11.872.184**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17.766	**1**	**17.766**
	Comunicações	A	180	208.863	51	600.000	1.135	1.300.397	699	588.248	18	8.786.045	**2.083**	**11.483.553**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Subtotal	A	**1.746**	**1.407.103**	**950**	**1.035.250**	**11.803**	**8.835.699**	**15.402**	**18.698.032**	**5.306**	**16.163.268**	**35.207**	**46.139.352**
		L	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**1.863.583**	**-**	**-**	**1**	**17.766**	**2**	**1.881.349**
Suporte Lógico *Software*	Sistemas Operativos	A	467	25.445	521	140.000	636	199.215	4.717	504.969	3.418	633.440	**9.759**	**1.503.069**
		L	60	26.974	-	-	1	541.896	-	-	2	1.984.084	**63**	**2.552.954**
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	9	74.319	3	20.250	215	150.912	92	323.885	603	566.065	**922**	**1.135.431**
		L	50	11.829	-	-	2	184.307	-	-	3	727.603	**55**	**923.739**
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	10	6.711	13	2.343	20	110.426	109	208.243	142	78.570	**294**	**406.293**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	530	120.124	510	135.252	355	138.144	468	385.814	3.418	1.408.908	**5.281**	**2.188.242**
		L	60	26.974	-	-	-	-	-	-	-	-	**60**	**26.974**
	SW de Transferência de Dados	A	2	1.856	115	14.200	13	19.314	355	175.642	770	78.822	**1.255**	**289.834**
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**	**-**
	SW de Segurança	A	204	12.927	687	48.073	2.437	132.610	47	37.405	6.416	287.189	**9.791**	**518.204**
		L	-	-	-	-	1	7.548	-	-	-	-	**1**	**7.548**
	SW Aplicacional	A	156	143.333	50	36.889	111	287.974	71	127.556	1.538	964.553	**1.926**	**1.560.305**
		L	7	4.454	-	-	-	-	-	-	-	-	**7**	**4.454**
	Subtotal	A	**1.378**	**384.715**	**1.899**	**397.007**	**3.787**	**1.038.595**	**5.859**	**1.763.514**	**16.305**	**4.017.547**	**29.228**	**7.601.378**
		L	**177**	**70.231**	**-**	**-**	**4**	**733.751**	**-**	**-**	**5**	**2.711.687**	**186**	**3.515.669**
TOTAL		A	**3.124**	**1.791.818**	**2.849**	**1.432.257**	**15.590**	**9.874.294**	**21.261**	**20.461.546**	**21.611**	**20.180.815**	**64.435**	**53.740.730**
		L	**177**	**70.231**	**-**	**-**	**5**	**2.597.334**	**-**	**-**	**6**	**2.729.453**	**188**	**5.397.018**

(*) Inclui OSC (com excepção da SG), PJM, IASFA, LC, CPHM, IGDN, IDN e CNPCE.

A – Aquisição

L – Locação



5.13.3 – Áreas Informatizadas - Percentagem

Áreas Comuns	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
1. Gestão de Recursos Financeiros	50	0	40	100		75	100	90	50	100
1.1. Contabilidade	100	0	80	100		50	100	100	50	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	□	□	□	□		100	100	90	□	100
2. Gestão de Recursos Humanos	50	0	40	75		□	100	80	80	□
2.1. Formação de Pessoal	□	□	□	75		□	0	20	80	□
3. Gestão de Recursos Materiais	0	0	30	75		□	50	80	80	□
3.1. Gestão de Stocks	0	0	30	100		□	0	85	80	□
4. Planeam. e Calendarização Actividades	□	0	30	100		□	0	30	100	100
5. Concepção e Gestão de Projectos	□	□	□	□		□	0	30	□	□
6. Apoio à Decisão	□	□	55	□		□	0	20	50	□
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	0	85	10		□	0	10	0	100
8. Gestão de Correspondência	100	0	80	100		□	100	95	50	100
9. Gestão de Processos Administrativos	50	□	□	100		□	100	20	0	100
Produção (Actividades Específicas)										
10. Recolha / Recepção de Informação	30	100	35	50		□	0	35	100	100
11. Registo de Informação	30	100	45	100		□	0	85	100	100
12. Organiz. Informação em Base de Dados	30	100	25	50		□	0	70	100	100
13. Process. e Tratamento da Informação	30	100	85	25		□	0	50	100	100
14. Difusão da Informação	0	□	25	25		□	0	30	50	100
Outras										
15. Gestão Operacional	□	□	□	□		□	□	□	□	□
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	□	□	□	□		□	□	□	□	□
17. Gestão de Compras e Vendas	□	□	□	□		□	□	□	□	□
18. Organiz. Informação em Base de Dados	□	□	□	□		□	□	□	□	□
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	□	□	□	□		□	□	□	□	□
20. Recrutamento	□	□	□	□		□	□	□	□	□

□ Não aplicável

5.13.3 – Áreas Informatizadas - Percentagem (Continuação)

Áreas Comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	100	100	100	50	100
1.1. Contabilidade	100	100	100	100	100	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100	100	100	100	□	□
2. Gestão de Recursos Humanos	80	60	90	100	□	□
2.1. Formação de Pessoal	50	55	□	100	□	□
3. Gestão de Recursos Materiais	50	65	75	90	75	70
3.1. Gestão de *Stocks*	80	70	80	100	75	70
4. Planeam. e Calendarização Actividades	20	70	□	80	□	□
5. Concepção e Gestão de Projectos	0	50	□	70	□	□
6. Apoio à Decisão	30	50	10	75	□	□
7. Gestão Documental / Cent. Document.	20	55	5	80	50	35
8. Gestão de Correspondência	100	60	5	80	100	□
9. Gestão de Processos Administrativos	20	50	35	55	0	□
Produção (Actividades Específicas)						
10. Recolha / Recepção de Informação	□	60	50	90	50	□
11. Registo de Informação	□	60	50	90	50	□
12. Organiz. Informação em Base de Dados	□	50	100	90	50	80
13. Process. e Tratamento da Informação	□	60	100	90	50	75
14. Difusão da Informação	□	55	80	90	50	60
Outras						
15. Gestão Operacional	□	40	□	90	□	□
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	□	45	□	90	□	□
17. Gestão de Compras e Vendas	□	65	□	□	□	□
18. Organiz. Informação em Base de Dados	□	50	□	□	□	□
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	□	□	85	□	□	□
20. Recrutamento	□	□	85	□	□	□

No Exército não foram considerados os estabelecimentos fabris (LMPQF, MM, OGFE e OGME).

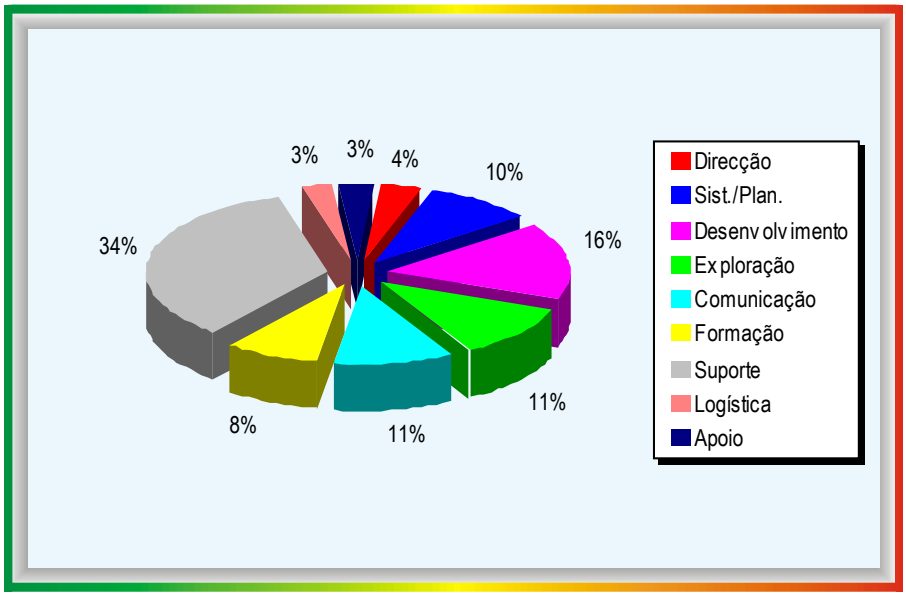
□ Não aplicável

5.13.4 – Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicações (pessoal TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direcção	4	4	4	4	3	**19**
Sistemas / Planificação	4	3	10	20	12	**49**
Desenvolvimento	5	3	28	20	26	**82**
Exploração	2	3	16	-	35	**56**
Comunicações	4	3	26	-	21	**54**
Formação	1	-	20	6	15	**42**
Suporte a Utilizadores	14	5	35	10	112	**176**
Outras						
Logística	2	1	11	-	-	**14**
Apoio	-	-	16	-	-	**16**
TOTAL	**36**	**22**	**166**	**60**	**224**	**508**

(*) Inclui OSC (com excepção da SG), PJM, IASFA, LC, CPHM, IGDN, IDN e CNPCE.

No Exército não foram considerados os estabelecimentos fabris (LMPQF, MM, OGFE e OGME).



5.13.5 – Utilização da *Internet*. Disponibilização de informação na *Internet*

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
Meio de Ligação à *Internet* (Mais Utilizado)										
Computadores ou postos com ligação individual							●	●		
Computadores ou postos partilhando uma ligação	●	●	●	●		●			●	●
Acesso à *Internet*										
Número de computadores ligados à *Internet*	77	52	47	50		80	50	60	49	19
Número de trabalhadores com acesso à *Internet*	95	52	46	50		80	50	100	49	17
Correio Electrónico										
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	76	52	46	50		65	0	50	49	17
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	75	52	46	50		65	0	10	49	0
Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da *Internet*										
Procura e recolha de informação / documentação	●	●	●	●		●	●	●	●	●
Acesso a bases de dados		●		●			●	●	●	
Troca electrónica de ficheiros	●	●		●				●	●	
Correio electrónico	●	●	●	●			●	●	●	●
Aquisição de bens e serviços *on-line*										●
Consulta de catálogos de aprovisionamento	●	●		●			●	●	●	
Formação de recursos humanos										
Comunicação interna entre os diversos departamentos		●	●	●					●	
Comunicação externa com outros organismos AP		●	●	●				●	●	●
Realização actividades de I&D em cooperação										
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)										

● Disponível

5.13.5 – Utilização da *Internet*. Disponibilização de informação na *Internet* (Continuação)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
Meio de Ligação à *Internet* (Mais utilizado)						
Computadores ou postos com ligação individual		●				●
Computadores ou postos partilhando uma ligação	●		●	●	●	
Acesso à *Internet*						
Número de computadores ligados à *Internet*	250	923	125	1.465	21	1
Número de trabalhadores com acesso à *Internet*	250	3.848	500	3.418	21	1
Correio Electrónico						
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	510	3.280	0	1.207	21	1
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	510	2.719	9.000	1.500	21	0
Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da *Internet*						
Procura e recolha de informação / documentação	●	●	●	●	●	●
Acesso a bases de dados		●		●		
Troca electrónica de ficheiros	●	●	●	●	●	●
Correio electrónico	●	●	●	●	●	●
Aquisição de bens e serviços *on-line*					●	
Consulta de catálogos de aprovisionamento	●	●	●	●	●	
Formação de recursos humanos				●	●	
Comunicação interna entre os diversos departamentos		●			●	
Comunicação externa com outros organismos AP	●	●	●	●	●	●
Realização actividades de I&D em cooperação			●		●	
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)			●		●	

No Exército não foram considerados os estabelecimentos fabris (LMPQF, MM, OGFE e OGME).

● Disponível

5.13.6 – Presença do Organismo na *Internet*

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA
Informação institucional acerca organismo	●	●	●	●		●	X	●
Informação acerca serviços prestados	X	●	□	●		●	X	●
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	●	●	●	●		●	X	●
Disponib. acesso a bases de dados	□	X	□	X		X	X	□
Disponib. formulários preenchimento *on-line*	□	●	□	●		X	X	□
Informação acerca oportunidade de recrutamento	□	●	□	X		●	X	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital *on-line*	□	●	□	□		X	X	□
Venda de serviços ou produtos em formato digital *on-line*	□	□	□	□		●	X	□
Disponib. formulários para *download*	□	●	□	●		X	X	□
Recebimentos *on-line*	□	□	□	□		□	X	□
Fornecimento de serviços o*n-line* recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	□	□	□		□	X	□

Área	IGDN	LC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
Informação institucional acerca organismo	●	●	●	●	●	●	●	□
Informação acerca serviços prestados	●	●	□	●	●	□	●	□
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	●	●	●	●	●	●	●	●
Disponib. acesso a bases de dados	X	●	□	□	X	●	□	□
Disponib. formulários preenchimento *on-line*	□	X	□	X	X	X	□	□
Informação acerca oportunidade de recrutamento	□	X	□	●	●	●	□	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital *on-line*	□	□	□	□	□	□	□	□
Venda de serviços ou produtos em formato digital *on-line*	□	□	□	□	□	□	□	□
Disponib. formulários para *download*	□	●	□	●	●	●	□	□
Recebimentos *on-line*	□	X	□	□	□	□	□	□
Fornecimento de serviços o*n-line* recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	X	□	□	□	□	□	□

● Disponível
X - Não disponível
□ Não aplicável

5.13.7 – Orientação do Organismo relativamente à distribuição do acesso à *Internet* e correio electrónico

Área	DGIE		DGAED		DGPDN		DGPRM		SG/MDN		IDN		PJM		IASFA	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Inter-net	Cor-reio	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior			●	●								●			●	●
Para o secretariado da estrutura superior			●	●								●		●	●	●
Para o comando/direcção/chefia nív. inter.			●	●								●		●	●	●
Para os quadros técnicos			●	●								●			●	●
Para outros sectores em que a activ. justif.				●							●	●				●
Utilização generalizada	●	●			●	●	●	●				●	●			

Área	IGDN		LC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		CNPCE		CPHM	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior			●		●		●	●	●	●	●	●			●	●
Para o secretariado da estrutura superior			●				●	●		●	●	●				●
Para o comando/direcção/chefia nív. inter.			●		●		●	●	●	●	●	●			●	●
Para os quadros técnicos			●				●	●	●	●	●	●			●	●
Para outros sectores em que a activ. justif.			●		●		●	●	●	●	●	●				●
Utilização generalizada	●	●	●							●			●	●		●

No Exército não foram considerados os estabelecimentos fabris (LMPQF, MM, OGFE e OGME).

● Disponível

PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

NOTA EXPLICATIVA

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente foi criado em 1993, por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, tendo como objectivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas, vincando, assim, as suas preocupações pela preservação dos recursos naturais do nosso país.

O Regulamento do prémio actualmente em vigor foi aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 1024/2000 dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, publicado no Diário da República – II série, n.º 242, de 19 de Outubro.

5.14 - PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

5.14.1 - Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA's	2000	2001	2002	2003	2004	**TOTAL**
Marinha	-	2	1	-	1	**4**
Exército	5	2	3	2	3	**15**
Força Aérea	2	-	-	2	2	**6**
TOTAL	**7**	**4**	**4**	**4**	**6**	**25**

5.14.2 - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA's	2000	2001	2002	2003	2004
Marinha	-	Direcção de Faróis da Armada – Energia Solar no Farol da Berlenga.	-	-	Instituto Hidrográfico Reabilitação das Instalações da Azinheira
Exército	Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, segundo a Norma ISO 14001, no Instituto Geográfico do Exército.	-	Centro Militar de Educação Física e Desportos - Actividades Ambientais 2002.	Campo Militar de Santa Margarida – Aplicação de um Sistema de Gestão Ambiental em 2003.	-
Força Aérea	-	-	-	-	Campo de Tiro de Alcochete – Actividades desenvolvidas no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental

NOTA EXPLICATIVA

Este capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED), descreve os dados referentes a:

- Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;
- Logística;
- Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;
- Indústrias do sector da Defesa e empresas com actividades ligadas a esta área;
- Qualidade, Normalização e Catalogação dos Bens Militares.

Os dados apurados e indicados nos quadros respectivos, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do IASFA e da consulta efectuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das actividades normais da DGAED.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de auto-propulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro directo para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de auto-protecção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não-guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimentos ou guerra electrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti-superfície, antiaéreo e anti-submarino e cuja missão principal é a escolta e a luta anti-submarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e com comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efectuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

Os dados incluídos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efectuadas pelas indústrias de defesa nacionais ou equiparadas, tendo-se desagregado por áreas do Globo. Os elementos indicados referem-se a bens e tecnologias de uso exclusivamente militar que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro, possam pôr em risco os interesses estratégicos nacionais ou a defesa do país e são controlados pelo MDN (DGAED).

Pela Portaria n.º 439/94, de 29 de Junho, ficaram enumerados os "itens" cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED.

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efectuadas pelas empresas comerciais, indústrias nacionais e Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados com base no Decreto Lei n.º 436/91 e Portaria n.º 439/94.

O quadro 6.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGAED que, nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro, estão autorizadas a exercer a actividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos na Portaria nº 439/94, de 29 de Junho, incluindo a nível internacional (importação e exportação).

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

6.1.1 – Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

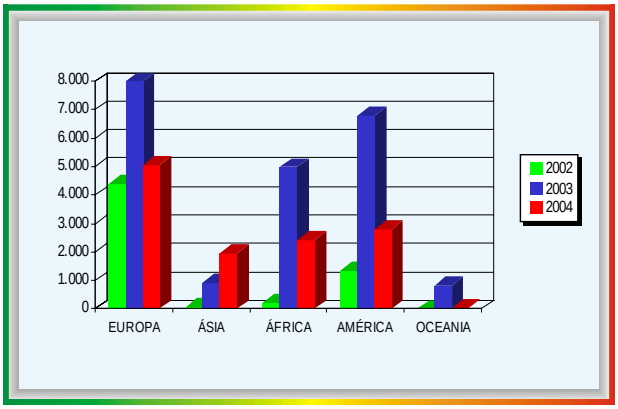
(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Anos	Valor (milhares de euros)
2004	12.266,7
2003	25.027,7
2002	6.078,8
2001	10.634,4

6.1.2 – Exportações de Bens e Tecnologias Militares - Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

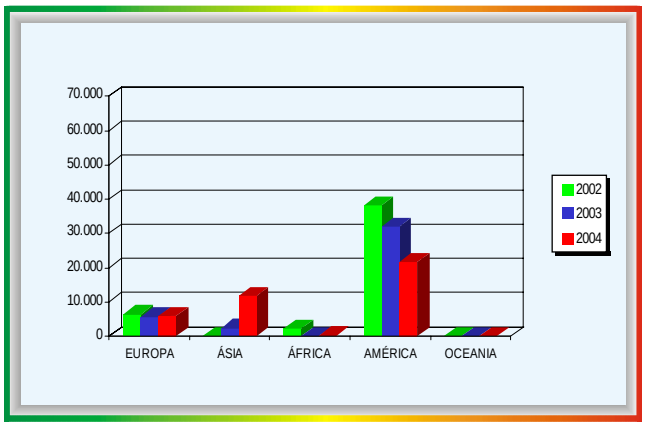
Continente	2002		2003		2004	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	4.412,8	72,6	11.470,1	45,8	5.058,3	41,3
ÁSIA	86,9	1,4	924,0	3,7	1.961,0	16,0
ÁFRICA	225,2	3,7	4.983,4	19,9	2.417,2	19,7
AMÉRICA	1.353,9	22,3	6.805,9	27,2	2.800,8	22,7
OCEANIA	-	-	844,3	3,4	29,4	0,3
TOTAL	6.078,8	100,0	25.027,7	100,0	12.266,7	100,0



6.1.3 – Importações de Bens e Tecnologias Militares - Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Continente	2002		2003		2004	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	6.334,0	13,6	5.639,3	14,2	5.775,2	14,8
ÁSIA	-	-	2.315,4	5,8	11.608,1	29,6
ÁFRICA	2.202,9	4,7	-	-	72,1	0,2
AMÉRICA	38.010,9	81,7	31.844,0	80,0	21.721,2	55,4
OCEANIA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	46.547,8	100,0	39.798,7	100,0	39.176,6	100,0



6.1.4 – Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares - Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano: 2004

Continente	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)
EUROPA	5.775,2	14,8	5.058,3	41,3	-716,9
ÁSIA	11.608,1	29,6	1.961,0	16,0	-9.647,1
ÁFRICA	72,1	0,2	2.417,2	19,7	2.345,1
AMÉRICA	21.721,2	55,4	2.800,8	22,7	-18.920,4
OCEANIA	-	-	29,4	0,3	29,4
TOTAL	39.176,6	100,0	12.266,7	100,0	-26.909,9

6.1.5 – Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence

Ano: 2004

Organização	Importação (milhares de euros)	Exportação (milhares de euros)	Saldo Exportação-Importação (milhares de euros)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	25.716,5	7.832,1	-17.884,4	30,5
UEO	5.099,1	5.045,7	-53,4	99,0
UE	5.431,7	5.049,1	-382,6	93,0

6.1.6 – Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social
A. Montez, S.A.	Lisboa	Armas, Geral	450.000
A. Paukner, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	49.880
A. Silva Leal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.995
Antero Lopes, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	160.000
Apcol, Lda.	Prior Velho	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Browning Viana	Viana do Castelo	Fabrico e comércio de armas	3.250.000
Capli, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	4.988
Cartil, Lda.	Amadora	Electrónica/Telecomunicações – Reparação e assistência	500.000
CPMB, S.A.	Lisboa	Munições, explosivos, pólvoras. Geral - Bens e tecnologias militares	149.639
Croker Delaforce, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	473.858
E. Dias Serras, Lda.	Lisboa	Electrónica, produtos náuticos. Geral - Bens e tecnologias militares	280.000
Eastécnica III, S.G.P.S.	Porto Salvo	Telecomunicações, multimédia, audiovisuais-instalação/manutenção	747.000
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, prestação de serviços de consultadoria, assistência	500.000
E.C.V., S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.750.000
Espaçomar, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Fralibra, Lda.	Amadora	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Head Solutions	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	6 000
Honos, Lda.	Algés	Material aeronáutico e armamento	100.000
IDD, S.A.	Alcochete	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
IEMA, Lda.	Lisboa	Aeronáutica, material de detecção física e química	5.009
Indep, S.A.	Lisboa	Comércio de todos os produtos fabricados e reparados	11.971.150
Induma, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	48.880
ITB - Comércio Internacional,Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Iveco, Lda.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas militares, componentes, peças. Geral - Bens e tecnologias militares	15.961.533
J. Nicolau, Lda.	Alfragide	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Lasi Electrónica, Lda.	Barcarena	Electrónica, Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
LISSA, Lda.	Amadora	Transitário de mercadorias - Bens e tecnologias militares	50.000
Lousafil, S. A.	Lousada	Vestuário exterior e acessórios - Bens e tecnologias militares	1.500.000
LUSIS, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	500.000
Megafer, Lda.	Cascais	Geral - Bens e tecnologias militares	1.995
Melco, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
Micotec, Lda.	Lisboa	Electrónica, aparelhos eléctricos – Manutenção de armamento	4.988
Montagrex - Optagrex, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Navaltrading, Lda.	Seixal	Equipamentos e produtos para indústria naval	4.988
OGMA, S.A.	Alverca	Aeronáutica, Geral - Bens e tecnologias militares	35.000.000

6.1.6 – Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*) (Continuação)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Electrónica - Materiais e equipamentos - Prestação de serviços	750.000
Ortsac, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
Paragrup, Lda.	Lisboa	Pára-quedas, componentes de material de guerra, equip. diversos	7.482
Pinhol, Gomes & Gomes, Lda.	Carnaxide	Geral - Bens e tecnologias militares	4.040.263
Pinto Basto – Electrónica e Máquinas, Lda.	Lisboa	Máquinas, Geral - Bens e tecnologias militares	374.098
Quadri, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	124.700
RFS Telecomunicações, Lda.	Cascais	Material de telecomunicações - Bens e tecnologias militares	52.374
Scope, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	119.712
SDT Electrónica, S. A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	299.279
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Geral - Bens e tecnologias militares	74.820
Setronix, Lda.	Carcavelos	Geral - Bens e tecnologias militares	100.000
Sicom, Lda.	Lisboa	Electrónica, Geral	498.798
Sipamar, Lda.	Algés	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Socimarpe, Lda.	Algés	Electrónica, Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Sodarca, Lda.	Lisboa	Armas, cartuchos. Geral - Bens e tecnologias militares	404.026
Studia I, Lda.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	29.928
Subloc- Locação de Submarinos, S.A.	Alverca	Comércio e locação de bens navais militares	250.000
The Engineering Company of Portugal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	250.000
Vilsene, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	20.200

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.

EQUIPAMENTOS DE DEFESA

6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA

6.2.1 – Missões e Meios Disponíveis - Marinha

Ano: 2004

Meios		Missões													Total
		Defesa Naval e Aeronaval		Defesa Directa do Território	Reforço OTAN	Missões de Interesse Público					Apoio Pessoal		Apoio Material	Instrução e Treino	
		Escolta e Luta A/S	Reabaste-cimento no Mar			Levantamento Hidrográfico	Autoridade Marítima	Segurança Marítima	Vigilância e Fiscalização da ZEE	Busca e Salva-mento	Trans-porte	Acção Cultural	Trans-porte		
NAVIOS	FRAGATAS "VASCO DA GAMA"	3	-	(b)	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(b)	3
	FRAGATAS "JOÃO BELO"	3	-	(b)	-	-	(b)	(b)	(b)	(b)	-	-	-	(b)	3
	CORVETAS "BATISTA DE ANDRADE"	-	-	(b)	-	-	(b)	(b)	3	(b)	-	-	-	(b)	3
	CORVETAS "JOÃO COUTINHO"	-	-	(b)	-	-	(b)	(b)	4	(b)	-	-	-	(b)	4
	SUBMARINOS "ALBACORA"	2	-	(b)	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(b)	2
	NAVIO-TANQUE REABASTECEDOR "BÉRRIO"	-	1	-	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	PATRULHAS "CACINE"	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4
	LANCHAS FISCALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	12
	LANCHAS DESEMBARQUE GRANDES	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	NAVIOS HIDROGRÁFICOS	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	NAVIOS BALIZADORES	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
	NAVIOS-ESCOLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	TOTAL NAVIOS	8	1	(b) 1	(a)	4	(b)	(b) 1	(b) 23	(b)	-	-	-	(b) 3	41
	UNIDADES AUXILIARES DE MARINHA	-	-	4	-	3	29	3	(c)	21	6	2	3	6	77
HELIS	LYNX	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
OUTROS	MÍSSEIS	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	MILAN	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11
	MORTEIROS PESADOS	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36

(a) A Marinha tem permanentemente disponíveis para atribuição à NATO, em diferentes graus de prontidão, 1 fragata, 1 submarino e 1 navio reabastecedor;
(b) Missões que são cumpridas em simultaneidade com a missão principal indicada;
(c) As missões de Vigilância e Fiscalização são missões cumpridas pelas UAM em simultaneidade com a missão Autoridade Marítima.

6.2.2 – Missões e Meios Disponíveis - Exército

Ano: 2004

Meios	Missões	Defesa Antiaérea	Defesa Directa do Território			Reforço Geral (a)	Instrução e Treino
			Continente	Açores	Madeira		
Carros de Combate	M60A3	-	66	-	-	27	8
Viaturas Blindadas	Lagarta	5	385	-	-	36	6
	Rodas	-	78	-	-	(b) 21+24	(c) 10+3
Obuses	105mm	-	45	-	-	40	11
	155mm AP	-	18	-	-	-	2
	155mm Reb	-	18	-	-	18	2
Sistemas de Mísseis	Anti-carro	-	105	-	-	(b) 2+8	4
	Antiaéreo	64	-	-	-	10	4
Morteiros	Pesados	-	58	7	16	71	8
Pontes	Viat. Blindada Lança Pontes	-	4	-	-	-	-
	Apoios Fixos	-	6	-	-	-	-
	Apoios Flutuantes	-	1	-	-	-	-

(a) Material no DGME para preparação e reparo;
(b) No BST/FND;
(c) 10 Chaimites incluídas no lote instrução da FND.

6.2.3 – Distribuição de Equipamentos por Grandes Unidades - Exército

Ano: 2004

Meios	Equipamentos	Grandes Unidades			
		Tropas de CE	BMI	BLI	BAI
Carros de Combate	M60A3	7	59	-	-
Viaturas Blindadas	Lagarta	24	373	-	-
	Rodas	43	-	37	-
Obuses	105mm	21	4	13	18
	155mm AP	-	6	-	-
	155mm Reb	14	-	-	-
Sistemas de Mísseis	Anti-carro	26	41	13	29
	Antiaéreo	15	52	-	-
Morteiros	Pesados	52	20	17	-
Pontes	Viatura Blindada Lança Pontes	-	4	-	-
	Apoios Fixos	6	-	-	-
	Apoios Flutuantes	1	-	-	-

Viaturas Blindadas de Lagarta: inclui M113, M113 TOW, M577, M125, M106, M901 ITV, VCE M728, M548, M578 e M88;
Viaturas Blindadas de Rodas: inclui Chaimite V-200, V-150, e M-11;
Morteiros Pesados: inclui 120mm e 107mm.

6.2.4 – Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea

Ano: 2004

Meios		Missões									Total
		Defesa Naval e Aeronaval		Defesa Directa do Território					Defesa Aérea	Instrução e Treino	
		Escolta e Luta A/S	Apoio Aéreo Táctico a Operações Navais	Transporte	Busca e Salvamento	Reconhe-cimento	Apoio Aéreo Próximo	Interdição Aérea			
AVIÕES	F-16	-	-	-	-	-	-	-	18	-	18
	P3-P	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	FTB 337G	-	-	11	-	-	-	-	-	-	11
	C-212	-	-	22			-	-	-	-	22
	FALCON 20	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
	FALCON 50	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
	C-130	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6
	A-JET	-	-	-	-	-	23	-	-	-	23
	CHIPMUNK	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
	BLANIK	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	ASK 21	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	EPSILON	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
Total Aviões											116
HELIS	SA-330	-	-	-	8	-	-	-	-	-	8
	AL III	-	-	13	-	-	-	-	-	-	13
Total Helicópteros											21
TOTAL / UNIDADES											137

6.2.5 – Lei de Programação Militar - Principais Programas de Reequipamento das Forças Armadas

O objectivo primordial da Lei de Programação Militar (LPM) é o reequipamento das Forças Armadas para fazer face aos actuais riscos de ameaça à paz e à soberania, ameaças múltiplas e complexas aos Estados e aos povos.

Os principais procedimentos executados em 2004 para grandes operações foram os seguintes:

- Programas concluídos em 2004 -

Empresa/Entidade Contratada	País de Origem	Tipo de Armamento/Equipamento Contratado
German Submarine Consortium	Alemanha	2 Submarinos, com a opção de mais um
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Portugal	2 Navios de Combate à Poluição (NCP)
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Portugal	Construção de 6 Navios Patrulhas Oceânicos (NPO)
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Portugal	Construção de 5 Lanchas de Fiscalização de Costa (LFC)
White Head Alenia	Itália	Torpedos para equipar submarinos
EID	Portugal	175 Rádios PGRC 525 para o Exército
Indra	Espanha	Radar, comunicações e links tácticos, necessários à extensão do sistema POACCS ao arquipélago da Madeira
Estado Holandês	Holanda	Fornecimento de 5 aviões P-3C da Marinha Real Holandesa para substituição dos P-3P da Força Aérea
Steyr-Daimler-Puch & Co	Áustria	240 Viaturas blindadas de rodas 8x8 para o Exército e 20 viaturas blindadas de rodas 8x8 anfíbias para a Marinha

- Programas de aquisição lançados em 2004 e não terminados neste ano -

- Procedimento para o fornecimento de 7 aviões de transporte táctico e de 5 aviões de vigilância marítima, para substituição da frota de Aviocar da Força Aérea.
- Procedimento para o fornecimento de novo armamento ligeiro para as Forças Armadas.
- Procedimento para a modernização dos sistemas de missão P-3P da Força Aérea.

LOGÍSTICA

NOTA EXPLICATIVA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos, OSC/MDN e IASFA.

Os dados estatísticos apresentados no quadro 6.3.1 dizem somente respeito à manutenção dos meios e sistemas operacionais.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar, não incluindo, portanto, a assistência na doença e outras comparticipações aos militares das Forças Armadas, que fazem parte do Capítulo 4.

Os dados apresentados nos quadros 6.3.3 e 6.3.4 referem-se a transportes não tácticos.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficinal e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção correctiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficinais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

6.3 – LOGÍSTICA

6.3.1 – Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais

(euros)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2004	149.500	59.111.812	1.281.235	31.448.566	91.991.113
2003	145.170	35.630.413	1.554.416	29.871.585	67.201.584
2002	162.720	30.925.976	1.790.440	25.562.891	58.442.027
2001	158.418	41.151.635	2.743.418	21.199.045	65.252.516

Nota: O Exército só incluiu despesas com os 3.º e 4.º escalões.

6.3.2 – Despesas com Equipamentos e Material de Saúde

(euros)

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de				
- equipamento hospitalar	143.892,83	563.082,23	2.133.471,00	2.840.446,06
- meios auxiliares de diagnóstico	532.592,90	55.855,20	628.001,00	1.216.449,10
- meios curativos	3.395.524,61	581.698,47	2.870.477,00	6.847.700,08
Manutenção de equipamento hospitalar	209.971,41	700.802,40	534.440,00	1.445.213,81
TOTAL	4.281.981,75	1.901.438,30	6.166.389,00	12.349.809,05

6.3.3 – Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos

(euros)

Equipamento	OSC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal	-	-	-	-	-	-	20	621.941	-	57.455	14	367.728	34	1.047.124
Transporte geral	-	-	-	-	-	-	15	201.620	-	28.039	-	-	15	229.659
Todo-o-terreno	-	-	-	-	1	35.217	13	325.513	-	46.420	5	119.410	19	526.560
Serviços especiais	-	-	-	-	-	-	14	639.983	-	1.666.487	15	350.045	29	2.656.515
Motociclos, ciclomotores e velocípedes	-	-	-	-	-	-	6	85.123	-	-	-	-	6	85.213
TOTAL	-	-	-	-	1	35.217	68	1.874.180	-	1.798.401	34	837.183	103	4.544.981

6.3.4 – Despesas com Transportes - Funcionamento

(euros)

Equipamento	OSC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	148.201	22.574	98.250	469.800	863.715	997.913	2.600.453
Combustíveis e lubrificantes	111.884	111.134	135.113	361.500	2.126.639	896.412	3.742.682
Aquisição de serviços (a)	49.688	76.819	221.050	785.200	2.374.580	400.069	3.907.406
TOTAL	309.773	210.527	454.413	1.616.500	5.364.934	2.294.394	10.250.541

(a) Aluguer de viaturas e transporte de pessoal e material.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

6.4.1 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – Marinha

(euros)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
Projecto Ship IR/NTCS	DN	Engenharia Electrotécnica e Informática	-	-	49.633	-	49.633
Automatização dos Levantamentos Hidrográficos	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 86.562	41.004	41.384	-	168.950
Estudo da Dinâmica das Costas de Portugal	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 204.538	41.004	5.112	-	250.654
Sistemas de Informação e Dados Técnico-Científicos	IH	Engenharia Elec-trotécnica e Informática	(a) 25.673	41.004	17.760	-	84.437
Automatização da Rede Maregráfica Nacional	IH	Engenharia Elec-trotécnica e Informática	(a) 80.054	41.004	-	-	121.058
Automatização dos Sistemas de Cartografia Náutica	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 155.272	41.004	41.384	-	237.660
Vigilância da Qualidade do Meio Marinho	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 17.100	41.004	40.274	-	98.378
Cooperação com Universidades e outros Organismos	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 26.384	-	-	-	26.384
Circulação na Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 19.326	30.167	40.795	-	90.288
Cartas Sedimentológicas da Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 26.074	30.167	1.369	-	57.610
Inovação e Desenvolvimento de Técnicas de Análise	IH	Química	(a) 4.341	-	4.761	-	9.102
Modernização de Navios Hidrográficos	IH	Ciência e Engª dos Materiais	30.959	88.436	665.305	-	784.700
Rede GPS Diferencial	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 62.083	-	488.757	-	550.840
ONDCOAST/PAMMELA	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 35.105	30.000	-	(b) 17.957	83.062
Dinâmica Sedimentar	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 36.082	-	25.827	-	61.909
Geologia Marinha	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 28.148	-	10.069	-	38.217
Estudo das Tecnologias das Ajudas e Seguran-ça da Navegação – Implementação e Desenvol-vimento da Carta Electrónica	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 23.377	26.929	20.692	-	70.998
Modelos Oceanográficos de Assimilação de Dados (MOCASSIM)	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 112.762	-	-	-	112.762
EUROSTRATAFORM	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 218.280	-	-	(c) 58.604	276.884
Rede Europeia de Gestão "*Sea-Search II*"	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 8.257	-	-	(c) 17.092	25.349
TOTAL	-	-	1.200.377	451.723	1.453.122	93.653	3.198.875

Fonte: MARINHA

(a) Os valores mencionados são referentes ao orçamento de funcionamento do Instituto Hidrográfico e do ODN-M;
(b) Financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia;
(c) Financiamento da União Europeia.

6.4.2 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas - Exército

(euros)

Programas	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			PIDDAC	EX (I&D)	MDN (I&D)	
Actualização Acelerada de Cartografia 1:25.000 em Formação Digital	IGeoE	Cartografia	664.205	-	-	664.205
Remodelação das Infra-Estruturas Escolares da Academia Militar	AM	Instrução	1.746.406	-	-	1.746.406
Sistema Militar para Apoio ao SNPC e Cooperação com as Autarquias Locais	DSE	Segurança e Ordem Pública	746.529	-	-	746.529
Ambiente Microbiológico	CMMV	Saúde	-	-	22.500	22.500
SICCE - Sistema de Informação para o Comando e Controlo do Exército	DST	Comunicações, Electrónica e Informática	-	-	48.250	48.250
TUBERCULOSE - Optimização, Diagnóstico Microbio-lógico, Informatização e Casos Clínicos	HMB	Saúde	-	-	100.000	100.000
Bioterrorismo: Rastreio Laboratorial e Protecção	LMPQF	Saúde	-	-	50.000	50.000
Programa de Modernização do Soldado Português	EPI	Armamento e Equipamento, Saúde, Instrução e Cartografia	-	164.546	-	164.546
Os Generais do Exército Português	BEx	Instrução	-	21.000	-	21.000
Adaptação da Munição de Artilharia no Combate a Incêndios	AM	Balística Engenharia Química	-	38.450	-	38.450
Excelência no Ensino Superior: Caso-Estudo AM (EXCEL-AM)	AM	Estatística Investigação Operacional	-	23.000	-	23.000
O Campo de Treino Militar de Santa Margarida: Estu-do do Impacto Ambiental Após Meio Século de Utili-zação	AM	Engenharia Ambiental	-	37.650	-	37.650
Tecnologia, Armamento, Organização e Táctica no Exército Português Contemporâneo	AM	História	-	23.500	-	23.500
Precursor	CTAT	Electrónica Telecomunicações	-	3.000	-	3.000
Ix-Box: Segurança e Redundância em Redes de Dados	CIE	Informática	-	53.996	-	53.996
Cozinhas de Campanha: Reabilitação e *Up-Grade*	EPSM	Engenharia Mecânica	-	30.000	-	30.000
TOTAL	-	-	3.157.140	395.142	220.750	3.773.032

Fonte: EXÉRCITO

6.4.3 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas - Força Aérea

(euros)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de financiamento				TOTAL
			PIDDAC	MDN(PIP)	MDN(I&D)	LPM	
Modernização do Hospital da Força Aérea	DI	Saúde	1.613.159	-	-	-	1.613.159
Conversão do Sistema de Informação da Área Financeira da Força Aérea	DINFA	I&D	671.476	-	-	-	671.476
TOTAL	-	-	2.284.635	-	-	-	2.284.635

Fonte: FORÇA AÉREA

6.4.4 –Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respectivas Áreas Tecnológicas – âmbito nacional e internacional – sob Coordenação da DGAED

(euros)

Programa/Projecto	Entidades Envolvidas	Área Tecnológica	Montantes 2004
Projectos Cooperativos Internacionais - WEAG			
- *Optical Radar Demonstrator*	INETI	Electro-óptica	-
- *High Resolution Optical Satellite Sensor*	INETI - IST	Vigilância Satélite e Espaço	200.000
- *Realising the Potential of Networked Simulation in Europe*	INETI - OGMA - INESC	Modelação e Simulação	86.232
- *Advanced Flare Compositions for Air Countermeasures*	LEDAP - Univ. Coimbra	Materiais Energéticos	50.000
- *Synthesis of Nitrocopounds for Use in Energetic Materials*	LEDAP - Univ. Coimbra	Materiais Energéticos	112.181
- *Particle Processing and Characterization*	LEDAP - Univ. Coimbra	Materiais Energéticos	78.975
Subtotal WEAG			527.388
Projectos Cooperativos Internacionais - NATO			
- AGS - *Allied Ground Surveillance (Definition Phase)*	Consórcio a definir	-	108.500
- Outros Programas (PCC Sealift e Ammunition Weapon SPC)	-	-	194.221
Subtotal NATO			302.721
Projectos Cooperativos Bilaterais			
- GESIM II (Portugal – França)	INETI	Modelação e Simulação	10.000
Subtotal BILATERAL			10.000
Total INTERNACIONAL			840.109
Projectos de Âmbito Nacional (Ramos, Institutos e Universidades)			
- Emissores e Receptores de HF	Marinha - EID	Comando, Controlo e Comunicações	392.654
- Saúde. Tuberculose – Optimização do Diagnóstico	Exército - HMB	Saúde	100.000
- SICCE - Sistema de Informação de Comando e Controle do Exército	Exército - EPT	Simulação	48.250
- Bioterrorismo: Vigilância e Protecção	Exército - CMMV	Protecção Individual (Defesa CBRN)	50.000
- Estudo do Ambiente Microbiológico nas Salas de Cirurgia do HMP para Prevenção de Infecções Cruzadas	Exército - LMPQF	Saúde	22.500
- Validação Cooperativa no Âmbito NAT/ RTOSET /TG16 de Modelo de Simulação de Assinatura Infravermelha de Navios ShipIR/NTCS	Marinha - DN/AA	Assinatura Radar	30.425
- Calibração do Modelo de Deriva	Marinha - IH	Ambiente/ Oceano-grafia Militar	15.000
Total NACIONAL			658.829
TOTAL			1.498.938

Fonte: DGAED

INDÚSTRIAS DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

Neste quadro apresentam-se de forma sucinta alguns elementos estatísticos relativos às empresas portuguesas, incluindo os EFFA, do sector vulgarmente conhecido como das indústrias de defesa e respeitantes a 2003 e 2004. Os elementos referentes a cada empresa ou EFFA são os seguintes:

– Volume de vendas global, anual;
– N.º de efectivos;
– Valores de exportação de bens e serviços;
– Despesas de investigação e desenvolvimento de algumas empresas.

6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

6.5.1 – Indústrias Nacionais do Sector das Indústrias de Defesa - 2003 e 2004

(euros)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
									2004		
		2003	2004	2004	2004	2003	2004	TOTAL 2003	Países UE	Países 3ºs	TOTAL
SECTOR TERRESTRE OGFE	Estatal/EFFA	27.915.374	20.947.190	13.822.450	43.700	398	388	655.053	-	851.902	851.902
OGME	Estatal/EFFA	-	1.204.210	1.204.210	-	-	109	-	-	-	-
IDD	Privada	675.236	1.331.913	1.303.913	-	13	17	-	-	-	-
SECTOR AEROESPACIAL OGMA	S.A. Capitais Públicos	102.642.048	140.810.387	64.954.587	-	1.694	1.621	36.696.118	26.971.304	12.161.325	39.132.629
SECTOR NAVAL Arsenal do Alfeite	Estatal/EFFA	26.942.914	27.166.077	27.166.077	-	1.598	1.532	-	-	-	-
SECTOR ELECTRÓNICO EID	Privada	8.298.647	9.597.306	8.677.841	1.897.886	157	136	7.405.502	2.849.510	92.426	2.941.936
EDISOFT	Privada	4.175.126	5.518.628	3.435.151	-	73	79	1.124.820	1.329.154	-	1.329.154

Fonte: DGAED/Empresa

AETD – Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa e serviços relacionados.

Nota: Os montantes financeiros indicados constituem os resultados das actividades das Empresas/EFFA derivados do aproveitamento global das suas capacidades e incluem a venda de bens e a prestação de serviços, sejam eles de natureza militar, de duplo uso ou de natureza civil.

6.5.2 – Indústrias Nacionais com Actividades Ligadas a Áreas da Defesa - 2003 e 2004

(euros)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
									2004		
		2003	2004	2004	2004	2003	2004	TOTAL 2003	Países UE	Países 3ºs	TOTAL
BROWNING VIANA	Privada	35.933.855	40.066.555	1.921.497	-	356	378	3.576.417	56.872	1.864.625	1.921.497
CRITICAL	Privada	2.747.129	3.904.476	345.774	-	64	96	22.774	107.961	-	107.961
CROCKER	Privada	2.620.000	2.977.820	651.882	50.000	26	27	-	-	-	-
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	S.A. Capitais Públicos	179.804.870	59.373.613	15.782.156	-	1.079	1.017	-	-	-	-
INDUMA	Privada	-	3.000.000	2.000.000	-	-	15	-	-	-	-
IVECO Portugal, S. A.	Privada	-	61.764.325	2.123.798	-	-	82	-	-	-	-
LINK	Privada	-	8.875.591	116.150	11.188	-	127	-	-	-	-

6.5.2 – Indústrias Nacionais com Actividades Ligadas a Áreas da Defesa - 2003 e 2004 (Continuação)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
								TOTAL 2003	2004		
		2003	2004	2004	2004	2003	2004		Países UE	Países 3ºs	TOTAL
NavalGrupo	Privada	-	2.787.898	50.000	-	-	40	-	-	-	-
Omnitécnica	Privada	-	5.362.596	256.925	-	-	18	-	-	-	-
Setronix	Privada	-	2.791.803	271.390	-	-	25	-	-	-	-
TUDOR	Privada	23.126.795	76.830.676	29.436	-	558	557	-	-	-	-
Zoller Comandita, S. A.	Privada	-	18.002.113	50.000	-	-	142	-	-	-	-

AETD – Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa.

6.5.3 – Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Indústrias de Armamento e Tecnologias de Defesa (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social	Efectivos	Volume de Negócios
Aerohélice, Lda.	Alenquer	Aeronáutica, hélices, acessórios, etc., reparação, manutenção e ensaio	25.000	8	1,5 Milhões
Browning Viana, S.A.	Viana do Castelo	Fabrico, acabamento e montagem de armas ligeiras	3.250.000	300	40 Milhões
Critical Software	Coimbra	Tecnologias de sistemas	500.000	64	2,9 Milhões
Crocker, Delaforce e Cia., Lda.	Lisboa	Instalação, manutenção de equipamento electrónico, telecomunicações	473.858	30	2,6 Milhões
Eastécnica, S.A.	Tagus Park, Oeiras	Instalação e manutenção de equipamento de telecomunicações, multimédia, audiovisuais	747.000	60	3 Milhões
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, tecnologias aeroespaciais	500.000	73	3,4 Milhões
EID, S.A.	Monte da Caparica	Telecomunicações - Sistemas de comunicações (rádio)	11 .000.000	190	9,6 Milhões
Electro-Central Vulcanizadora, Lda.	Lisboa	Naval - Sistemas de propulsão marítima	1.745.793	350	35 Milhões
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	Viana do Castelo	Construção e reparação naval	42.375.100	1.100	59,3 Milhões
IDD, S.A.	Alcochete	Desmilitarização, conversão de munições e outros produtos	50.000	13	1,3 Milhões
Indep, S.A.	Lisboa	Fabrico munições e armamento ligeiro	11.971.150	144	5 Milhões
Induma, Lda.	Lisboa	Montagem, ensaio de motores, caixas, compressores	150.000	15	3 Milhões
Link Consulting, S.A.	Lisboa	Consulting de tecnologias de informação	1.750.000	127	8,8 Milhões
Lousafil, S.A.	Lousada	Vestuário exterior e acessórios – Bens e tecnologias militares	1.500.000	X	X
Iveco, LDA.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas - Reparação, manutenção e transformação	15.962.000	82	61,7 Milhões
NavalGrupo, S.A.	Seixal	Reparação naval e industrial	150.000	30	2,8 Milhões
OGMA, S.A.	Alverca do Ribatejo	Aeronáutica e aeroespacial, concepção, fabrico, reparação e manutenção de aeronaves	30.000.000	1.800	140,8 Milhões
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Telecomunicações, electrónica, equipamentos laboratoriais	750.000	30	5,4 Milhões
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Manutenção e reparação naval	74.820	25	X
Setronix, Lda.	Carcavelos	Telecomunicações, radiodifusão, projecto, montagem/fabrico e manutenção de sistemas	100.000	20	2,8 Milhões
SDT Electrónica, S.A.	Lisboa	Telecomunicações, cartografia digital - Aeronáutica	300.000	35	8 Milhões
Zollern Comandita, S.A.	Maia, Porto	Projecto/fabrico de perfis metálicos, engrenagens e fundições em aço	1.000.000	140	18 Milhões

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.
X - Não disponível

6.5.4 – EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Sector

6.5.4.1 – **A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:**

CELESTIUM	Tecnologias de Monitorização e Navegação, SA
DEFLOC	Locação de Equipamentos, SA
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, SA
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, SA
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, SA
NAVALROCHA	Sociedade de Construção e Reparações Navais, SA
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, SA
PORTUGAL SPACE	Tecnologias e Serviços Espaciais, SA
SUBLOC	Locação de Submarinos, SA
SPEL	Sociedade Portuguesa de Explosivos, SA

6.5.4.2 – **A DANOTEC, Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com actividades de interesse na área da Defesa:**

CINAVE	Companhia de Instrumentos de Navegação, Lda.
CITEVE	Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal
CSC	Computer Sciences (Portugal), Lda.
CTCV	Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro
CRITICAL	Software, SA
C3P	Centro para a Prevenção da Poluição
ECV	Electro-Central Vulcanizadora, Lda.
EDINFOR	Sistemas Informáticos, SA
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, SA
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, SA
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA
ETE	Sociedade Gestora de Participações Sociais
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FORINO	Associação para a Escola de Novas Tecnologias
FRA	Fundições do Rossio, SA
FUNDILUSA	Fundições Portuguesas, Lda.
GRUPO EFACEC	
HYDROSPIN	Software e Hardware em Física Molecular da Água, SA
IDITE – MINHO	Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho
INEGI	Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial

INESC PORTO	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto
INETI	Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação
IPN	Instituto Pedro Nunes
IT	Instituto das Telecomunicações
INTELI	Inteligência e Inovação, Centro de Inovação
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade
LAUAK PORTUGUESA, LDA.	Indústria Aeronáutica
MADAN PARQUE	Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal
MANUEL POUSADA (HERDS), LDA.	
NAVALROCHA, SA	Sociedade de Construção e Reparações Navais, SA
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, SA
BÓIA & IRMÃO, SA	
SACIA	Comércio e Indústria Automóvel, SA
STE, SA	Sociedade de Telecomunicações e Electrónica, SA
TAP AIR PORTUGAL	Aeronáutica
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	Departamento de Engenharia Mecânica da FCTUC

6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das áreas de competência da DGAED, foram exercidas no ano de 2004 actividades no âmbito da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares cuja divulgação se reputa de interesse. Assim:

6.6.1 – QUALIDADE

No âmbito das competências da DGAED de "emitir ou promover a emissão de certificados de qualidade do armamento, equipamento e serviços de defesa produzidos ou prestados pela indústria nacional, ...", foram efectuadas as seguintes operações:

6.6.1.1 – Emissão de certificados de qualidade de armamento, equipamentos e serviços de defesa

	Ano 2004
Número de certificados de qualidade de empresas do sector industrial da Defesa	117
Manutenção e actualização do registo dos catálogos e especificações técnicas	38

6.6.2 – NORMALIZAÇÃO

Os instrumentos usados na Aliança para estabelecer acordos multilaterais nos domínios das políticas, das regras e procedimentos, são os denominados STANAG's, acrónimo que deriva da expressão **Sta*n*dard Ag***reements* e que se exprime em português por "Acordos de Normalização".

Estes documentos cobrem hoje variados domínios, desde os operacionais aos científicos, passando pelos de pendor técnico e, obviamente, pelos de natureza logística. Assim, no âmbito da participação de Portugal no processo de normalização da NATO, foram efectuados os seguintes processamentos:

6.6.2.1 – Processos de acordos de normalização NATO

	Ano 2004
Número de pedidos de parecer técnico aos Ramos das Forças Armadas	73
Número de acordos de normalização (STANAG's) processados	68

6.6.3 – CATALOGAÇÃO

A Catalogação tem como objectivo a atribuição de um número único NNA (Número NATO de Abastecimento) que identifica inequivocamente o artigo de abastecimento, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, sendo reconhecido e aceite por qualquer país NATO e por países não-NATO participantes no AC/135.

6.6.3.1 – NNA's – Quantitativos de catalogação de artigos produzidos em Portugal e de utilização nacional ou por outros países NATO e não-NATO participantes no AC/135 (Grupo NATO da área da Catalogação)

Origem \ Solicitações		Ao CNC Nacional			Internacionais do CNC Português	
		Pedidos de Catalogação	Registo como Utente	Organizações Fabricantes	Registo como Utente	Pedidos de Catalogação
Internacional	Alemanha	1	-	-	-	-
	Austrália	-	-	1		
	Bélgica	2	-	2		
	Dinamarca	18	-	-		
	Espanha	56	6	1		
	EUA	-	-	41		
	Holanda	5	5	-		
	NAMSA	-	8	-		
	Reino Unido	4	-	-		
	Turquia	23	1	-		
Nacional	Marinha	11	-	26	5.295	955
	Exército	901	-	146		
	Força Aérea	-	-	-		
	Empresas	-	-	22		
TOTAL		1.021	20	239	5.295	955

A situação da BD de Catalogação a 31 de Dezembro de 2004 é apresentada no quadro seguinte:

Registo em SPCAT	Quant.
Artigos catalogados por Portugal	2.066
Referências nacionais	2.965
Artigos internacionais	366.827
Organizações nacionais	2.655

SPCAT- Sistema Português de Catalogação

6.6.3.2 – CORG's – Códigos de Organização – solicitados para organizações nacionais

Pedidos de Corg's solicitados ao Centro Nacional de Catalogação	
Entidades	Quant.
Marinha	26
Exército	146
Força Aérea	-
Empresas	22
Austrália	1
Bélgica	2
Espanha	1
EUA	41
TOTAL	239

Pedidos de Corg's solicitados a outros países	
Países	Quant.
Alemanha	11
Bélgica	1
Dinamarca	3
Eslovénia	2
Espanha	14
EUA	2
França	2
Holanda	2
Itália	14
Noruega	2
Países não-NATO	19
Reino Unido	2
Turquia	1
TOTAL	75

Actualização da Base de Dados de Corg's	
Número de actualizações efectuadas em 2004	223

Propostas de cancelamento de NNA's	Quant.
Recebidas	201
Respostas efectuadas	186

NOTA EXPLICATIVA

A opção por uma nota explicativa comum ao EMGFA e Ramos, referente às áreas estatísticas sectoriais "Exercícios", no caso do EMGFA, e "Exercícios e actividades de preparação específica dos Ramos", no caso da Marinha, do Exército e da Força Aérea, residiu no facto do âmbito dos quadros que contêm os elementos estatísticos obedecer ao mesmo formato e referir, nalguns casos, actividades comuns realizadas simultaneamente.

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as acções de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos, exercícios combinados e exercícios sectoriais. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objectiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respectivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e actividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras actividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de acções de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim de semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objectivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efectuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efectuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustível. As excepções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respectivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais (7.3.2), consideram, no tocante a “pessoal”, as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados (7.3.4), os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, eficiência operacional. Para a alcançar é necessário planear e executar exercícios que preparem, treinem e assegurem a prontidão dos sistemas de armas, de forma a atingirem as capacidades para que foram adquiridos e assim poderem cumprir as missões a que se destinam. Com este objectivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem os níveis de prontidão e combate definidos.

Sem a execução destas actividades e a avaliação dos resultados atingidos não é possível conhecer as capacidades e as limitações existentes, assim como a segurança na operação, interoperabilidade com outras forças e o desenvolvimento de tácticas e técnicas adequadas. É por isso essencial a preparação e execução de um plano anual detalhado que assegure a preparação das forças e certifique a sua prontidão, ao qual têm de ser atribuídos os recursos materiais e financeiros adequados que viabilizem a sua concretização.

Estas actividades essenciais visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de defesa aérea, interdição, TASMO, TASLO, MPA, SAR, transporte, vigilância, guerra electrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis, bem como preparar o seu emprego em operações de paz e humanitárias.

Para qualificar os elementos recrutados para operar os equipamentos, a Força Aérea desenvolve a actividade de instrução e treino, que representa um valor importante do orçamento atribuído.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2005, nas envolventes de pessoal e operação.

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios que envolvem forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de foças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios Sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
AÇOR 040	Seminário sobre a participação de Portugal em operações de manutenção de paz.
AÇOR 041	Testar o apoio das Forças Armadas ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA), de acordo com as solicitações do mesmo.
AÇOR 042	Praticar procedimentos na defesa de pontos e áreas sensíveis.
ACUARIO	Exercício de qualificação de FAC's espanhóis, levado a cabo na área de Badajoz e que se encontra previsto no acordo de EEMMPP.
ALCAIDE FARIA 04	Testar os planos de segurança das unidades e órgãos da RMN e avaliar e treinar os procedimentos a adoptar em situações de alteração do estado de segurança.
ALUVIÃO 04	Treinar e avaliar os procedimentos a adoptar pelos vários Comandos em situações de apoio ao SNPC. Avaliar a elaboração e envio/recepção de documentos e o sistema de comunicações permanentes e de campanha.
ANFIBIO BRAVO TÁCTICO ALFA	Visa proporcionar ao escalão Companhia reforçada (CR) com elementos de apoio de combate e elementos de assalto anfíbio o planeamento, preparação e condução de incursões anfíbias operando em costa aberta.
ARRCADE FUSION 04	Treinar AUGMENTEES QG ARRC. Pela primeira vez a CR da BAI passou a ser *Training Audience*, depois de passar para o comando directo do Comando do ARRC.
ARCO 043	Desenvolver uma operação ofensiva no quadro de uma intervenção non-article 5 (*out of area*) de uma força multinacional/OTAN.
CONTEX / PHIBEX 04	Exercício destinado a proporcionar o treino de procedimentos operacionais de guerra naval, o treino de conjunto das unidades operacionais e prática de comando e estado-maior, envolvendo operações anfíbias.
CPX	Exercício sem envolvimento de forças reais, destinado ao treino de Estados-Maiores.
DAPEX	(Ex-exercício SÍRIO, cujo nome foi modificado pelo comando espanhol MACOM). Exercício realizado no âmbito dos EEMMPP e que tem como objectivo exercitar a capacidade de planeamento e de execução de operações conjuntas e combinadas de defesa aérea.
DARING EAGLE 042	Praticar o planeamento e conduta de operações tácticas convencionais, relacionadas com o transporte aéreo táctico, lançamento e aterragens de assalto.
DESTINED GLORY	Exercício da NATO, do tipo LIVEX/PHIBEX/FTX, visando testar a cooperação e interoperabilidade entre as várias componentes da NATO e as EUROFOR em operações de apoio à paz e evacuação de não combatentes
DOBOJ 042	Exercício de aprontamento final do 2ºBIMec/SFOR, sob a responsabilidade do Cmdt. BMI, com o objectivo de exercitar, desenvolver e validar a capacidade operacional da força no planeamento, controlo e conduta de operações de apoio a paz.
DOGFISH	Exercício efectuado no Mar Jónico, ao largo da Sicília, conduzido a partir da Base Aeronaval de Sigonella. O objectivo do exercício é a cooperação Ar-Superfície-Sub-superfície entre forças navais e aéreas da OTAN, na busca, detecção, classificação, localização, seguimento e ataque a submarinos. Apresentou um cenário multi-ameaça para treino de unidades de Superfície, submarinos e aeronaves em operações coordenadas.
DRAGÃO	Exercícios no âmbito da ICOL, do 1º BIMec/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
EFICACIA 04	Treinar a normalização de procedimentos das várias unidades de Artilharia.
EMF	Exercícios vários executados durante o período de activação da EUROMARFOR.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
EMPECINADO 04	Exercício no âmbito das Operações Especiais, (*cross trainning* e execução das operações).
EOLO	Testar a cooperação entre várias componentes da EURÕFOR, em operações de apoio à paz e na evacuação de não combatentes.
EOLO 04	Treinar a activação e funcionamento de um CJSOCC para o cenário e operação em causa. Treinar os procedimentos de EM ao nível do CJSOCC, integrados com os procedimentos definidos pelo CJTF. Treinar a integração dos "AUGMENTEES" vindos de Espanha, França, Itália e Portugal e ainda conduzir operações especiais de acordo com o CJSOCC OPLAN, cumprindo as orientações do Comando da força e em coordenação com as outras componentes.
Exercícios da Série CANÁRIO	Treino de embarque e desembarque em aeronaves.
Exercícios da Série PANTERA	Exercícios no âmbito da ICOL, do BApSvc/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
Exercícios da Série PEDRA V	Execução de fogos reais de Artilharia Anti-aérea com o sistema Canhão Bitubo 20mm que equipa a BAAA do ADTM, sendo antecedidos com treinos de aquisição e seguimento de alvos aéreos, simulados por uma aeronave (Aviocar) da FAP (DAM) sediada em Porto Santo.
Exercícios da Série PINHAL	Aperfeiçoamento técnico e táctico da instrução Individual e colectiva das Baterias do GAC num ambiente operacional.
Exercícios da Série POLACO	Aperfeiçoamento técnico e táctico da instrução Individual e colectiva das Baterias do GAC num ambiente operacional.
Exercícios da Série REDEX	Aperfeiçoamento técnico e táctico da instrução Individual e colectiva das Baterias do GAC num ambiente operacional.
Exercícios da Série TROVÃO	Treino táctico e técnico das Baterias do GAC, tendo em vista o desenvolvimento das suas capacidades operacionais.
FELINO 04	Desenvolver as capacidades das Forças Especiais dos países da CPLP para a realização de operações conjuntas e combinadas, no âmbito das operações de resposta a crises, nomeadamente ajuda humanitária e apoio à paz.
FOST SSK	Participação de um submarino no treino operacional efectuado no Reino Unido, destinado ao aprontamento de unidades navais em treino sob a égide do *Flag Officer Sea Training*.
FRENTE NORTE 04	Exercitar os quadros da BDTN no planeamento e conduta de operações de defesa com recurso ao sistema SICCE, ao nível de Postos de Comando. Treinar os quadros da BDTN no emprego do sistema SICCE.
FRONTERA 04	Treino cruzado de armas ligeiras e de morteiro e operação de meios VCB. Treino táctico de nível Batalhão (operações ofensivas/ataque deliberado) com a presença de meios de apoio de combate e de fogos.
FTX	Exercício da Companhia de Apoio de Transportes Tácticos dos Fuzileiros para treino de desembarque e embarque de viaturas tácticas em costa aberta.
FWIT	Curso exclusivo para o MLU o *Fighter Weapons Instructor Training* (FWIT). Confere aos participantes um leque vastíssimo de conhecimentos sobre capacidades, potencialidades, possibilidades e métodos de emprego deste sistema de armas num cenário vasto e diversificado.
GALA 04	Treinar a CEng/BLI, tendo em vista a OPEVAL. Testar a prontidão da Companhia no que concerne ao transporte de pessoal, alimentação e aquartelamento.
GARAJAU 04	Exercitar e avaliar o Comando, o EM e as Subunidades do ADTM no planeamento e conduta de operações inerentes à defesa de pontos e áreas sensíveis na Ilha da Madeira, infra-estruturas de produção de energia eléctrica e de telecomunicações, com as forças imediatamente disponíveis. Avaliar a elaboração e envio/ recepção de documentos. Verificação da necessidade de adequação da componente territorial face ao seu "esvaziamento" aquando da activação da Ordem de Batalha (OB). Validar a utilização da aplicação "MS NET MEETING", através da Rede de dados do Exército.
GUADIANA 041	Praticar o planeamento e conduta de operações tácticas convencionais, praticar a preparação, embarque, execução de tiro com todas as armas orgânicas do Batalhão e conduzir instruções de operações de apoio à paz.
HEROIC SWORD	Integrar as Subunidades da Brigada, fazer a sua avaliação externa, assegurar o funcionamento C3I, exercer DMP e promover o correcto fluxo de informações.
HIDRA 04	Testar algumas das capacidades do Sistema de Forças para contenção de acções terroristas, nomeadamente, de Anti-Terrorismo e de gestão das consequências, bem como elaboração e validação dos planos de defesa de pontos sensíveis.
HIENA	Exercícios no âmbito da ICOL, da CTm/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
HIREX 04	Treino de organização, apoio à decisão, sistematização e uniformização de procedimentos OTAN, motivando e constituindo uma excelente oportunidade de actualização de conhecimentos para o Comando e EM da BMI.
INSTREX	Exercício destinado a desenvolver o treino das unidades navais e treino conjunto, bem como exercitar procedimentos operacionais de guerra naval e cooperação aeronaval.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
INTEX 04	Exercício de Comunicações.
JCET 04	Exercício do tipo LIVEX destinado a exercitar e avaliar o treino e a capacidade operacional das unidades de Operações Especiais da Marinha e Exército portugueses e da Marinha e Força Aérea americanas.
LEOPARDO	Exercícios no âmbito da ICOL, da CEng/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
LINCE 041	Praticar o planeamento e emprego dos meios ACar da BAI com tiro real de Míssil MILAN.
LOBO	Exercícios no âmbito da ICOL, do ERec/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
MACONTENE 041	Praticar o planeamento e emprego dos meios de reconhecimento da BAI, com tiro real das armas que equipam o ERec/BAI.
MADERAL 04	Praticar os procedimentos de infiltração e exfiltração pelos diversos meios passíveis de serem utilizados por uma força de Operações Especiais. Incrementar a capacidade de trabalho num ambiente conjunto e combinado. Exercitar a transmissão de ordens em inglês.
MOLIÇO 042	Exercício de aprontamento FND do 2º BIPara para a missão "Componente PRT na B&H", no âmbito das Transmissões.
MOLIÇO 043	Exercício de aprontamento FND do 2º BIPara para a missão "Componente PRT na B&H".
MORSA	Exercício de Busca e Salvamento, enquadrado pelo Acordo EEMMPP, que tem como finalidade o intercâmbio entre esquadras e serviços SAR das Forças Aéreas portuguesa e espanhola. Realizou-se em duas fases: uma em ambiente terrestre, em Espanha, e outra, em ambiente marítimo, em Portugal.
NATO AIR MEET (NAM)	Exercício da NATO, planeado anualmente em alternância entre o CC AIR HQ RAMSTEIN e o CC AIR HQ IZMIR com a finalidade de exercitar tácticas e procedimentos de emprego do poder aéreo com ênfase na conduta de COMAO´s. Envolveu o CC AIR HQ IZMIR, os CAOC's regionais e unidades aéreas de diversos países da Aliança.
NEOTAPON 04	Exercício planeado pela Armada espanhola, onde se treina uma resposta aliada a um possível conflito na zona do Estreito de Gibraltar e concomitantemente uma evacuação de cidadãos não combatentes.
OLIVES NOIRES	Exercício destinado ao treino de procedimentos em guerra de minas.
ONÇA	Exercícios no âmbito da ICOL, do GAC/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
ORGANIZER 06A	Exercitar o Comando do Batalhão ISTAR e agilizar as acções C4I desta unidade.
ORGANIZER 06B	Integrar as Subunidades do Batalhão, assegurar o funcionamento do sistema C3I. Exercer DMP nível V e promover o correcto fluxo de Informações.
OST	Treino operacional efectuado no Reino Unido destinado às fragatas da classe "Vasco da Gama".
PASSEX	Exercícios de oportunidade levados a cabo com unidades ou forças navais em trânsito nas áreas de responsabilidade nacional.
PHIBEX	Exercício destinado a exercitar as unidades operacionais em operações anfíbias.
POLYGONE	Exercício de Guerra Electrónica (GE), efectuado numa carreira de tiro de GE, que permite um boa oportunidade de treino em ambientes hostis no que diz respeito ao espectro electromagnético, quer para meios aéreos quer para meios de superfície.
RAPOSA	Exercícios no âmbito da ICOL, do BAAA/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
RINOCERONTE	Exercícios no âmbito da ICOL, do GCC/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
RELÂMPAGO 04	Exercitar as Baterias de AAA, do sistema de forças do Exército, no planeamento, controlo e conduta do apoio a operações terrestres.
ROSA BRAVA 041	Desenvolver e exercitar a capacidade de planeamento, coordenação e controlo de operações tácticas e dos procedimentos de apoio de serviços e de apoio de combate de escalão Batalhão/Agrupamento e de Companhia Independente numa situação táctica de uma operação defensiva do tipo operação retrógrada.
SAGITÁRIO 04	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares, destinando-se a desenvolver a capacidade operacional e cooperação militar entre as unidades da Infantaria portuguesa e espanhola, através do planeamento e execução de operações a nível Batalhão.
S. JORGE 04	Exercitar acções no âmbito do Planeamento Civil de Emergência, da Protecção Civil e das Forças de Segurança.
SNIPER	Treino das equipas *sniper* visando o aperfeiçoamento das suas qualidades de tiro, observação do campo de batalha, movimento dissimulado e memorização de dados.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
SUÃO 041	Exercitar o planeamento, o controlo e a conduta de operações tácticas num ambiente de guerra convencional, em território hostil e/ou ambiente semi-permissivo, sob a forma de FTX, com duplo objectivo (validação da instrução do 4º Curso de Comandos e treino operacional da CCmds).
SUÃO 042	Exercitar o planeamento, o controlo e a conduta de operações tácticas num ambiente de guerra convencional, em território hostil e/ou ambiente semi-permissivo, sob a forma de FTX/PREREDEX com duplo objectivo (validação da instrução do 5º Curso de Comandos e treino operacional da CCmds).
SOLIDÁRIO 04	Testar a capacidade da ZMA no apoio a acções de Protecção Civil, para cumprimento de solicitações emanadas do SRPCBA, através do COA.
SWORDFISH	Exercício naval destinado a testar a integração de unidades ou forças de países NATO em forças multinacionais e exercitar procedimentos, em cenários passíveis de ocorrer no mundo real, por forma a optimizar a interoperabilidade e coesão das unidades participantes, e simultaneamente dar a oportunidade de treino aos Estados-Maiores das forças.
STANAVFORLANT	Conjunto de exercícios realizados no âmbito da actividade operacional desta força naval NATO permanente.
TÁCTICO C	Visa o treino e a avaliação dos níveis de adestramento operacional do BLD e a capacidade operacional da força, com destaque para o sistema logístico e de apoio em combate.
TANGO 04	Exercícios de fogos reais para uniformização na execução de fogos reais.
TAPON	Exercício planeado pela Armada espanhola, onde se treina uma resposta aliada a um possível conflito na zona do Estreito de Gibraltar.
TIGER MEET	Exercício enquadrado pela NATO, em que se encontram Esquadras de vários países. Destina-se a promover o intercâmbio com Esquadras de outros países, quer no âmbito de ajuste de procedimentos quer no conhecimento de tácticas e técnicas empregues por outras Esquadras de voo.
TIGRE	Exercícios no âmbito da ICOL, do 2º BIMec/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BMI.
TLP	Programa de formação de pilotos em comandantes tácticos de formação ministrado pelo *Tactical Leadership Program* (TLP).
TOSCANA 04	Exercício do âmbito da EUROFOR para treino do QG daquela força e dos seus *AUGMENTEES*, no âmbito de operações de apoio à paz e NEO.
TRIDENT D'OR	Exercício combinado do tipo LIVEX, conduzido pela França e Itália, visando testar a cooperação entre as várias componentes das EUROFOR e marinhas aliadas, na condução de operações de apoio à paz e evacuação de não combatentes.
TRISTÃO 04	Praticar o planeamento, a conduta e o controlo de operações tácticas no âmbito das operações de apoio à paz (OAP), no quadro das missões e tarefas passíveis de serem desempenhadas pelas Forças Nacionais Destacadas neste tipo de operações.
VALLADOLID 04	Praticar o planeamento e emprego de forças de percursores aeroterrestres e sogas em operações de infiltração em pára-quedas a grande altitude com emprego de oxigénio, nas modalidades de *High Altitud and Low Opening* (HALO) e *High Altitud and High Opening* (HAHO).
VIRIATO 04	Validar os objectivos de instrução do CFS, CFP e CPCAT. Aperfeiçoar a preparação de quadros e tropas de forma a melhorar a prontidão e eficácia das Forças de Operações Especiais no planeamento, coordenação, comando e execução de missões de reconhecimento especial de acção directa, no âmbito da prevenção e combate às ameaças terroristas. Reforçar a preparação do BOE no âmbito da contra-subversão e nas operações de prevenção e combate à ameaça terrorista.
ZARCO	Destina-se a exercitar, avaliar e aperfeiçoar a capacidade de intervenção do dispositivo de forças atribuído ao COM. Aperfeiçoar procedimentos operacionais nos domínios da táctica e da logística, numa situação indutora de operações de apoio à paz e humanitárias.
ZARCO/LUSÍADA 042	Exercitar o planeamento operacional, o comando, o controlo e a execução duma operação conjunta, caracterizada pela evacuação de cidadãos nacionais, com degradação da situação militar e possibilidades de confronto directo.
WORK-UPS SNFL	Treino de integração da SNFL normalmente efectuado antes de um exercício de grandes dimensões.

7.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS - EMGFA

7.1.1 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
AÇOR 041	CPX	01 A 05JUN	S. MIGUEL	CEMGFA	COA	CZMar, CZMA,CZAA	
AÇOR 042	CPX	03 A 11NOV	FAIAL/PICO	CEMGFA	COA	CZMar, CZMA,CZAA	
ZARCO/LUSÍADA 042	LIVEX	12 A 22NOV	MADEIRA	CEMGFA	COM	COM, CZMarM, CZMM, CDAM	

7.1.2 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos - Meios

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal			Custos Acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
AÇOR 041	1 FS	QG/ZMA	SA-330	a)	36	a)	1.915,11	16.594,35	18.670,63	
AÇOR 042	1 FS	RG1 RG2 BI(-) EsqPE	1 C-130 2 C-212 1 SA-330	a)	21	a)	228,24	15.992,38	16.220,62	
ZARCO/LUSÍADA 042	1 FFGH 1 FF 1 FS 1 PB 1 AOR 1 PelFZ, 1 CDT	QG/ZMM RG3 1BIA(-)/BAI 1/CIMIC/EPA 1/TM/EPT 1 DOE/CIOE	4 F-16 2 C-212 2 C-130 1 SA-330 2 AL III 1 P3-P 1 PCM	673	426	26 a)	133.775,00	243.100,18	376.875,18	

(a) Exercício cuja participação a nível de pessoal não é possível concretizar.

7.1.3 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
FELINO 04	LIVEX	23 A 29OUT	ANGOLA	CEMFA CV	DIREX (CV)	Força constituída SOFs de Países da CPLP	
EOLO 04	CPX	11 A 22OUT	FRANÇA	CaSMD IT, JEMAD SP, CEMA FR, CEMGFA PO	JF&THQ FR, COMCOI IT, AOP/CEMGFA-PO, COJS SP	EUROFORÇAS HQs	

7.1.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados - Meios

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal			Custos Acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
FELINO 04	1 Eq. Op Esp. FZ	1 Eq. Comandos 1 Eq. Op. Especiais	C-130	6	15	8	46.445,06	141.176,60	187.621,69	CPLP
EOLO 04	-	-	-	14	21	05	75.810,00	55.861,16	131.671,16	
				3 (a)						

(a) EMGFA.

7.2 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

7.2.1 - Exercícios Sectoriais - Exercícios Realizados

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
Viagens de Instrução de cadetes da EN	LIVEX	VÁRIOS	Áreas de exercícios nacionais	COMNAV	COMNAV	COMNAV	Viagens de Instrução de cadetes da EN
Programas de treino	LIVEX	VÁRIOS	Áreas de exercícios nacionais	COMNAV	COMNAV	COMNAV	Programas de treino
TIREX	LIVEX	VÁRIOS	Pinheiro da Cruz	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
Treino *Sniper*	LIVEX	VÁRIOS	Pinheiro da Cruz	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
SUBEX/RANEX	LIVEX	VÁRIOS	Áreas de exercícios nacionais	CCF	DAE	COMNAV	Adestramento FZ
CTALC	LIVEX	VÁRIOS	Alcochete	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
Anfibio B/Táctico A/ Táctico C	LIVEX	VÁRIOS	Odemira, Tróia, Pinheiro da Cruz	CCF	BF2	COMNAV	Adestramento FZ
TRÓIA	LIVEX	VÁRIOS	Tróia	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
FTX	LIVEX	VÁRIOS	Tróia, Pinheiro da Cruz	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
Est. DAE – Acções Directas	LIVEX	VÁRIOS	Tróia, Pinheiro da Cruz	CCF	DAE	COMNAV	Adestramento FZ
CPX 1/Tróia	LIVEX	VÁRIOS	Tróia	CCF	BF2	COMNAV	Adestramento FZ
CPX 2/FTX	LIVEX	VÁRIOS	Tróia, Pinheiro da Cruz	CCF	BF2	COMNAV	Adestramento FZ
Comcheck	LIVEX	VÁRIOS	-	CCF	-	COMNAV	Adestramento FZ
Reconhecimento	LIVEX	VÁRIOS	Tróia, Pinheiro da Cruz	CCF	CAF	COMNAV	Adestramento FZ
ATLAS	LIVEX	VÁRIOS	Tróia, Pinheiro da Cruz	CCF	EF	COMNAV	Adestramento FZ
HÉRCULES	LIVEX	VÁRIOS	Tróia, Pinheiro da Cruz	CCF	EF	COMNAV	Adestramento FZ

7.2.2 – Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
Viagens de Instrução de Cadetes da EN	1 AXS, 1 FFGH, 1 FF, 2 FS	630	775.751,00	348.366,00	1.124.117,00	-	-	
Programas de treino	2 FF, 5 PBO, 5 FS, 1 AGSC, 2 FFGH, 1 AGS, 1 NTM, 1 PB, 1 AOR, 1 ABU	1.208	371.907,00	551.765,00	923.672,00	AOR, FF, FS, PB, PBO, SSK, MPA, A-JET	-	
TIREX	BF2, BF1,CAF, DAE, UPN, EF	596	5.643,00	22.595,00	28.238,00	-	-	
Treino Sniper	DAE, CAF	12	212,00	1.586,00	1.798,00	-	-	
SUBEX/RANEX	DAE	35	387,00	575,00	962,00	-	-	
CTALC	CAF, EF, BF2, BF1	274	569,00	22.194,00	22.763,00	-	-	
Anfibio B/Táctico A/ Táctico C	BF2	686	14.826,00	7.766,00	22.592,00	-	-	
TRÓIA	BF2, BF1, CATT, UPN	678	13.174,00	35.990,00	49.164,00	-	-	
FTX	BF1, BF2	402	11.209,00	28.859,00	40.068,00	-	-	
Est. DAE – Acções Directas	DAE	24	513,00	2.884,00	3.397,00	-	-	
CPX 1/Tróia	BLD	139	2.162,00	2.400,00	4.562,00	-	-	
CPX 2/FTX	BLD	126	3.138,00	2.781,00	5.919,00	-	-	
Comcheck	BF	23	-	351,00	351,00	-	-	
Reconhecimento	CAF	38	739,00	2.050,00	2.789,00	-	-	
ATLAS	EF	458	19.901,00	29.217,00	49.118,00	-	-	
HÉRCULES	EF	583	11.873,00	26.559,00	38.432,00	-	-	

7.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
INSTREX 01-04	LIVEX	29MAR A 02ABR	Cooperação com SNF da NATO	Áreas nacionais de exercícios	C0MNAV	COMNAV	COMNVAV MCC NORTWOOD
NEOTAPON 04	LIVEX	07 A 14JUN	Relações com Marinha espanhola	Cádiz, Estreito de Gibraltar, Mediterrâneo Ocidental	AJEMA	ALFLOT	ALFLOT COMNAV
MAGESTIC EAGLE	LIVEX	10 A 16JUL	Cooperação com Marinha dos USA	Costa Noroeste de África	C6F	C6F	C6F COMNAV
OLIVES NOIRES	LIVEX MCM	12SET A 06OUT	Cooperação com Marinha Francesa	Toulon	ALFAN	ALFAN	COMNAV ALFLOT CINCNAV ALFAN
CONTEX / PHIBEX 2004	LIVEX	13 A 24SET	Exercício anual da força naval	Áreas nacionais de exercícios	C0MNAV	C0MNAV	COMNAV/COFA /COFT (EPT) ALFLOT (SP) NATO (MEWSG)

7.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
INSTREX 01-04	1 FFGH, 2 FF, 1 FS, 1 AOR, 2 PBF, 1 LCU, 1 SSK e 1 ABU	801	58.794,00	83.095,00	(a) 141.889,00	
NEOTAPON 04	1 FFGH, 1 FF, 1 AOR, 1SSK, 1 Pel FZ e 1 DAE	516	58.706,00	55.676,00	(b) 114.382,00	
MAGESTIC EAGLE	1 SSK	54	11.954,00	6.165,00	18.119,00	
OLIVES NOIRES	-	1	1.399,00	-	1.399,00	
CONTEX/PHIBEX 2004	2 FFGH, 2 FF, 2 FS, 1 AOR, 5 PBF, 1AGS, 1 LCU, 1 ABU, 1 SSK, 1 DAE, BLD e 1 CDT	1.416	248.798,00	375.505,00	624.303,00 (d)	

(a) Custos de participação de 1 PBF englobados na rubrica Vigilância e Fiscalização da ZEE;
(b) Custos englobados no encargo total da viagem de instrução de cadetes (GAM/SAC) e PTO CRE;
(c) Custos suportados pelo EMGFA;
(d) Custos de participação das PBF englobados na rubrica Vigilância e Fiscalização da ZEE.

7.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ALCAIDE FARIA 04	CPX LIVEX	27 A 29ABR	RMN	CMDT RMN	2CMDT RMN	QG/RMN	
ALUVIÃO 04	CPX LIVEX SIGEX	13 A 14DEC	RMN	CMDT RMN	2CMDT RMN	QG/RMN	
ARCO 043	FTX LIVEX	29NOV A 03DEC	CMSM	CMD BMI	2CMDT BMI	BMI, 134 Militares da BLI, 1 Comp de CMDS, PelAqObj/EPA, FAP	
DOBOJ 042	FTX	01 A 18JUN	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	2ºBIMEC/SFOR II	FND
DRAGÃO	FTX	VÁRIOS (2 ex.)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	1ºBIMEC/BMI	
EFICÁCIA 04	FTX LFX	08 A 11MAR	CMSM	CMD COFT	CMDT BMI	COFT EPA GAC/BMI GAC/BAI GAC/BLI	

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
FRENTE NORTE 04	CPX	29NOV A 03DEC	VIDAGO	CMDT RMN	2ºCMDT RMN	QG/ RMN QG /RMS	
GALA 04	LIVEX	29 A 30SET	FIGUEIR DA FOZ	RE3	RE3	QG/RMN	
GARAJAU 04	CPX	22 A 25MAR	ILHA DA MADEIRA	CMDT ZMM	CEM ZMM	ADTM	
GUADIANA 041	LIVEX LFX	20 A 22DEC	CTA	CMDT BAI	2ºCMDT BAI	BAI	
HIENA	SIGEX	VARIOS (3 ex.)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	CTM BMI	
HIDRA 04	CPX LIVEX	03 A 12MAI	CMSM BARRAGEM DO CARRAPATELO	GEN CEME	GEN COFT	COFT BMI BAI BLI ADTA ADTM BOE GALE CTC/BTM Camp BCMDS	
INTEX 04	CPX	15ABR	LISBOA	CMDT COFT	CMDT COFT	COFT	
LEOPARDO	FTX	VÁRIOS (2 ex.)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	CENG/BMI	
LINCE 041	FTX LFX	26 A 27ABR	CTA	CMDT BAI	2ºCMDT BAI	BAI	
LOBO	FTX	VÁRIOS (4 ex.)	CMSM	CMDT BMI	2ºCMDT BMI	EREC/BMI	
MACONTENE 041	LIVEX	07 A 09MAR	ESTREMOZ	CMDT BAI	2ºCMDT BAI	BAI	
MOLIÇO 042	SIGEX	19 A 29MAI	AVEIRO	CMDT BAI	2ºCMDT BAI	BAI	
MOLIÇO 043	LIVEX	24 A 28NOV	LOUSÃ	CMDT BAI	2ºCMDT BAI	RI3 BAI	
ONÇA	FTX	VÁRIOS (5 ex.)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	GAC/BMI	
PANTERA	FTX	VÁRIOS (2 ex.)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BAPSVC/BMI	
PANTERA O42	LIVEX	15 A 18ABR	PELANGANA	CMDT ZMA	2ºCMDT RG2	ZMA	
PANTERA O43	LIVEX	17 A 18NOV	TERCEIRA	CMDT ZMA	2ºCMDT RG1	ZMA	
PEDRA VIVA 041	LFX.	09 A 10MAI	ZMM	CMDT ZMM	CEM ZMM	BAAA/RG3	
PEDRA VIVA 042	LFX	27 A 28OUT	ZMM	CMDT ZMM	CEM ZMM	BAAA/RG3	
PINHAL 041	LIVEX	04MAR	PINHAL DE LEIRIA	CMDT RA4	CMDT GAC	CMDT GAC	
PINHAL 042	LIVEX	23MAR	PINHAL DE LEIRIA	CMDT RA4	CMDT GAC	CMDT GAC	
PINHAL 043	LIVEX	19MAI	PINHAL DE LEIRIA	CMDT RA4	CMDT GAC	CMDT GAC	
PINHAL 044	LIVEX	02JUN	PINHAL DE LEIRIA	CMDT RA4	CMDT GAC	CMDT GAC	
PINHAL 045	LIVEX	22SET	PINHAL DE LEIRIA	CMDT RA4	CMDT GAC	CMDT GAC	
PINHAL 046	LIVEX	13OUT	PINHAL DE LEIRIA	CMDT RA4	CMDT GAC	CMDT GAC	
POLACO O41	LIVEX	26 A 30JAN	CMSM	RA5	RA5	GAC/BLI	
POLACO O42	LIVEX	12 A 16ABR	CMSM	RA5	RA5	GAC/BLI	
POLACO O43	LIVEX	18 A 22OUT	CMSM	RA5	RA5	GAC/BLI	
RAPOSA	FTX	VÁRIOS (4 ex.)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BAAA/BMI	
REDEX 041	LIVEX	14JAN	SERRA DA LOUSADA	CMDT BLI	RA5	GAC/BLI	
REDEX 042	LIVEX	24MAR	SERRA DA LOUSADA	CMDT BLI	RA5	GAC/BLI	
REDEX 043	LIVEX	26MAI	SERRA DA LOUSADA	CMDT BLI	RA5	GAC/BLI	
REDEX 044	LIVEX	07OUT	SERRA DA LOUSADA	CMDT BLI	RA5	GAC/BLI	
RELÂMPAGO 04	LFX	31OUT A 03NOV	VIEIRA DE LEIRIA	CMDT COFT	CMDT RAAA1	UU ART AA	
RINOCERONTE	FTX	VÁRIOS (5 ex.)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	GCC/BMI	
ROSA BRAVA 041	FTX	21 A 26MAR	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	BMI CAT/2ºBI/BLI, 2 Eq OAV GAC/BLI , DEST OP ESPECIAIS, FAP	

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
S.JORGE 04	U/E/O GML	24 A 28MAI	GML	CMDT GML	2ºCMDT GML	EME COFT AM SNBPC CNPCE	
SOLIDÁRIO 04	LIVEX	26 A 29ABR	RAA	CMDT ZMA	2ºCMDT ZMA	ZMA	
SUÃO 041	FTX	20 A 23JUN	REGIÃO DE BEJA	CMDT RI1	2ºCMDT RI1	BCMDS	
SUÃO 042	FTX	10 A 15DEC	REGIÃO DE BEJA	CMDT RI1	2ºCMDT RI1	BCMDS	
TANGO 04	LIVEX	20 A 21OUT	CMSM	COFT	CMDT GAC	CMDT GAC/BAI	
TIGRE	FTX	VÁRIOS (2 ex.)	CMSM	CMDT BMI	CEM BMI	2ºBIMEC/BMI	
TRISTÃO 041	FTX	05 A 08JUL	ILHA DA MADEIRA	CMDT ZMM	CEM ZMM	ADTM	
TROVÃO 042	LIVEX	20 A 22ABR	CMSM	CMDT BAI	2ºCMDT BAI	CMDT GAC/BAI	
TROVÃO 044	LIVEX	16 A 19NOV	CMSM	CMDT BAI	2ºCMDT BAI	CMDT GAC	
TROVÃO 045	LIVEX	09DEC	CMSM	CMDT BAI	2ºCMDT BAI	CMDT GAC	
VIRIATO 04	CPX LIVEX	03 A 08DEC	MOIMENTA DA BEIRA	CMDT COFT	CMDT CIOE	COFT	

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
ALCAIDE FARIA 04	U/O RMN	10	0	0	0			
ALUVIÃO 04	CIOE RI13 RI14 RI19	12	0	2.598,03	2.598,03			
ARCO 043	RI1/BCMDS EPA BMI RI19	1.303	0	33.139,69	33.139,69			
DOBOJ 042	EPE 2ºBIMEC/SFOR SUBUNID/BMI	288	0	1.107,09	1.107,09			
DRAGÃO	1ºBIMEC/BMI	658	0	20.000,00	20.000,00			

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
EFICÁCIA 04	EPAM RA4 RA5 EPA GAC/BMI GAC/BAI	631	0	33.121,08	33.121,08			
FRENTE NORTE 04	RA5 RE3 EPAM RC6 BSS EPT QG/RMN EPSM RI13 RI14 RI19	3047	0	14.552,60	14.552,60			
GALA 04	RE3	CENG/BLI	0	-	-			
GARAJAU 04	ADTM CTP/ZMM CI/ZMM RE3	57	0	180,12	180,12			
GUADIANA 041	3ºBIPARA	157	0	0	0			
HIENA	CTM/BMI	134	0	1.424,99	1.424,99			
HIDRA 04	CIOE EPT RI13 EPQM RC3 EPE BCMDS EREC/BAI 1BIPARA 2BIPARA BAAA/BAI	132	0	19.038,51	19.038,51			
INTEX 04	EPE	1	0	0	0			
LEOPARDO	CENG/BMI	135	0	4770, 00	4.770,00			
LINCE 041	CACAR/BAI	59	0	0	0			
LOBO	EREC/BMI	120	0	4.939,57	4.939,57			
MACONTENE 041	EREC/BMI	95	0	0	0			
MOLIÇO 042	2ºBIPARA/BAI	250	0	0	0			
MOLIÇO 043	RI3 2ºBIPARA 3ºBIPARA	473	0	4.939,57	4.939,57			
ONÇA	GAC/BMI	399	0	5.189,34	5.189,34			
PANTERA	BAPSVC/BMI	265	0	5.000,00	5.000,00			
PANTERA 042	RG2 (1CAT, 1 DEST AP SVC)	70	0	80,00	80,00			

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
PANTERA 043	RG1 (1 CAT, 1 DEST AP SVC)	45	0	601,98	601,98			
PEDRA VIVA 041	BAAA/ADTM	51	0	550,00	550,00			
PEDRA VIVA 042	BAAA/ADTM	59	0	630,00	630,00			
PINHAL 041	RA4	84	0	250,00	250,00			
PINHAL 042	RA4	66	0	250,00	250,00			
PINHAL 043	RA4	66	0	250,00	250,00			
PINHAL 044	RA4	62	0	250,00	250,00			
PINHAL 045	RA 4	61	0	250,00	250,00			
PINHAL 046	RA 4	58	0	250,00	250,00			
POLACO 041	RA 5	98	0	2.386,14	2.386,14			
POLACO 042	RA5	50	0	592,42	592,42			
POLACO 043	RA 5	99	0	2.600,79	2.600,79			
RAPOSA	BAAA BMI	235	0	3.392,36	3.392,36			
REDEX 041	RA 5	54	0	237,95	237,95			
REDEX 042	RA 5	80	0	424,50	424,50			
REDEX 043	RA 5	54	0	147,88	147,88			
REDEX 044	RA5	74	0	383,38	383,38			
RELÂMPAGO 04	BAAA/BMI RAAA1 RE1 RL2	89	0	11.433,77	11.433,77			
RINOCERONTE	GCC BMI	247	0	24.266,00	24.266,00			
ROSA BRAVA 041	CIOE RI14 EPAM BMI	1859	0	35.734,67	35.734,67			
S. JORGE 04	U/E/O GML	254	0	3.063,50	3.063,50			
SOLIDÁRIO 04	QG/ZMA RG1 RG2	319	0	1.384,30	1.384,30			
SUÃO 041	BCMDS	41	0	5.185,50	5.185,50			
SUÃO 042	BCMDS	182	0	5.185,50	5.185,50			
TANGO 04	RA4 GAC/BMI	335	0	1.778,40	1.778,40			
TIGRE	EPE 2ºBIMEC/BMI	842	0	1.569,33	1.569,33			
TRISTÃO 041	BI/ADTM	181	0	2.058,79	2.058,79			
TROVÃO 042	RA4 EPA GAC/BMI	422	0	5.591,94	5.591,94			
TROVÃO 044	EPA RA4	295	0	7.492,76	7.492,76			
TROVÃO 045	RA4	137	0	2.999,32	2.999,32			
VIRIATO 04	CIOE	420	0	10.869,43	10.869,43			

7.3.3 – Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ARRCADE FUSION 04	CAX	01 A 12NOV	DEU	SACEUR	CINCNORTH	ARRC/BAI	
EMPECINADO 04	CPX LIVEX	15 A 26NOV	ESPANHA	GEMOE	GEMOE	MOE	
FRONTERA 04	FTX	24 A 29OUT	ESPANHA BADAJOZ	CEMET	BRIGMEC XI	FMA-BMI	
HEROIC SWORD	CPX	04 A 15OUT	DEU	103 BAT ISTAR	103 BAT ISTAR	-	
HIREX 04	CPX FTX	25OUT A 04NOV	ESPANHA SARAGOÇA	CMDT NRDC-ESP	FMA	NRDC-FMA	
MADERAL 04	FTX	07 A 17JUN	ESPANHA ALICANTE	GEMOE	GEMOE	MOE	
ORGANIZER 06A	CPX	21 A 24JUN	DEU	103 BAT ISTAR	103 BAT ISTAR	-	
ORGANIZER 06B	CPX LIVEX	30AGO A 13SET	DEU/NLD	103 BAT ISTAR	103 BAT ISTAR	-	
SAGITÁRIO 04	LIVEX	15 A 19NOV	PRT/VISEU	COFT	BLI	BRILAT/BLI	
TOSCANA 04	CPX	22 A 28MAI	ITÁLIA	EUROFOR	EUROFOR	BRIPAC	
VALLADOLID 04	LIVEX	15 A 29MAI	ESPANHA	CEME (ESP)	CMDT BRIPAC	BRIPAC	

7.3.4 – Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ARCADE FUSION 04	AUGMENTEES CR/BAI	12	0	28.830,15	28.830,15	
EMPECINADO 04	CIOE	22	0	18.370,90	18.370,90	
FRONTERA 04	AGRMEC/BMI/NRF 5	52	0	24.514,33	24.514,33	
HEROIC SWORD	CIOE	7	0	6.040,76	6.040,76	
HIREX 04	EPA BMI	23	0	61.065,50	61.065,50	
MADERAL 04	BCMDS/RI1	28	0	16.645,27	16.645,27	
ORGANIZER 06A	CIOE	1	0	3.752,89	3.752,89	
ORGANIZER 06B	CIOE	47	0	1.821,90	1.821,90	
SAGITÁRIO 04	CMD BLI RI13 RI14 EPT	RI13(1Pel) + 284	0	10.919,39	10.919,39	
TOSCANA 04	EPE BAI	5	0	8.598,77	8.598,77	
VALLADOLID 04	EPE	16	0	18.461,36	18.461,36	

7.4 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

7.4.1 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos - Exercícios Realizados

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
DARING EAGLE	LIVEX	NOV	PORTUGAL	CEMFA	COFA	COFA	
INSTREX	LIVEX	MAR	ARCOMNAV	CEMA	COMNAV	COMNAV COFA	
ARCO 043	CPX/LIVEX	DEZ	CMSM	CEME	BMI	CEME COFA	
CONTEX PHIBEX	LIVEX	SET	ARCOMNAV	CEMA	COMNAV COFA	COMNAV	

7.4.2 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
DARING EAGLE	ESQ502/C-212 ESQ505/FTB-337 ESQ301/A-JET ESQ552/AL-III ESQ201/F-16 ESQ751/SA-330	(a)	(a)	17.255,00 4.177,74 6.620,28 14.565,25 77.678,18 71.007,57	17.255,00 4.177,74 6.620,28 14.565,25 77.678,18 71.007,57	
INSTREX	ESQ502/C-212 EW ESQ505/FTB-337 ESQ301/A-JET	(a)	(a)	4.567,50 1.450,89 11.983,22	4.567,50 1.450,89 11.983,22	
ARCO 043	ESQ301/A-JET TACP	(a)	(a)	32.075,00 -	32.075,00 -	
CONTEX PHIBEX	ESQ751/AS-330 ESQ505/FTB-337 ESQ601/P3-P ESQ301/A-JET ESQ201/F-16	(a)	(a)	18.609,11 3.694,11 169.908,66 82.958,78 22.994,66	18.609,11 3.694,11 169.908,66 82.958,78 22.994,66	

(a) Exercício cuja participação a nível de pessoal não é possível concretizar.

7.4.3 - Exercícios Combinados - Exercícios Realizados

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
DAPEX	LIVEX	MAI	ESPANHA	MACOM	MACOM	COFA	EEMMPP
DOGFISH	LIVEX	FEV MAR	ITÁLIA	AFSOUTH	COMNAVSOUTH	COFA	NATO
MORSA	LIVEX	JUN NOV	ESPANHA	CHEFATURA SAR RCC LISBOA	CHEFATURA SAR RCC LISBOA	COFA RCC LISBOA	EEMMPP
TIGER MEET	LIVEX	SET	ALEMANHA	AIRNORTH	SCLESWIG AB	COFA	NATO
POLIGONE	EWEX	MAI	FRANÇA ALEMANHA	MAEWTF POLYGONE	MAEWTF POLYGONE	COFA	NATO
TLP	CURSO	ABR MAI	BÉLGICA	AIRNORTH	TLP FLORENNES	COFA	NATO
NATO AIR MEET	LIVEX	SET	POLÓNIA	COMAIRNORTH	COMAIRNORTH	COFA	NATO
NEOTAPON	LIVEX	JUN	ESPANHA	AJEMA	AJEMA	COFA	EEMMPP
ACUARIO	LIVEX	JUN	ESPANHA	CJMOA	MACOM	COFA	EEMMPP
FWIT	CURSO	ABR NOV	HOLANDA NORUEGA	RNLAF	RNLAF	COFA	NATO

7.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2004

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
DAPEX	ESQ502/C-212 ESQ301/A-JET ESQ201/F-16	(a)	(a)	156.621,50 50.473,22 8.994,00	156.621,50 50.473,22 8.994,00	N/A
DOGFISH	ESQ601/P3-P	2 x Of. Sup. 3 x Oficiais 23 x Sarg.	(a)	188.563,32	188.563,32	
MORSA	ESQ502/C-212 ESQ751/SA-330 ESQ601/P3-P ESQ505/FTB-337	(a)	(a)	21.132,30 19.141,75 40.614,50 4.198,32	21.132,30 19.141,75 40.614,50 4.198,32	
TIGER MEET	ESQ301/A-JET	2 x Of. Sup. 2 x Oficiais	(a)	78.673,56	78.673,56	
POLIGONE	ESQ501/C-130	2 x Of. Sup. 2 x Oficiais 3 x Sarg. 1 x Praças	(a)	75.472,00	75.472,00	
TLP	ESQ201/F-16 ESQ501/C-130	4 x Of. Sup. 8 x Oficiais 35 x Sarg. 7 x Praças	(a)	276.055,84 79.764,47	276.055,84 79.764,47	
NATO AIR MEET	ESQ501/C-130 ESQ201/F-16	(a)	(a)	285.378,50 194.360,34	285.378,50 194.360,34	
NEOTAPON	ESQ601/P3-P	(a)	(a)	78.428,00	78.428,00	
ACUARIO	ESQ301/A-JET	(a)	(a)	31.433,50 25.660,00	31.433,50 25.660,00	
FWIT	ESQ201/F-16 ESQ501/C-130	10 x Of. Sup. 16 x Oficiais 24 x Sarg. 8 x Praças	(a)	546.385,50 715.380,22	546.385,50 715.380,22	

(a) Exercício realizado em território nacional cuja participação a nível de pessoal não é possível concretizar.

NOTA EXPLICATIVA

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) e representam as prestações familiares e sociais a que aludem os Decretos-Leis n.º 223/95, de 8 de Setembro e nº 133-B/97, de 30 de Maio – este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo DL nº 176/2003, de 2 de Agosto –, despendidas em 2004 com pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (OSC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, e os subsídios concedidos aos seus beneficiários cuja existência consta do quadro 8.1.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Protecção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação *"Estatísticas de Protecção Social Associações Sindicais e Patronais"*.

O IASFA, criado pelo DL n.º 284/95, de 30 de Outubro, intervém junto dos seus beneficiários no campo da acção social complementar.

CONCEITOS

Função Invalidez

Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar ou não seja aconselhável ou possível o seu internamento em lar.

Função Velhice

Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) fixado pelo IASFA;

Subsídio especial para lares (SEL), para auxiliar o internamento em lares de beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar.

Função Sobrevivência

Subsídios de funeral e por morte, previstos nos Decretos-Leis n.ºs 223/95 e 133-B/97;

Função Família

Subsídios familiares a crianças e a jovens por frequência de estabelecimento de educação especial, mensal vitalício e por assistência a terceira pessoa;

Bonificação, por deficiência, ao subsídio familiar;

Subsídio complementar de apoio familiar (SCAF), concedido pelo IASFA a agregados familiares carenciados, sendo atribuído um montante definido anualmente pelo Conselho de Direcção, por cada elemento dependente daquele agregado.

Comparticipações escolares concedidas pelo IASFA:

- Escolar especial (CEE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;

- Escolar especial para reeducação (CEE-R), aos beneficiários que tenham a seu cargo descendentes com comprovada redução de capacidade orgânica, motora, sensorial ou intelectual, que frequentem instituições de reeducação ou reintegração.

8.1 – Beneficiários do IASFA – Distribuição por Ramos das FA's

Ano: 2004

Ramo das FA's		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Número de beneficiários (a)		15.782	20.224	7.953	43.959
Variação (b)	Em valor absoluto	-331	-432	-128	-891
	Em percentagem	-2,0	-2,2	-1,6	-2,0

(a) Considerados apenas os beneficiários titulares;
(b) Em relação ao ano anterior.

8.2 – Funções de Protecção Social – Invalidez – SUBSÍDIO

(euros)

	SEAP		TOTAL	
	N.º (b)	Montante Despendido (a)	N.º (b)	Montante Despendido (a)
IASFA	255	24.086,00	255	24.086,00

(a) Prestações mensais;
(b) Média de beneficiários contemplados mensalmente.

NOTA: Retiraram-se os Subsídios Especial de Acamados (SEA) e Especial de Irrecuperáveis, por terem sido substituídos pelo Subsídio de Apoio a 3ª Pessoa (SEAP).

8.3 – Funções de Protecção Social – Velhice – SUBSÍDIOS

(euros)

	SCNP		SEL		TOTAL	
	N.º (b)	Montante Despendido (a)	N.º (b)	Montante Despendido (a)	N.º (b)	Montante Despendido (a)
IASFA	178	19.735,00	153	23.470,00	331	43.205,00

(a) Prestações mensais;
(b) Média de beneficiários contemplados mensalmente

NOTA: Retirou-se o SCAF por se enquadrar melhor na Função Família, onde já consta.

8.4 – Funções de Protecção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/Ramo	de Funeral (Decreto-Lei n.º 176/2003)		por Morte (Decreto-Lei n.º 223/95)	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
OSC/MDN	2	374,38	1	5.213,52
EMGFA	-	-	-	-
Marinha	9	1.684,71	25	193.486,92
Exército	13	2.617,09	49	301.338,74
Força Aérea	2	374,38	14	143.789,22
IASFA	-	-	-	-
TOTAL	26	5.050,56	89	643.828,40

8.5 – Funções de Protecção Social – Família – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/ Ramo	Familiar (a)		Educação Especial		Mensal Vitalício		Por Assistência a 3ª Pessoa		Bonificação por Deficiência (b)		SCAF		CEE– CEE-R	
	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD
OSC/MDN	167	47.861,56	-	-	-	-	-	-	7	4.725,46	-	-	-	-
EMGFA	287	56.183,59	-	-	-	-	1	897,36	3	2.965,68	-	-	-	-
Marinha	5.680	1.745.946,53	7	2.887,00	37	61.448,60	59	51.104,72	143	113.385,77	-	-	-	-
Exército	5.803	1.984.885,89	-	-	30	62.428,28	46	53.119,04	148	123.694,99	-	-	-	-
Força Aérea	3.517	1.056.109,30	1	1.697,85	4	5.752,00	14	11.797,46	70	50.442,96	-	-	-	-
IASFA	48	19.662,60	-	-	-		-	-	-	-	9	10.258,00	3.745	1.032.392,00
TOTAL	15.502	4.910.649,47	8	4.584,85	71	129.628,88	120	116.918,58	371	295.214,86	9	10.258,00	3.745	1.032.392,00

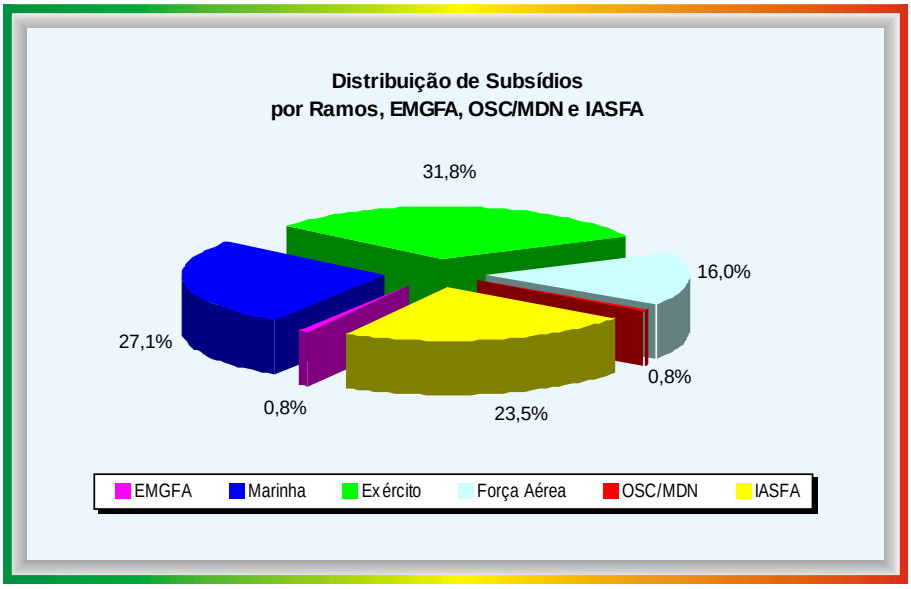
(a) Conforme Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;

(b) Nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 133-B/97, de 30 de Maio, revogado pelo D.L. nº 176/2003, de 2 de Agosto.

8.6 – Total de Prestações/Benefícios Prestados e Montantes Despendidos por Função

Função	OSC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Invalidez Prestações/benefícios	-	-	-	-	-	255	255
Montante	-	-	-	-	-	289.035,00	289.035,00
Velhice Prestações/benefícios	-	-	-	-	-	331	331
Montante	-	-	-	-	-	518.471,00	518.471,00
Sobrevivência Prestações/benefícios	3	-	34	62	16	-	115
Montante	5.587,90	-	195.171,63	303.955,83	144.163,60	-	648.878,96
Família Prestações/benefícios	174	291	5.926	6.027	3.606	3.802	19.826
Montante	52.587,02	60.046,63	1.974.772,62	2.224.128,20	1.125.799,57	1.062.312,60	6.499.646,64
TOTAL Prestações/benefícios	177	291	5.960	6.089	3.622	4.388	20.527
Montante	58.174,92	60.046,63	2.169.944,25	2.528.084,03	1.269.963,17	1.869.818,60	7.956.031,60

Prestações – Número de pessoas abrangidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro.
Benefícios – Número de pessoas abrangidas (beneficiadas) pelo IASFA.



NOTA EXPLICATIVA

No âmbito das suas atribuições, compete à Inspecção-Geral da Defesa Nacional (IGDN) velar pela rigorosa observância da legalidade e controlar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, tendo em vista a sua eficiência, eficácia, métodos e procedimentos de gestão, bem como a salvaguarda do interesse público.

Da análise da actividade inspectiva desenvolvida durante o ano de 2004, há a destacar os seguintes aspectos:

- O acréscimo das acções de inspecção em cerca de 47%, comparativamente com a média dos cinco anos anteriores;
- A realização de uma acção de inspecção extraordinária, em parceria com a Direcção-Geral do Orçamento, no âmbito da coordenação estratégica do planeamento do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI).

Com a presente edição do Anuário, e de forma a optimizar a informação sobre a actividade desenvolvida pela IGDN, apresenta-se um conjunto de dados abrangendo quer os dados relativos ao ano em análise quer dados retrospectivos, bem como os conceitos aplicados pela IGDN.

Da análise dos dados verifica-se um desequilíbrio entre os vários Ramos das Forças Armadas e, também, entre áreas de inspecção/análise, que resulta dos seguintes factores:

- De acordo com os critérios adoptados do antecedente, cada acção de inspecção corresponde a uma U/E/O avaliada por equipas de inspecção diferentes, mesmo que de várias acções de inspecção possa ter resultado a elaboração de um único relatório;
- O sistema de forças e o dispositivo de cada Ramo das Forças Armadas tem a sua especificidade e particularidade. No caso do Exército, a existência de um maior número de U/E/O a inspeccionar para a consecução de objectivos de inspecção comum aos três ramos tem originado um maior peso relativo do número de acções de inspecção/análise a este Ramo.

CONCEITOS

Inspecções Gerais (IG) - Inspecções realizadas com o concurso das inspecções da administração dos meios humanos, materiais e financeiros, actuando estas conjuntamente.

Inspecções Parcelares (IP) - Inspecções parcelares abrangem apenas duas das três áreas, administração dos meios humanos, materiais ou financeiros, empenhando as duas inspecções correspondentes.

Inspecções Técnicas (IT) - As inspecções técnicas são realizadas por uma única inspecção.

Inspecção Ordinária (IO) - Inspecção programada.

Inspecção Extraordinária (IE) - Inspecção não programada.

Inspecção Avaliação Operacional (IAO) - Inspecção que se destina a avaliar e verificar a prontidão das Unidades de acordo com a sua categoria de prontidão.

9.1 – INSPECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELA IGDN

Área	Tipo	Planea-mento	U/E/O	Estrutura	N.º Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
IAMH	IT	IO	Policia Judiciária Militar	MDN	4	19	26	57
IAMH	IT	IO	Regimento de Infantaria N.º 2	Exército	3	22	5	89
IAMH	IT	IO	Base Aérea N.º 11	Força Aérea	3	34	11	74
IAMH	IT	IO	Regimento de Infantaria N.º 1	Exército	3	24	19	54
IAMH	IT	IO	Base Naval de Lisboa	Marinha	3	16	5	60
IAMH	IT	IO	Escola Prática de Engenharia	Exército	3	17	4	55
IAMM	IT	IO	Escola Prática de Infantaria	Exército	4 a)	14	10	74
IAMM	IT	IO	Direcção de Transportes	Marinha	3	8	10	81
IAMM	IT	IO	Escola de Fuzileiros	Marinha	3	14	10	54
IAMM	IT	IO	Batalhão do Serviço de Saúde	Exército	4 a)	15	10	68
IAMM	IT	IO	Base Aérea do Lumiar	Força Aérea	3	9	10	89
IAMM	IT	IO	Policia Judiciária Militar	MDN	4	9	10	82
IAMM	IT	IO	Unidade de Apoio às Instalações Navais de Alcântara	Marinha	3	58	8	61
IAMM	IT	IO	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea	Força Aérea	4 b)	11	12	66
IAMM	IT	IO	Batalhão de Adidos	Exército	4	14	9	47
IAMM	IT	IO	Instituto Geográfico do Exército	Exército	3	8	9	59
IAMF	IT	IO	Direcção de Apoio de Serviços de Pessoal	Exército	4	37	33	103
IAMF	IT	IO	Direcção-Geral de Autoridade Marítima	Marinha	3	37	26	68
IAMF	IT	IO	Base Aérea N.º 6	Força Aérea	5	24	31	149
IAMF	IT	IO	Direcção de Faróis	Marinha	3	17	26	178
IAMF	IT	IO	Centro de Finanças da Logística	Exército	4	8	33	33
IAMF	IT	IO	Policia Judiciária Militar	MDN	3	15	33	51
IAMF	IT	IE	Direcção-Geral de Politica de Defesa Nacional	MDN	2	2	16	73

a) Inclui 1 militar requisitado ao Exército;
b) Inclui 1 militar requisitado à Força Aérea.

9.2 – INSPECÇÕES DE ANÁLISE DE PROGRAMAS E SISTEMAS EXECUTADAS PELA IGDN

Sistema	Tipo	Planea-mento	U/E/O	Estrutura	N.º de Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
ASCM	IT	IO	Superintendência dos Serviços de Pessoal	Marinha	6	9	7	35
ASCM	IT	IO	Comando do Corpo de Fuzileiros					
ASCM	IT	IO	Comando de Pessoal da Força Aérea	Força Aérea	7	22	7	50
ASCM	IT	IO	Depósito Geral de Material da Força Aérea					
ASIM	IT	IO	Escola de Fuzileiros	Marinha	4	8	5	31
ASIM	IT	IO	Regimento de Cavalaria N.º 3	Exército	7	44	19	46
ASIM	IT	IO	Escola Prática de Artilharia					
ASIM	IT	IO	Escola Prática de Transmissões					
ASIM	IT	IO	Escola Prática de Administração Militar					
ASIM	IT	IO	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea	Força Aérea	4	8	5	53
ASAFA	IT	IO	Colégio Militar	Exército	9 a)	22	19	166
ASAFA	IT	IO	Instituto Militar dos Pupilos do Exército					
ASAFA	IT	IO	Instituto de Odivelas					
ASAFA	IT	IO	Oficinas Gerais de Material de Engenharia					
ASAFA	IT	IO	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento					
ASAFA	IT	IO	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos					

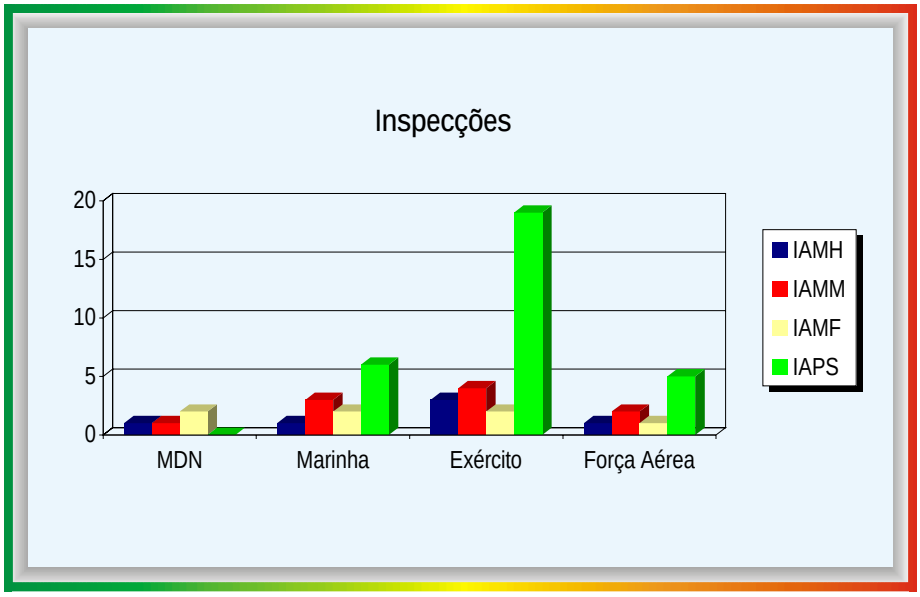
9.2 – INSPECÇÕES DE ANÁLISE DE PROGRAMAS E SISTEMAS EXECUTADAS PELA IGDN (Continuação)

Sistema	Tipo	Planea-mento	U/E/O	Estrutura	N.º de Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
ASSM/URG	IT	IO	Hospital da Marinha	Marinha	5	37	5	60
ASSM/URG	IT	IO	Hospital Militar Principal	Exército	9 b)	30	12	70
ASSM/URG	IT	IO	Hospital Militar de Belém					
ASSM/URG	IT	IO	Hospital Militar Regional N.º 1					
ASSM/URG	IT	IO	Hospital Militar Regional N.º 2					
ASSM/URG	IT	IO	Instituto de Saúde da Força Aérea	Força Aérea	5	37	5	72
ASSM/CE	IT	IO	Hospital da Marinha	Marinha	5 c)	25	4	75
ASSM/CE	IT	IO	Centro de Medicina Naval					
ASSM/CE	IT	IO	Hospital Militar Principal	Exército	9 c)	20	12	75
ASSM/CE	IT	IO	Hospital Militar de Belém					
ASSM/CE	IT	IO	Hospital Militar Regional N.º 1					
ASSM/CE	IT	IO	Hospital Militar Regional N.º 2					
ASSM/CE	IT	IO	Centro de Saúde da Região Militar Sul					
ASSM/CE	IT	IO	Instituto de Saúde da Força Aérea	Força Aérea	5	22	3	65

a) Inclui 2 militares requisitados ao Exército;
b) Inclui 2 militares requisitados aos Ramos (1 ao Exército e 1 à Força Aérea);
c) Inclui 2 militares requisitados aos Ramos (1 à Marinha e 1 ao Exército.

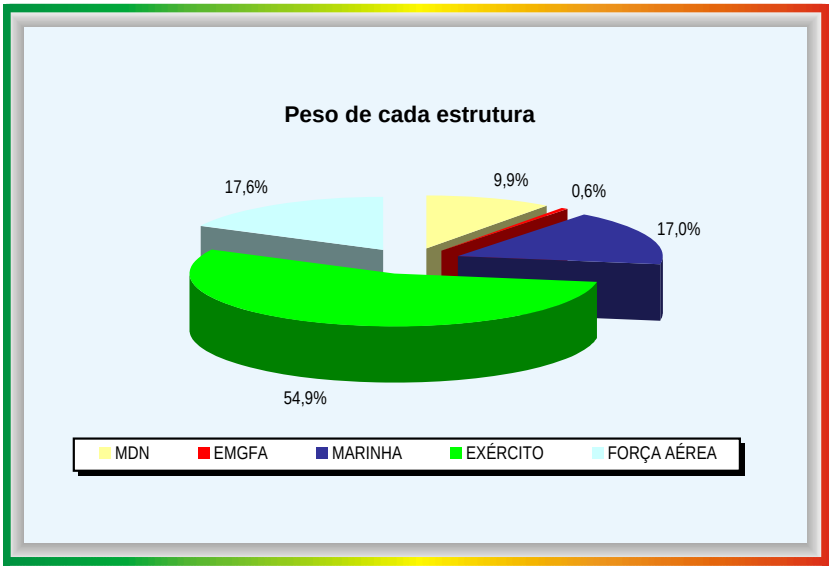
9.3 – INSPECÇÕES REALIZADAS PELA IGDN EM 2004

Área	MDN	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
IAMH	1	1	3	1	6
IAMM	1	3	4	2	10
IAMF	2	2	2	1	7
IAPS	-	6	19	5	30
TOTAL	4	12	28	9	53



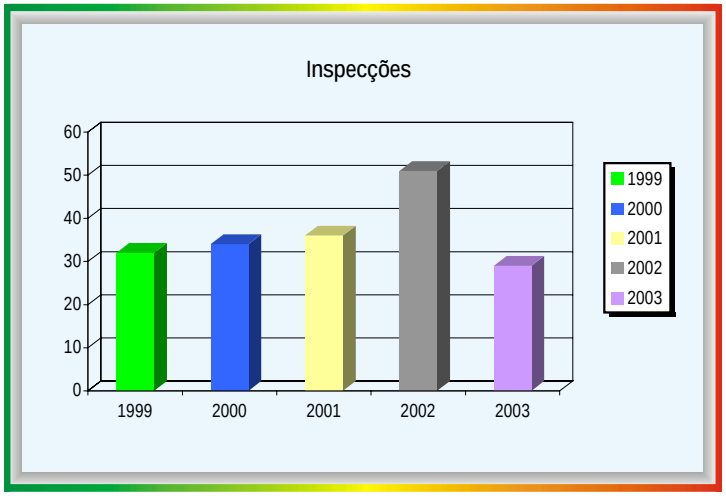
9.4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSPECÇÕES ÀS ESTRUTURAS

Estrutura	1999	2000	2001	2002	2003	TOTAL
MDN	2	4	3	4	5	18
EMGFA	-	1	-	-	-	1
Marinha	8	2	2	14	5	31
Exército	17	24	22	24	13	100
Força Aérea	5	3	9	9	6	32
TOTAL	32	34	36	51	29	182



9.5 – NÚMERO DE INSPECÇÕES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS

Área	1999	2000	2001	2002	2003	TOTAL
IAMH	5	5	11	6	5	32
IAMM	1	1	5	7	5	19
IAMF	8	5	6	7	6	32
IAPS	18	9	14	31	13	85
IAMH/IAPS	-	14	-	-	-	14
TOTAL	32	34	36	51	29	182



9.6 – INSPECÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS

Ramo	Tipo	Planea-mento	U/E/O Inspeccionadas						Equipa de Inspecção (*)					U/E/O		Dias de Execução (**)
			EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	U/E/O		IG	EM	OCAD	CmdOp	DS/DT			
							OIT	SFN						OIT	SFN	
MARINHA (a)	IG	IP	-	-	1	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	4
	IO	IP	-	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	231	-	91
	IO	II	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	86	-	10
	IT	IP	-	-	2	-	11	37	-	6	13	-	30	79	-	106
	IT	II	-	-	-	-	1	11	-	2	9	-	2	46	-	48
EXÉRCITO	IG	IO	-	-	-	-	9	-	14	1	23	-	-	53	-	18
	IG	IE	-	-	-	-	1	-	2	1	3	-	-	4	-	1
	IAO	IO	-	-	-	-	-	4	4	2	4	1	-	22	4	8
	IAO	IE	-	-	-	-	-	11	15	7	18	1	-	33	7	15
	IT	IO	-	3	-	-	311	12	-	-	115	-	-	420	15	508
	IT	IE	-	-	-	-	5	-	9	-	2	-	-	2	1	9
FORÇA AÉREA	IG	IO	-	-	-	-	7	1	55	6	28	1	-	-	-	314
	IT	IO	4	2	4	-	14	2	-	31	198	54	-	-	-	283
	VA (b)	IO	-	-	-	-	7	-	51	-	13	-	-	-	-	146

Os conceitos dos tipos de inspecção constam de Regulamentos dos respectivos Ramos.

(*) No Exército e na Marinha está contabilizado o número de inspectores empenhados;

(**) Na Força Aérea estão contabilizados em "Homem/Dia".
a) A Marinha não criou um organismo especificamente vocacionado para funções de inspecção, estando essa responsabilidade atribuída ao Estado-Maior da Armada;
(b) Inspecções destinadas a regularizar/normalizar anomalias por corrigir decorrentes de IG e IPS.

SIGLAS / ABREVIATURAS

A	Armamento e Equipamento
A/S	Anti-submarina
A7-P	Aeronave de Combate
AAA	Artilharia Anti-Aérea
AAR	*Air-to-Air Refuelling*
ABU	Navio Balizador
ACar	Anti-carro
ACS	*Airspace Control System*
ACT	Activo
ADMA	Assistência na Doença aos Militares da Armada
ADME	Assistência na Doença aos Militares do Exército
ADMFA	Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea
ADTA	Agrupamento de Defesa Territorial dos Açores
ADTM	Agrupamento de Defesa Territorial da Madeira
AETD	Armamentos e Equipamentos de Defesa
AEW	*Airborne Early Warning (Radar Picket Aircraft)*
AFA	Academia da Força Aérea
AFSOUTH	Comando Aliado do Sul da Europa
AG	Navio Auxiliar
Agr	Agrupamento
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AJEMA	Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
AL III	Helicóptero Allouette III
ALFA-JET	Aeronave de Apoio Aéreo Próximo
ALFAN	*Almiral Force Action Navale*
ALFLOT	Comando Operacional da Marinha de Espanha
AM	Academia Militar
AMB	Ambiente
AMN	Autoridade Marítima Nacional
AMF(L)	*Ace Mobile Force Land*
AMSJ	Área Militar de São Jacinto
AO	Navio Tanque Reabastecedor
AP	Auto-propulsionado
Aq	Aquisição
ARCOMNAV	Área do Comando Naval
ARRC	Corpo de Reacção Rápida Aliado
ASUW	*Antisurface Warfare*
ASW	*Anti-Submarine Warfare*
AUGMENTEES	Reforço de pessoal
BA	Base Aérea
BAAA	Bataria de Artilharia Anti-Aérea
BAAA/BMI	Bataria de Artilharia Anti-Aérea da Brigada Mecanizada Independente
BAF	*Belgium Air Force* (Força Aérea Belga)
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BApSvc	Batalhão de Apoio de Serviços
BApSvc/BMI	Batalhão de Apoio de Serviços da Brigada Mecanizada Independente
Bat	Batalhão

BDT	Brigada de Defesa Territorial
BDTC	Brigada de Defesa Territorial do Centro
BDTN	Brigada de Defesa Territorial do Norte
BI	Batalhão de Infantaria
BIAT	Batalhão de Infantaria Aerotransportado
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BIMoto	Batalhão de Infantaria Motorizado
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
BLD	Batalhão Ligeiro de Desembarque do Corpo de Fuzileiros
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BMI	Brigada Mecanizada Independente
BOE	Batalhão de Operações Especiais
BRILAT	Brigada Ligeira de Atiradores
BSS	Batalhão do Serviço de Saúde
BT	Beneficiário Titular do IASFA
Btr	Bataria (de Artilharia)
C	Cartografia
C-130	Aeronave de Transporte
C-212	Aviocar (Aeronave de Transporte)
C-212EW	Aeronave de Guerra Electrónica
C6F	*Command 6th Fleet*
CAA	Comando Aéreo dos Açores
CACar	Companhia Anti-carro
CAD MAX HALIFAX	Comando Operacional do Canadá
CAOC 10	*Combined Air Operations Center 10*
CASMD ITALY	*Centro Alti Studi Ministerio de la Defensa*
CAt	Companhia de Atiradores
CATT	Companhia de Apoio a Transportes Tácticos
Cav	Cavalaria
CAX	*Computer Added Exercise*
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CCmds / CCMDS	Companhia de Comandos
CDAM	Comando do Destacamento Aéreo da Madeira
CDT	*Combat Diving Team* (Equipa de Mergulhadores de Combate)
CE	Comunicações e Electrónica
CECLANT	*Commandant en Chef pour l'Atlantique*
CEE	Comparticipação Escolar Especial
CEE-R	Comparticipação Escolar para Reeducação
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEM	Chefe do Estado-Maior
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMET	Chefe do Estado-Maior do Exército de Espanha
CEMF	COMEUROMARFOR
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEN	Comparticipação Escolar Normalizada
CEng	Companhia de Engenharia
CEOE	Companhia de Elementos de Operações Especiais
CFMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea

CFP	Curso de Formação de Praças
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFX	*Command Field Exercise*
CH CITOAP	Chefia do Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz
CHIEF JK HQ FRANCE	*Chief of Joint Force Headquarter*
CI	Centro de Instrução
CIMIC	*Civil Military Cooperation*
CINCEASTLANT	*Commander-in-Chief Eastern Atlantic Area*
CINCIBERLANT	Comando da Área Ibero-Atlântica
CINCNAV	Comando Operacional da Marinha de Itália
CINCSOUTH	Comando Aliado do Sul
CINCSOUTHLANT	*Commander-in-Chief Southern Atlantic Area*
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CISM	*Conseil Internacional du Sport Militaire* (Conselho Internacional do Desporto Militar)
CJMOA	Comando Operacional da Força Aérea de Espanha
CJSOCC OPLAN	*Combined Joint Special Operations Component Command / Operational Planning*
CJTF	*Combined Joint Task Force*
CM	Colégio Militar
Cmd / CMD	Comando
Cmdt / CMDT	Comandante
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CN	Comando Naval / Cartografia Náutica
CNAD	*Conference of National Armament's Directors*
CNC	Centro Nacional de Catalogação
CNPCE	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
COJS SPAIN	*Chief of Joint Staff SP*
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAIRCEINT	Comando Aéreo Aliado das Forças do Centro da Europa
COMAIRNORTH	*Commander Allied Air Forces North Europe*
COMAMF(L)	*Commander ACE Mobile Force (Land)*
COMAO	*Combined Air Operations*
COMBINEX	*Combined Exercise*
COMCOI ITALY	Comando Conjunto Operacional Interforças
COMCORPFUZMAR	Comando do Corpo de Fuzileiros
COMLANDSOUTH	Comando Terrestre Aliado das Forças do Sul da Europa
COMNAV	Comando Naval
COMNAVSOUTH	Comando Naval Aliado das Forças do Sul da Europa
Comp	Companhia
CompCmds	Companhia de Comandos
CompMortPes	Companhia de Morteiros Pesados
COMSUBMED	*Comand Submarine Mediterranean*
CORG	Código de Organização
COSPAS/SARSAT	Sistema via Satélite de Busca e Salvamento de Toulouse – França
CPCAT	Curso de Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista
CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPX	Command Post Exercise (Exercício de Postos de Comando)
CRC	Centro de Reporte e Controlo
CSAR	*Combat Search Rescue*
CSTID	Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
CTm	Companhia de Transmissões
CTP	Centro de Telecomunicações Permanentes
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando da Zona Aérea dos Açores
CZAM	Comando da Zona Aérea da Madeira
CZMAR	Comando de Zona Marítima
CZMARA	Comando da Zona Marítima dos Açores
CZMARM	Comando da Zona Marítima da Madeira
CZMA	Comando da Zona Militar dos Açores
CZMM	Comando da Zona Militar da Madeira
DAE	Destacamento de Acções Especiais do Corpo de Fuzileiros
DAM	Destacamento Aéreo da Madeira
DAMAG	Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão
DAPS	Destacamento Aéreo Porto Santo
DDG	*Destroyer Guided Missiles Equiped*
DE	Direcção de Electrotecnia
Dest	Destacamento
DestPrec	Destacamento Precursor
DEU	*Deutschland*
DF	Direcção de Faróis
DGAED	Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DGAM	Direcção-Geral de Autoridade Marítima
DGIE	Direcção-Geral de Infra-Estruturas
DGM	Direcção-Geral de Marinha
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DGPRM	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DL	Decreto-Lei
DMA	Direcção de Manutenção Aeronáutica
DMP	*Data Management Processor*
DN	Direcção de Navios
DOE	Destacamento de Operações Especiais
DOp	Departamento de Operações
DS	Direcção de Serviços
DT	Direcção Técnica
E3D	*Airbone Early Warning Control System (Aircraft AWACS)*
EC-212	Aviocar (Avião de Guerra Electrónica)
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EM	Estado-Maior
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EN	Escola Naval
Eng	Engenharia
EOSFN	Encargos Operacionais do Sistema de Forças Nacional

EPA	Escola Prática de Artilharia
EPAM	Escola Prática de Administração Militar
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPT	Escola Prática de Transmissões
Eq.	Equipa
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
ESE	Escola de Sargentos do Exército
Esq	Esquadra/Esquadrão
EsqPE	Esquadrão de Polícia do Exército
EUCLID	*European Cooperation for the Long Term In Defence*
EUROFOR	*European Forces*
EUROMARFOR	*European Maritime Forces*
EXE	Exército
F16	Aeronave de Defesa Aérea
FAC	*Forward Air Controller*
FAE	Força Aérea de Espanha
FA	Forças Armadas
FAMET	Forças Aero-Móveis do Exército de Terra
FAP	Força Aérea Portuguesa
FF	Fragata
FFAH	Fragata Equipada com Mísseis e Helicópteros
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FNC	Força Nacional Conjunta
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOST	Comando da Flotilha de Treino da Marinha do Reino Unido
FS	Corveta
FTX	Exercício de Campo com Tropas
FZ	Fuzileiros
GABMDN	Gabinete Ministro da Defesa Nacional
GABSEDAC	Gabinete Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes
GABSEDN	Gabinete Secretário de Estado da Defesa Nacional
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GAC/BMI	Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada Independente
GALE	Grupo de Aviação Ligeira do Exército
GBAD	*Group Based Air Defense*
GCC	Grupo de Carros de Combate
GCC/BMI	Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada Independente
GE	Guerra Electrónica
GEN AOP PORTUGAL	Vice-almirante Adjunto do CEMGFA para as Operações
GM	Geologia Marinha
GML	Governo Militar de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana
GNS	Gabinete Nacional de Segurança
H	Hidrografia
H/D	Homem/Dia
HALO HAHO	*High Altitude Low Opening/High Altitude High Opening*
HFA	Hospital da Força Aérea
HMar	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém

HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional n.º 1 (Porto)
HMR2	Hospital Militar Regional n.º 2 (Coimbra)
I	Instrução
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IAMF	Inspecção de Administração de Meios Financeiros
IAMH	Inspecção de Administração de Meios Humanos
IAMM	Inspecção de Administração de Meios Materiais
IAO	Inspecção de Avaliação Operacional
IASFA	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
IBERLANT	Área Ibero-Atlântica
IC-ENC	*International Center for Electronic Navigation Charts*
ICOL	Instrução Colectiva
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IE	Inspecção Extraordinária
IEPG	*Independent European Programme Group* (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
IG	Inspecção Geral
IGDN	Inspecção-Geral da Defesa Nacional
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
II	Inspecção Inopinada
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Inf	Infantaria
Info	Informações
INICT	Instituto Nacional de Investigação Científica
INVITEX	*Invitation Exercise*
IO	Inspecção Ordinária
IOp	Inspecção Operacional
IP	Inspecção Parcelar
IPg	Inspecção Programada
IPS	Inspecção de Programas e Sistemas
IS/IMS	*International Staff/International Military Staff*
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
ISTAR	*Intelligence, Surveillance, Target, acquisition and Reconnaissance*
IT	Inspecção Técnica
JEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
JEMAD	*Jefe Estado Maior de la Defensa*
JMOTS	*Joint Maritime Operational Training Staff*
JOINTEX	*Joint Exercise* (Exercício Conjunto)
L	Logística
LAFTM	Laboratório de Análises Fármaco Toxicológicas da Marinha
LC	Liga dos Combatentes
LCC	*Land Component Command*
LCM	Lancha de Desembarque Média
LCU/LDG	Lancha de Desembarque Grande
LDM	Lancha de Desembarque Média
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LFX	*Live Fire Exercise* (Exercício de Fogos Reais)

LIVEX	*Live Exercise* (Exercício de Campo com Tropas)
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LOGEX	*Logistical Exercise* (Exercício *Logístico*)
LPM	Lei de Programação Militar
M	Máquinas
MACON	Estado-Maior Espanhol
Mar	Marinha
MCM	*Mine Counter Measures*
MD	Montante Despendido
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Mec	Mecanizada
Mil	Militar
MLU	*Mid Life Upgrade*
MM	Manutenção Militar
MNC	*Major NATO Command*
MOD U.K.	Ministério da Defesa do Reino Unido
MPA	*Maritime Patrol Aircraft*
MPA CAN	Aeronave de Patrulha Marítima Canadiana
MRCC	*Maritime Rescue Control Center*
N	Navegação
NAM	*NATO Air Meet*
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQ	Nuclear, Químico e Biológico
NLD	*The Netherlands*
NNA	Número Nato de Abastecimento
O	Oceanografia
Obj	Objectivo
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
OCE	*Officer Conducting the Exercise*
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OIT	Órgãos de Implantação Territorial
OLE	Orquestra Ligeira do Exército
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
OMDN-E	Orçamento da Defesa Nacional - Exército
OMDN-M	Orçamento da Defesa Nacional – Marinha
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operações
OPEVAL	*Operational Evaluation*
OSC/MDN	Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
OSE	*Officer Shedulling the Exercise*
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P3-P	Aeronave de Patrulhamento Marítimo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
Para	Pára-quedistas
Pat / PB	Patrulha
PBF	Patrulha Rápido
PBR	Patrulha Ribeirinho
PC	Posto de Comando
PCM	Posto de Comando Móvel

PE	Polícia do Exército
Pel	Pelotão
PelAqObj	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PelDefNBQ	Pelotão de Defesa Nuclear Biológico e Químico
PelMsLig	Pelotão de Mísseis Ligeiros
PelPontApFlu	Pelotão de Pontes de Apoio Flutuante
PHIBEX	*Amphibious Exercise*
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PJM	Policia Judiciária Militar
PLRA	Patrulha de Longo Raio de Acção
PMG	Preparação Militar Geral
Prec	Precursor
PREREDEX	Pré-exercício de Aprontamento
PSO	*Peace Support Operations* (Operações de Apoio à Paz)
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel-General
QP	Quadro Permanente
QPa	Quadro Permanente (activo)
QPC	Quadro de Pessoal Civil
RA	Regimento de Artilharia
RAA	Região Autónoma da Madeira
RAAA	Regimento de Artilharia Anti-Aérea
RAC	Regimento de Artilharia de Costa
RC	Regimento de Cavalaria/ Regime de Contrato
RCC	*Rescue Coordination Centre* (Centro Coordenador de Salvamento)
RE	Regimento de Engenharia
Reb	Rebocado
REF	Reforma
RES	Reserva
RG	Regimento de Guarnição
RMN	Região Militar do Norte
RMPORTSMOUTH	Comando do Corpo de Fuzileiros do Reino Unido
RMS	Região Militar do Sul
RV	Regime de Voluntariado
SA-330	Helicóptero PUMA
SACEUR	Comando Supremo Aliado da Europa
SACLANT	Comando Supremo Aliado do Atlântico
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SAR	*Search And Rescue* (Serviço de Busca e Salvamento)
SCNP	Subsídio Complementar Normal de Pensões (concedido pelo IASFA)
SEA	Subsídio Especial de Acamados (concedido pelo IASFA)
SEAP	Subsídio Especial de Apoio a 3ª Pessoa (concedido pelo IASFA)
Sec	Secção
Seg	Segurança
SEI	Subsídio Especial de Idosos (concedido pelo IASFA)
SEIR	Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapacitados (concedido pelo IASFA)
SEL	Subsídio Especial para Lares (concedido pelo IASFA)
SEN	Serviço Efectivo Normal
SFN	Sistema de Forças Nacionais
SFOR	*Stabilisation Force*

SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SICCE	Sistema de Informação de Comando e Controlo do Exército
SIFICAP	Sistema de Fiscalização e Controlo no Âmbito das Pescas
SIGEX	*Signals Exercise*
SI/TI	Sistemas e Tecnologias de Informação
SNB	Serviço Nacional de Bombeiros
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SNFL	*Standing Naval Force Atlantic*
SNFM	*Standing Naval Force Mediterranean*
SNPC	Serviço Nacional de Protecção Civil
SOGA	Saltadores Operacionais de Grande Altitude
SPCAT	Sistema Português de Catalogação
SSK	Submarino
STANAG	*Standard Agreement* (Acordo de Normalização)
STANAVFORLANT	Força Permanente do Atlântico
SUBEX	*Submarine Exercise*
SYNADEX	*Synthetic Air Defense Exercise*
TACP	*Tactical Air Control Party*
TASLO	*Tactical Air Support for Land Operations*
TASMO	*Tactical Air Support for Maritime Operations*
Téc.	Técnico
TG	*Task Group*
Tm	Transmissões
TO	Teatro de Operações
TODCI	Técnicos de Operações de Detecção e Conduta de Intercepção
TPF	Telefone com Fios
TPO	Tirocínio para Oficial
TSF	Telefone sem Fios
UAM	Unidade Auxiliar de Marinha
UE	União Europeia
UEO	Unidades, Estabelecimentos e Órgãos
UI	Unidade Imobiliária
UN	Unidade Naval
UNMISET	*United Mission Support in East Timor*
UU/EE/OO	Unidades, Estabelecimentos e Órgãos
WEAG	*Western European Armaments Group* (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
ZAA	Zona Aérea dos Açores
ZAM	Zona Aérea da Madeira
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMARA	Zona Marítima dos Açores
ZMARM	Zona Marítima da Madeira
ZMC	Zona Marítima do Centro
ZMA	Zona Militar dos Açores
ZMM	Zona Militar da Madeira
ZMN	Zona Marítima do Norte
ZMS	Zona Marítima do Sul

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA 5

SINAIS CONVENCIONAIS 6

1 ORÇAMENTO 7

1.1 Despesas da Defesa a preços correntes e constantes 13

1.2 Variação anual das despesas da Defesa 13

1.3 Despesas da Defesa, despesas públicas e PIB, a preços correntes e constantes 14

1.4 Peso das despesas da Defesa nas despesas públicas e no PIB 14

1.5 PIB por habitante e despesas da Defesa por habitante a preços correntes e constantes 15

1.6 Natureza das despesas da Defesa – Despesas globais 16

1.7 Natureza das despesas da Defesa – Serviços Centrais 18

1.8 Natureza das despesas da Defesa - EMGFA 19

1.9 Natureza das despesas da Defesa - Marinha 20

1.10 Natureza das despesas da Defesa - Exército 21

1.11 Natureza das despesas da Defesa - Força Aérea 22

1.12 Distribuição das despesas por capítulos do MDN 23

2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO 25

2.1 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Marinha 31

2.2 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Exército 35

2.3 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Força Aérea 38

3 MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL 39

3.1 Actividade bilateral de Defesa (com excepção da África Sub-Sahariana) 41

3.1.1 Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento 41

3.1.2 Programas de cooperação/actividades 42

3.1.3 Cruzeiros de investigação científica 46

3.1.4 Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros 46

3.1.5 Sobrevoo e aterragem – Pedidos de autorização 47

3.2 Cooperação técnico-militar 51
3.2.1 Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP 51
3.2.2 Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP 53
3.2.3 Formação de militares dos PALOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA´s 53
3.2.4 Despesas suportadas pelos Ramos das FA´s 54
3.2.5 Formação de militares nos PALOP por tipo de curso e por Ramo das FA´s 54
3.2.6 Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e seus familiares e respectivas despesas 55
3.2.7 Despesas globais da cooperação técnico-militar 55
3.3 Missões de paz 56
3.3.1 Envolvimento militar de Portugal em operações de apoio à Paz 56

4 RECURSOS HUMANOS 57

4.1 Pessoal 61
4.1.1 Pessoal militar 61
4.1.1.1 Pessoal militar, segundo regime e situação, em 31 DEZ 61
4.1.1.2 Dados retrospectivos dos últimos cinco anos 61
4.1.1.2.1 Militares do Quadro Permanente 61
4.1.1.2.2 Militares não pertecentes ao Quadro Permanente 63
4.1.1.3 Militares do QP, activo, quanto à efectividade de serviço 64
4.1.1.4 Distribuição hierárquica do pessoal militar 64
4.1.1.5 Estrutura etária do pessoal militar 65
4.1.1.6 Estrutura de tempo de serviço dos militares do QP, no activo 65
4.1.1.7 Origem geográfica dos militares 66
4.1.1.8 Distribuição por sexo de pessoal militar 66
4.1.1.9 Promoção de militares do QP 66
4.1.1.10 Pessoal militar, ingressos e saídas por categorias e formas de prestação de serviço 67
4.1.2 Pessoal militarizado 68
4.1.2.1 Pessoal militarizado da Defesa Nacional 68
4.1.3 Pessoal civil 69
4.1.3.1 Efectivos globais 69
4.1.3.2 Pessoal civil por grupos profissionais 69
4.1.3.3 Pessoal civil por estatuto jurídico 70
4.1.3.4 Pessoal civil por habilitações académicas 70

4.1.3.5 Pessoal civil por sexo 71
4.1.3.6 Estrutura etária do pessoal civil 71
4.1.3.7 Tempo de serviço do pessoal civil 71
4.1.3.8 Promoções de pessoal civil por grupo profissional 72
4.1.3.9 Ingressos e saídas de pessoal civil 72
4.2 Formação e treino 73
4.2.1 Institutos, academias, escolas e centros de instrução das FA´s (pessoal militar, militarizado e civil) 73
4.2.2 Pessoal militar na efectividade de serviço que frequentou cursos internos 73
4.2.3 Pessoal militar que frequentou cursos no estrangeiro 73
4.3 Saúde 75
4.3.1 Pessoal de saúde 75
4.3.1.1 Médicos militares e civis 75
4.3.1.2 Farmacêuticos militares e civis 76
4.3.1.3 Técnicos de farmácia militares e civis 76
4.3.1.4 Enfermeiros militares e civis 76
4.3.1.5 Técnicos paramédicos militares e civis 77
4.3.1.6 Médicos veterinários militares e civis 77
4.3.1.7 Enfermeiros veterinários militares e civis 77
4.3.2 Hospitais militares 77
4.3.2.1 Camas, segundo o fim a que se destinam 77
4.3.2.2 Consultas efectuadas, por especialidades, nos hospitais militares 78
4.3.2.3 Evolução do total de consultas nos hospitais militares 79
4.3.2.4 Movimentos de internados nos hospitais militares 79
4.3.2.5 Actos de terapêutica efectuados nos hospitais militares 80
4.3.2.6 Actos de diagnóstico efectuados nos hospitais militares 80
4.3.2.7 Pessoal ao serviço nos hospitais militares 81
4.4 Assistência na doença aos militares das FA´s 82
4.4.1 Evolução do número de beneficiários 82
4.4.2 Encargos com a saúde por modalidades de assistência 82
4.4.3 Evolução dos encargos com a saúde 82
4.5 Justiça e disciplina 85
4.5.1 Condecorações atribuídas 85
4.5.2 Processos iniciados 85

4.5.3 Punições aplicadas 86
4.5.4 Processos instruídos por indícios de prática de crimes 86
4.5.5 Agentes indiciados de prática de crimes do foro militar 87
4.6 Desporto militar 88
4.6.1 Competições militares por Ramo das FA´s 88
4.6.2 Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA´s 89
4.6.3. Pessoal militar que participou em provas internacionais militares 90

5 INFRA-ESTRUTURAS 91

5.1 Unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional 97
5.2 Servidões das unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional 97
5.3 Tipos de utilização das unidades imobiliárias 98
5.4 Verbas gastas com construções novas 99
5.5 Verbas gastas com grandes reparações de unidades imobiliárias 99
5.6 Classificação dos edifícios afectos à Defesa Nacional 100
5.7 Áreas atribuídas 101
5.8 Unidades imobiliárias adquiridas 102
5.9 Alienação de unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional 102
5.10 Alojamentos clássicos atribuídos 103
5.11 Capacidades dos quartéis e bases 103
5.12 Natureza das unidades imobiliárias 104
5.13 Sistemas e Tecnologias de Informação 108
5.13.1 Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços 108
5.13.2 Existências referidas a 31 de Dezembro de 2004 110
5.13.3 Áreas informatizadas - Percentagem 111
5.13.4 Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicações (pessoal TIC) 113
5.13.5 Utilização da internet. Disponibilização de informação na internet 114
5.13.6 Presença do Organismo na internet 116
5.13.7 Orientação do Organismo relativamente à distribuição do acesso à internet e correio electrónico 117
5.14 Prémio Defesa Nacional e Ambiente 118
5.14.1 Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente 118
5.14.2 Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente 118

6 ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA 119

6.1 Exportações e importações de material de defesa 123

6.1.1 Exportações de bens e tecnologias de defesa - Valores globais 123

6.1.2 Exportações de bens e tecnologias de defesa - Valores globais, por áreas do globo 123

6.1.3 Importações de bens e tecnologias militares - Valores globais, por áreas do globo 124

6.1.4 Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares, por áreas do globo 124

6.1.5 Comparação entre os valores das importações e exportações de materiais e tecnologias de defesa, por países agregados em organizações internacionais a que Portugal pertence 125

6.1.6 Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de comércio de bens e tecnologias militares 125

6.2 Equipamentos de defesa 127

6.2.1 Missões e meios disponíveis - Marinha 127

6.2.2 Missões e meios disponíveis - Exército 128

6.2.3 Distribuição de equipamentos por grandes unidades - Exército 128

6.2.4 Missões e meios disponíveis - Força Aérea 129

6.2.5 Lei de Programação Militar – Principais programas de reequipamento das Forças Armadas 130

6.3 Logística 131

6.3.1 Despesas com manutenção de meios e sistemas operacionais 131

6.3.2 Despesas com equipamentos e material de saúde 132

6.3.3 Despesas com transportes – Aquisição de veículos 132

6.3.4 Despesas com transportes - Funcionamento 132

6.4 Investigação e desenvolvimento 133

6.4.1 Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Marinha 133

6.4.2 Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Exército 134

6.4.3 Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Força Aérea 134

6.4.4 Financiamentos do MDN (LPM) de projectos de investigação e desenvolvimento em tecnologias de defesa (âmbito nacional e internacional) 135

6.5 Indústrias de defesa 136

6.5.1 Indústrias nacionais do sector das indústrias de defesa – 2003 e 2004 136

6.5.2 Indústrias nacionais com actividades ligadas a áreas da defesa - 2003 e 2004 136

6.5.3 Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de indústrias de armamento e tecnologias de defesa 137

6.5.4 EMPORDEF (SGPS), S.A. e associações do sector 138

6.5.4.1 EMPORDEF - Empresas da área da defesa que agrupa 138

6.5.4.2 DANOTEC - Empresas da área da defesa que agrupa 138

6.6 Qualidade, normalização e catalogação 140

6.6.1 Qualidade....140

6.6.1.1 Emissão de certificados de qualidade de armamento, equipamentos e serviços de defesa 140

6.6.2 Normalização....140

6.6.2.1 Processos de acordos de normalização NATO 140

6.6.3 Catalogação....140

6.6.3.1 NNA's – Quantitativos de catalogação de artigos produzidos em Portugal e de utilização nacional ou por outros países NATO e não-NATO participantes no AC/135 (Grupo NATO da área de catalogação)....141

6.6.3.2 CORG's – Códigos de Organização – solicitados para organizações nacionais 142

7 SISTEMAS DE FORÇAS 143

7.1 Exercícios conjuntos e combinados - EMGFA 151

7.1.1 Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Exercícios realizados 151

7.1.2 Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Meios....151

7.1.3 Exercícios e treino – Exercícios combinados - Exercícios realizados 151

7.1.4 Exercícios e treino – Exercícios combinados – Meios 152

7.2 Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Marinha....152

7.2.1 Exercícios sectoriais - Exercícios realizados 152

7.2.2 Exercícios sectoriais - Meios envolvidos....153

7.2.3 Exercícios combinados - Exercícios realizados 153

7.2.4 Exercícios combinados - Meios envolvidos....154

7.3 Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica do Exército....154

7.3.1 Exercícios sectoriais - Exercícios realizados 154

7.3.2 Exercícios sectoriais - Meios envolvidos....156

7.3.3 Exercícios combinados - Exercícios realizados 159

7.3.4 Exercícios combinados - Meios envolvidos....159

7.4 Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Força Aérea....160

7.4.1 Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Exercícios realizados 160

7.4.2 Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Meios envolvidos....160

7.4.3 Exercícios combinados - Exercícios realizados 161

7.4.4 Exercícios combinados - Meios envolvidos....161

8 APOIO SOCIAL....163

8.1 Beneficiários do IASFA - Distribuição por Ramo das FA's....166

8.2 Funções de protecção social - Invalidez - Subsídios 166

8.3 Funções de protecção social - Velhice - Subsídios 166

8.4 Funções de protecção social - Sobrevivência - Subsídios 167

8.5 Funções de protecção social - Família - Subsídios 167

8.6 Total de prestações/benefícios prestados e montantes despendidos por função 168

9 ACTIVIDADE INSPECTIVA 170

9.1 Inspecções da administração dos meios executadas pela IGDN 172

9.2 Inspecções de análise de programas e sistemas executadas pela IGDN 172

9.3 Inspecções realizadas pela IGDN em 2004 173

9.4 Evolução do número de inspecções às estruturas 174

9.5 Número de inspecções realizadas nos últimos anos 174

9.6 Inspecções da administração dos meios executadas pelos Ramos 175

SIGLAS 177

ÍNDICE 189